



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 7 de março de 2014

Número 47

ÍNDICE

PARTE B

Assembleia da República

Secretário-Geral:

Despacho n.º 3598/2014:

Delegação de competências na adjunta do secretário-geral Dr.ª Ana Leal 6444

Despacho n.º 3599/2014:

Delegação de competências no adjunto do secretário-geral Dr. José Manuel Araújo. 6444

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 3344/2014:

Autoriza a consolidação definitiva da mobilidade interna, na carreira/categoria de técnico superior, da licenciada Cláudia Maria de Oliveira Janeiro na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros 6445

Direção-Geral do Património Cultural:

Aviso n.º 3345/2014:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com trabalhadores, na sequência de procedimento concursal comum 6445

Despacho (extrato) n.º 3600/2014:

Designação em comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da doutora Deolinda Maria da Ressurreição Folgado 6445

Despacho (extrato) n.º 3601/2014:

Designação em comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Documentação, Comunicação e Informática do mestre Manuel Carlos de Lacerda Matos 6446

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.:

Despacho n.º 3602/2014:

Subdelegação de competências da vogal do conselho diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., Dr.ª Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça, no âmbito das competências que lhe foram subdelegadas 6447

Ministério das Finanças

Autoridade Tributária e Aduaneira:

Aviso (extrato) n.º 3346/2014:

Renovação da comissão de serviço da licenciada Cândida Maria Barbosa Pereira, no cargo de Chefe da Divisão de Justiça Administrativa e Contenciosa, da Direção de Finanças do Porto 6447

Aviso (extrato) n.º 3347/2014:

Renovação da comissão de serviço da licenciada Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva, no cargo de diretora de finanças-adjunta, da DF Porto 6447

Aviso n.º 3348/2014:

Renovação de comissão de serviço 6447

Caixa Geral de Aposentações, I. P.:

Aviso n.º 3349/2014:

Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de abril de 2014. 6447

Declaração de retificação n.º 247/2014:

Retifica um aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014. 6467

Declaração de retificação n.º 248/2014:

Retifica um aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014. 6467

Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ambiente:

Portaria n.º 183/2014:

Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada de reabilitação dos esporões e das estruturas longitudinais aderentes da Cova Gala, de Lavos e da Leirosa e do cordão dunar entre a Leirosa e a Ribeira do Estremal 6467

Portaria n.º 184/2014:

Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada para “Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena” 6468

Ministério da Defesa Nacional

Marinha:

Despacho n.º 3603/2014:

Procede à subdelegação e delegação de competências 6468

Força Aérea:

Portaria n.º 185/2014:

Portaria de ingresso no quadro do ALFG ADMAER 135395-A, Néelson Brandão Ferreira 6469

Ministério da Administração Interna

Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos:

Despacho n.º 3604/2014:

Cessação de funções da licenciada Vera Maria Silva Morais Guedes. 6469

Guarda Nacional Republicana:

Despacho n.º 3605/2014:

Delegação de competências do Ex.^{mo} comandante-geral no Ex.^{mo} comandante interino da Unidade de Intervenção. 6469

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Despacho n.º 3606/2014:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 6469

Despacho n.º 3607/2014:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 6470

Despacho n.º 3608/2014:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 6470

Despacho n.º 3609/2014:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 6470

Despacho n.º 3610/2014:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 6470

Ministério da Justiça

Polícia Judiciária:

Despacho (extrato) n.º 3611/2014:

Delegação de competências. 6470

Despacho (extrato) n.º 3612/2014:

Delegação de competências. 6470

Despacho (extrato) n.º 3613/2014:

Delegação de competências. 6471

Ministério da Economia e do Emprego

Direção-Geral de Energia e Geologia:

Aviso n.º 3350/2014:

Faz-se público que a Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E. M., S. A., titular do contrato de exploração da água mineral natural HM-24, denominado Caldas de Aregos, requereu a revisão do perímetro de proteção daquele recurso 6471

Ministério da Agricultura e do Mar

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.:

Despacho n.º 3614/2014:

José Ernesto Gamito Jardim autorizado a exercer funções de perito nacional destacado no Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, a partir de 1 de novembro de 2013 6471

Despacho n.º 3615/2014:

Designo a licenciada Marina Alexandra de Almeida Rana para o cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos 6471

Despacho n.º 3616/2014:

Designação da mestre Carla Miguel Nunes da Costa Gouveia Gonçalves para o desempenho do cargo de chefe de divisão Financeira — direção intermédia de 2.º grau 6472

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

Despacho (extrato) n.º 3617/2014:

Autorizada a consolidação da mobilidade à enfermeira Isabel Maria Moreira Seita, pertencente ao mapa de pessoal do ACES Sintra, para exercer funções no ACES Amadora/USF Amato Lusitano 6472

Direção-Geral da Saúde:

Despacho n.º 3618/2014:

Delegados de saúde pública da área geográfica da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo — delegação de competências. 6472

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.:

Despacho n.º 3619/2014:

Conclusão com sucesso, do período experimental dos assistentes técnicos, Helder Francisco Carvalho e Maria Carlos Andrade 6475

Ministério da Educação e Ciência

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior:

Despacho n.º 3620/2014:

Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Bragança 6476

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 3351/2014:

Mobilidade interna para o Conselho Nacional de Educação. 6476

PARTE E

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

Aviso n.º 3352/2014:

Lista de antiguidade do pessoal docente 6476

Louvor (extrato) n.º 183/2014:

Louva a assistente operacional Carla Mercedes Landy Silva Almeida Rodrigues 6476

Ordem dos Advogados**Despacho n.º 3621/2014:**

Delegação de competências do Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados 6477

Universidade de Lisboa**Despacho n.º 3622/2014:**

Autorização para a celebração de adendas a contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, com docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa 6477

Despacho n.º 3623/2014:

Autorização para a celebração de adendas a contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, com docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa 6477

Despacho (extrato) n.º 3624/2014:

Adicional ao contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo do mestre José Manuel Nogueira da Costa Matos 6477

Despacho (extrato) n.º 3625/2014:

Tabela de emolumentos para atos praticados pelo Instituto Superior de Agronomia 6477

Aviso (extrato) n.º 3353/2014:

Autorizada a prorrogação do contrato da assistente Maria da Luz Ramos 6478

Aviso (extrato) n.º 3354/2014:

Saída do serviço por motivo de aposentação da Prof.ª Maria José Gaspar Mascarenhas 6478

Universidade do Minho**Aviso n.º 3355/2014:**

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, do mapa de pessoal da Universidade do Minho — projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos — audiência dos interessados 6478

Universidade do Porto**Despacho (extrato) n.º 3626/2014:**

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como assistente convidado a 59%, com o arquiteto Luís Miguel Albuquerque Guedes de Carvalho 6479

Despacho (extrato) n.º 3627/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professor auxiliar convidado a 25 %, com o Doutor David Miguel Ramalho Pereira 6479

Despacho (extrato) n.º 3628/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Polychronis Papaderos como professor auxiliar convidado, sem remuneração 6479

Despacho (extrato) n.º 3629/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professor auxiliar convidado a 33 %, com o Doutor Orlando José dos Reis Frazão 6479

Despacho (extrato) n.º 3630/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Margarida Maria Salvador Cunha como professora auxiliar convidada, sem remuneração 6479

Despacho (extrato) n.º 3631/2014:

Rescindido o contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do professor auxiliar Domingos Paulo Ferreira de Almeida 6479

Despacho (extrato) n.º 3632/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como assistente convidado a 25 %, com o licenciado Hugo Marcelo Fernandes da Conceição 6479

Despacho (extrato) n.º 3633/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professor auxiliar convidado a 25 %, com o Doutor Miguel Alberto Fernandes Machado Santos 6479

Despacho (extrato) n.º 3634/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, como professora auxiliar convidada, com a Doutora Luísa Cristina da Costa Azevedo. 6479

Despacho (extrato) n.º 3635/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professor auxiliar convidado a 25 %, com o Doutor David Manuel Gonçalves Vaz. 6479

Despacho (extrato) n.º 3636/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como assistente convidado a 59 %, com a mestre Lia Barbara Cunha Barata Duarte 6480

Despacho (extrato) n.º 3637/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professor auxiliar convidado a 25 %, com o Doutor Pedro Manuel Pinho Ribeiro. 6480

Despacho (extrato) n.º 3638/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, como professora auxiliar convidada, com a Doutora Carla Susana Lopes Morais. 6480

Despacho (extrato) n.º 3639/2014:

Autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com o Doutor Nuno Miguel Cardoso Santos, como professor associado convidado, sem remuneração. 6480

Despacho (extrato) n.º 3640/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como assistente convidado a 25 %, com o licenciado Cláudio de Oliveira Amaral ... 6480

Despacho (extrato) n.º 3641/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como assistente convidado a 40 %, com o mestre António Jorge Araújo Ribeiro dos Santos 6480

Despacho (extrato) n.º 3642/2014:

Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como professora auxiliar convidada a 20 %, com a Doutora Joana Paula Machado Ribeiro. 6480

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**Aviso n.º 3356/2014:**

Júri do período experimental (procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 6920/2013) ... 6480

Despacho (extrato) n.º 3643/2014:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, categoria de professora auxiliar, com a Prof.ª Doutora Sofia Helena Gouveia 6480

Instituto Politécnico da Guarda**Despacho (extrato) n.º 3644/2014:**

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o Doutor Noel de Jesus Mendonça Lopes 6480

Instituto Politécnico de Santarém**Despacho (extrato) n.º 3645/2014:**

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a Paulo Jorge de Oliveira Dias da Costa, como professor adjunto convidado, para exercer funções na ESSS, deste instituto 6481

Despacho (extrato) n.º 3646/2014:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a António Alberto Leandro Ferreira Roxo, como professor adjunto convidado, para exercer funções na ESSS, deste Instituto 6481

Despacho (extrato) n.º 3647/2014:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a Eduardo Manuel Perdigão Duarte Jacinto, como professor adjunto convidado, para exercer funções na ESSS, deste Instituto 6481

Despacho (extrato) n.º 3648/2014:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a Lucília Fernando Amaro Guilherme Gaspar, como professora adjunta convidada, para exercer funções na ESSS, deste Instituto 6481

Despacho (extrato) n.º 3649/2014:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a José de Santo Amaro Rocha, como professor adjunto convidado, para exercer funções na ESSS, deste Instituto 6481

Despacho (extrato) n.º 3650/2014:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a Georgette Devillet Martins Lima, como professora adjunta convidada, para exercer funções na ESSS, deste Instituto. 6481

PARTE G**Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E.****Deliberação (extrato) n.º 626/2014:**

Regime horário de tempo parcial — Dora Maria Justino Costa Correia 6481

Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E.**Despacho (extrato) n.º 3651/2014:**

Cessação da acumulação de funções privadas de Natália da Silva Martins 6481

PARTE H**Município de Alcochete****Aviso (extrato) n.º 3357/2014:**

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de fiscal municipal de 2.ª classe 6482

Município da Figueira da Foz**Aviso n.º 3358/2014:**

Lista anual de aposentados no ano de 2013 6482

Aviso n.º 3359/2014:

Cessação da comissão de serviço em regime de substituição 6482

Despacho n.º 3652/2014:

Cessação das comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes em funções. Nomeação em regime de substituição de novos cargos dirigentes 6482

Despacho n.º 3653/2014:

Designação do chefe da Divisão de Urbanismo, em regime de substituição 6483

Município de Lisboa**Aviso n.º 3360/2014:**

Celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para técnico superior (engenharia florestal) de Elsa Maria Vicente Leal 6483

Município de Loulé**Aviso n.º 3361/2014:**

Regresso antecipado ao serviço de Erick Acácio Sousa Guerreiro 6483

Município de Torres Vedras**Aviso n.º 3362/2014:**

Conclusão com sucesso do período experimental 6483

Aviso n.º 3363/2014:

Conclusão com sucesso do período experimental 6483

PARTE I

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira**Aviso n.º 3364/2014:**

Conclusão de período experimental — Vítor Hugo Santos Jesus Pinto 6483

E. I. A. — Ensino, Investigação e Administração, S. A.**Regulamento n.º 91/2014:**

O presente regulamento define os procedimentos a seguir nos processos de creditação da Universidade Atlântica, cuja entidade instituidora é a E. I. A. — Ensino, Investigação e Administração, S. A., para cumprimento do previsto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 115/2013, de 7 de agosto, e no artigo 8.º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de abril 6484

ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém**Despacho n.º 3654/2014:**

Autorização de funcionamento da estrutura curricular e do plano de estudos 1.º ciclo em Gestão de Recursos Humanos, do ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém 6490

PARTE J1

Ministério da Agricultura e do Mar

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 3365/2014:

Procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Aquacultura e Valorização, do mapa de pessoal do IPMA, I. P. 6491

Aviso (extrato) n.º 3366/2014:

Abertura de procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau de chefe da Divisão de Geologia Marinha e Georrecursos Marinhos 6491

Aviso (extrato) n.º 3367/2014:

Abertura de procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau — chefe da Divisão de Sistemas de Informação, Comunicações e Desenvolvimento Tecnológico 6491

Aviso (extrato) n.º 3368/2014:

Abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a chefe da Divisão de Logística, Operações e Infraestruturas do mapa de pessoal do IPMA, I. P. 6491

Município de Salvaterra de Magos**Aviso n.º 3369/2014:**

Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — chefe da Divisão Municipal de Ação Social e Cultural 6492





PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 3598/2014

1 — Nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35.º, 36.º, 37.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, 24.º, n.º 3 e 25.º, n.º 3 da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de setembro, deogo na Adjunta do Secretário-Geral, Senhora Dra. Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal, com a faculdade de subdelegar, as competências em matéria de gestão corrente dos meios humanos, patrimoniais e financeiros, incluindo a autorização de despesas até ao limite fixado na alínea j) do n.º 1 do artigo 15.º da LOFAR, respeitantes às unidades orgânicas abaixo indicadas:

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
Centro de Informática
Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar

2 — Em matéria das referidas competências de gestão corrente de meios humanos e financeiros estão compreendidas:

- a) A autorização da prestação de trabalho extraordinário, em dias de descanso e em feriados;
- b) A autorização de prestação de trabalho em situações excecionais, para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 37.º da LOFAR;
- c) A autorização da inscrição e participação em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, importem ou não custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;
- d) A autorização de deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo;
- e) A qualificação como acidente em serviço de acidentes sofridos pelo pessoal e a autorização do processamento das respetivas despesas;
- f) A autorização do gozo e a acumulação de férias, bem como a aprovação do respetivo plano anual;
- g) A autorização do abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;
- h) A autorização do pessoal a comparecer em juízo, quando requisitado nos termos da lei do processo.
- i) A autorização, nos processos de deslocações e viagens, do pagamento dos diferenciais decorrentes dos processamentos respetivos;
- j) A determinação do pagamento de encargos de natureza contratual ou obrigatória;
- k) A assinatura de folhas de abono mensais dos deputados e funcionários, bem como de subvenções aos partidos políticos e grupos parlamentares.

3 — Por outro lado, nos termos do disposto no n.º 2 do 36.º do CPA, subdelego na Senhora Adjunta do Secretário-Geral, sem possibilidade de ulterior subdelegação — no quadro das respetivas competências ora delegadas —, tal como fixado no n.º 1, a competência que me foi delegada por despacho de S. Ex.ª, a Presidente da Assembleia da República, n.º 3350/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 3 de março de 2014, para autorizar os funcionários parlamentares integrados nas carreiras de assessor parlamentar e programador a prestar trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados, ultrapassando fundamentadamente os limites fixados no Regime de Contrato de Trabalho em anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, aplicável por força do disposto no artigo 30.º da LOFAR.

4 — A presente delegação de competências implica a delegação de assinatura relativamente ao expediente ou à correspondência necessários à instrução dos processos ou subsequentes à emissão de despacho, com exceção da dirigida aos Gabinetes da Presidente da Assembleia da República e de outros órgãos de soberania, aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e das Comissões Parlamentares, às Embaixadas em Lisboa e de Portugal no estrangeiro.

5 — O presente despacho produz efeitos desde 19 de fevereiro de 2014, servindo o mesmo para ratificar todos os atos praticados até à sua publicação.

4 de março de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.
207664701

Despacho n.º 3599/2014

1 — Nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35.º, 36.º, 37.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, 24.º, n.º 3 e 25.º, n.º 3 da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de setembro, deogo no Adjunto do Secretário-Geral, Senhor Dr. José Manuel Saraiva de Lemos Araújo, com a faculdade de subdelegar, as competências em matéria de gestão corrente dos meios humanos, patrimoniais e financeiros, incluindo a autorização de despesas até ao limite fixado na alínea j) do n.º 1 do artigo 15.º da LOFAR, respeitantes às unidades orgânicas abaixo indicadas:

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
Museu
Equipa Parlamento dos Jovens

2 — Em matéria das referidas competências próprias de gestão corrente de meios humanos estão compreendidas:

- a) A autorização da prestação de trabalho extraordinário, em dias de descanso e em feriados;
- b) A autorização para a prestação de trabalho em situações excecionais, decorrentes da aplicação do n.º 4 do artigo 37.º da LOFAR;
- c) A autorização da inscrição e participação e em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, importem ou não custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;
- d) A autorização de deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo;
- e) A qualificação como acidente em serviço de acidentes sofridos pelo pessoal e a autorização do processamento das respetivas despesas;
- f) A autorização do gozo e a acumulação de férias, bem como a aprovação do respetivo plano anual;
- g) A autorização do abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;
- h) A autorização do pessoal a comparecer em juízo, quando requisitado nos termos da lei do processo.

3 — Por outro lado, nos termos do disposto no n.º 2 do 36.º do CPA, subdelego no Senhor Adjunto do Secretário-Geral, sem possibilidade de ulterior subdelegação — no quadro das respetivas competências ora delegadas —, tal como fixado no n.º 1, a competência que me foi delegada por despacho de S. Ex.ª, a Presidente da Assembleia da República, n.º 3350/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 3 de março de 2014, para autorizar os funcionários parlamentares integrados nas carreiras de assessor parlamentar e programador a prestar trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados, ultrapassando fundamentadamente os limites fixados no Regime de Contrato de Trabalho em anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, aplicável por força do disposto no artigo 30.º da LOFAR.

4 — A presente delegação de competências implica a delegação de assinatura relativamente ao expediente ou à correspondência necessários à instrução dos processos ou subsequentes à emissão de despacho, com exceção da dirigida aos Gabinetes da Presidente da Assembleia da República e de outros órgãos de soberania, aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e das Comissões Parlamentares, às Embaixadas em Lisboa e de Portugal no estrangeiro.

5 — O presente despacho produz efeitos desde 19 de fevereiro de 2014, servindo o mesmo para ratificar todos os atos praticados até à sua publicação.

4 de março de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.
207664718



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3344/2014

Nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua redação atual, faz-se público que por meu despacho datado de 18 de fevereiro de 2014 foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na carreira/categoria de técnico superior, da licenciada Cláudia Maria de Oliveira Janeiro na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, com efeitos a 4 de novembro de 2013, tendo-se procedido à celebração do correspondente contrato de trabalho em funções públicas.

Nos termos do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, a trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, ou seja, 1 407,45 € (mil quatrocentos e sete euros e quarenta e cinco cêntimos)

correspondentes à 3.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior e ao nível remuneratório 19 da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

27 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

207658781

Direção-Geral do Património Cultural

Aviso n.º 3345/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência de procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, com os trabalhadores abaixo identificados:

Nome	Carreira/categoria	Posição/nível remuneratório	Data de início
Carla Teresa Silvestre Lopes Marecos	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013
Catarina Loureiro de Moura	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013
Humberto Filipe Simões Rendeiro	Técnico Superior	2.º/15	12-11-2013
Lina Paula Rodrigues Marques Afonso	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013
Paulo Alexandre Antunes Salcedas	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013
Pedro de Almeida Marques	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013
Victor Daniel Rasga Sabino Palma	Técnico Superior	2.º/15	01-11-2013

26 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

207653353

Despacho (extrato) n.º 3600/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público o seguinte despacho do Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, Doutor Nuno Vassallo e Silva, datado de 25 de fevereiro de 2014:

“Foi publicado no *Diário da República* n.º 250, 2.ª série, de 26 de dezembro, sob o Aviso n.º 15700/2013, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE201312/0140, o procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau como Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial do Departamento de Bens Culturais da DGPC.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os processos de seleção, o júri do referido procedimento concursal propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata Deolinda Maria da Ressurreição Folgado, em virtude de reunir os requisitos legais e específicos exigidos e ter demonstrado possuir o perfil adequado e as competências necessárias para o desempenho do cargo a prover.

Nestes termos, e de acordo com o disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau, a doutora Deolinda Maria da Ressurreição Folgado, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural.

2 — A designação referida no número anterior produz efeitos a 01 de março de 2014.

3 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.”

26 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*

Nota curricular

Nome: Deolinda Maria da Ressurreição Folgado
I. Habilitações académicas

Doutorada em História, especialidade em Arte, Património e Restauro, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2010), com a tese “A Nova Ordem Industrial. Da fábrica ao território de Lisboa, 1933-1968”, aprovada com distinção e louvor. Especialização no ramo educacional, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e estágio do ramo educacional na Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém (1990-1991). Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1989).

II. Formação ativa

Curso de Empreendedorismo em Turismo Cultural e Paisagístico, programa de formação intensiva, AUDAX empreendedorismo powered by ISCTE-IUL (2013); VIII Curso Livre de História de Arte da Universidade Nova de Lisboa — “Lisboa — Espaço e História”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2004); Curso de Monitores de Turismo Cultural especializado em Arqueologia (C.N.C.), sob a direção científica da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (1988-1990).

III. Carreira profissional

Técnica superior na Direção-Geral do Património Cultural/Secretaria de Estado da Cultura (2014); realização de concurso interno limitado de acesso, para provimento de 34 lugares de técnico superior principal, da carreira técnica superior, no quadro de pessoal dos serviços centrais do ex-IPPAR, obtendo a classificação final de 18,62 valores (1.º lugar) (2004); colaboração com “O Caminho do Oriente”, projeto conjunto da EXPO 98, CML e Ambelis, cujo objetivo se centrou na recuperação e revitalização da zona oriental de Lisboa (Stª Apolónia/Marvila), onde ordenou a investigação no âmbito do património industrial e a produção de vários conteúdos científicos (1997-1998); requisitada pelo ex-IPPAR, atual DGPC, ao Ministério da Educação, desde Setembro (1995-2001); professora profissionalizada do ensino secundário (1991-1995).

IV. Experiência profissional

No âmbito do trabalho desenvolvido na DGPC releva-se a coordenação e elaboração dos conteúdos do “Kit 03-Património Industrial”, coleção digital “Kits-Património”, trabalho desenvolvido entre o IHRU e o IGESPAR, I. P. (2008-2010); a coordenação, no âmbito do património industrial, do “Levantamento da Arquitetura Industrial Portuguesa Contemporânea, 1920-1965” (1999-2002); a coordenação (IPPAR) do “Inventário do Património Industrial da Covilhã” (1999-2002). Integrou também a equipa para a revisão do PDM de Lisboa, para a área do património industrial (2010-2011), e acompanhou a elaboração do Plano de Urbanização da Zona Oriental de Lisboa (2002); elaboração de várias propostas de classificação no âmbito do património industrial e da “Carta de Salvaguarda do Património Industrial da Covilhã”, realizada no âmbito do inventário efetuado (2001-2002). A nível de projetos de salvaguarda e valorização do património destaca-se a coordenação científica da monografia *A fábrica de neve da serra de Montejuento*, Câmara Municipal do Cadaval (2008-2009) e a coordenação da execução do projeto de valorização da fábrica da neve da serra de Montejuento ou real fábrica do gelo, em colaboração com a Câmara Municipal do Cadaval (2008-2009). No âmbito das edições refira-se a coordenação editorial da *RP — Revista Património* (2013) e da *Revista Património. Estudos*, n.º 11 (2011). Na difusão do património cultural salienta-se a coordenação e elaboração de conteúdos do programa de rádio “Encontros com o património”, uma parceria DGPC/TSF (2007-2014). Participou na conceção e organização científica de vários encontros e seminários científicos, como o “Encontro Museus & Monumentos: comunicar, inovar e sustentar” (DGPC/Convento de Cristo /2013). Representação do IPPAR e do IGESPAR em diversos encontros e seminários científicos, apresentando comunicação.

Quanto ao projeto “Caminho do Oriente” distingue-se a coordenação, investigação e musealização da exposição “Memória. Tempo Industrial”, patente no edifício Abel Pereira da Fonseca, Lisboa (1998); e a coautoria do livro *Guia do Património Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte (1999).

Autora de mais de 50 artigos científicos, publicados em catálogos, monografias, atas e revistas na área do património cultural, nomeadamente: *LX Factory: uma atmosfera líquida em Alcântara*. *RP — Revista Património*. Lisboa: DGPC/INCM, n.º 1 (2013); *Uma indústria em Guimarães: os curtumes*. *Monumentos*, IHRU: edição digital, n.º 33, Abril (2013); *Património inclusivo. Das expectativas aos desafios. 100 Anos de património. Memória e identidade*. Lisboa: IGESPAR (2010); *A Caixa do frio artificial*. A conformação de um lugar na Lisboa dos anos 40. *Museu do Oriente: de armazém frigorífico a espaço museológico*. Lisboa: Fundação Oriente (2008). No que concerne às publicações refira-se a edição do livro, resultante da tese de doutoramento, *A nova ordem industrial no Estado Novo. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*. Lisboa: Livros Horizonte (2012).

Lecionou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira “Património Industrial e Território” (2010-2011) e “Estudos de História do Urbanismo” no âmbito do Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro (2009-2010); na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, o seminário “Património Industrial” na cadeira de Arte e Património, no âmbito do protocolo existente entre a FCSH e o IPPAR (2000-2008); colaborou ainda com cursos livres, seminários e outras ações de formação.

V. Prémios

Recebeu o prémio APOM na categoria “Investigação”, atribuído ao livro *A Nova Ordem industrial no Estado Novo. Da fábrica ao Território. 1933-1968*. Lisboa: Livros Horizonte (2013); no âmbito do programa de rádio “Encontros com o património”, parceria DGPC/TSF, foram entregues os prémios APOM na categoria de melhor trabalho jornalístico (2012), e de melhor Programa de Autor 2010, pela Sociedade Portuguesa de Autores /SPA (2010).

VI. Centros de investigação

Investigadora associada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (2012), e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (2009).

207653272

Despacho (extrato) n.º 3601/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público o seguinte despacho do Exmo. Senhor

Diretor-Geral do Património Cultural, Doutor Nuno Vassallo e Silva, datado de 11 de fevereiro de 2014:

“Foi publicado no *Diário da República* n.º 241, 2.ª série, de 12 de dezembro, sob o Aviso n.º 15166/2013, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE201312/0062, o procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe da Divisão de Documentação, Comunicação e Informática da DGPC.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os processos de seleção, o júri do referido procedimento concursal propôs que a nomeação recaísse sobre o candidato Manuel Carlos de Lacerda Matos, em virtude de reunir os requisitos legais e específicos exigidos e ter demonstrado possuir o perfil adequado e as competências necessárias para o desempenho do cargo a prover.

Nestes termos, e de acordo com o disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º e no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Chefe da Divisão de Documentação, Comunicação e Informática da DGPC, equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau, o mestre Manuel Carlos de Lacerda Matos, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural.

2 — Autorizo ao ora designado a optar pela remuneração base que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

4 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do designado.”

26 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

Nota curricular

Manuel Carlos de Lacerda Matos

Licenciado em Arquitetura pela ESBAL (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa), 1978; Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico pela Universidade de Évora, 1996, com a classificação de *Muito Bom* com a tese subordinada ao tema “Fatores ocorrentes em intervenções sobre o Património Arquitetónico”.

Chefe da Divisão de Documentação, Comunicação e Informática da Direção-Geral do Património Cultural, em regime de substituição, de 2012 até à atualidade. Diretor do Departamento de Inventário, Estudos e Divulgação do IGESPAR, I. P., de 2007 a 2012. Diretor do Departamento de Estudos do IPPAR, de 1997 a 2007. Assessor da Presidência do IPPAR, de 1996 a 1997.

Diretor da Revista *RP — Revista Património*, da DGPC, e da Revista *Estudos/Património*, do ex-IGESPAR e ex-IPPAR. Responsável pela coordenação dos programas de rádio semanais *Encontros com o Património*.

Exerceu funções técnicas superiores no Departamento de Património Arquitetónico do IPPC (Instituto Português do Património Cultural) e na Direção Regional de Lisboa do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico), entre 1987 e 2005, onde foi responsável pelo acompanhamento técnico, em representação do IPPAR, da elaboração do PDM de Lisboa e dos Planos de Pormenor das áreas históricas. De 1997 até à atualidade foi responsável pela conceção e coordenação de projetos de difusão, divulgação e sensibilização para o património, designadamente o programa de rádio semanal *Encontros com o Património*, projetos editoriais, projetos de valorização de monumentos, projetos expositivos, projetos de rastreio e levantamento do património arquitetónico, organização de Congressos, Seminários, Encontros, Simpósios Internacionais e Ciclos de Conferências no domínio do património arquitetónico e arqueológico, coordenação nacional anual das Jornadas Europeias do Património e do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, coordenação de programas integrados de valorização do património arquitetónico e arqueológico, designadamente o Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve, projetos integrados na Ação Piloto de cooperação Portugal-Espanha-Marrocos, no âmbito do FEDER, coordenação de projetos inseridos no Programa Estratégico Rede de Mosteiros Portugueses Património da Humanidade, no âmbito do QREN.

Representante da DGPC, do IGESPAR e do IPPAR em Comissões e Grupos de Trabalho em Portugal e no estrangeiro, designadamente nos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, nas Jornadas Europeias do Património, no âmbito do Conselho da Europa, no DOCOMOMO Ibérico, em júris de concursos públicos de arquitetura e na participação em projetos de investigação na área do património arquitetónico; conferencista em Jornadas, Congressos e Encontros no domínio do património arquitetónico, em Portugal e no estrangeiro. Foi membro do Conselho Consultivo do ICOMOS Portugal.

Professor Auxiliar Convitado do Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa, de 1998 a 2014, responsável pela unidade curricular Património Arquitetónico/ Metodologias de Recuperação, e Professor Auxiliar Convitado do Departamento de Arquitetura da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de 2006 a 2009; responsável pela coordenação de Seminários no âmbito do Curso de História da Arte da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, de 2001 a 2007, e por conferências proferidas no âmbito de Cursos de Mestrado.

Professor Convitado da Escola Superior de Artes Decorativas, de 1988 a 1995, onde foi membro dos respetivos Conselho Pedagógico e Científico.

Membro de equipas de trabalho no levantamento e definição de estratégias de proteção e valorização do património arquitetónico e urbano, designadamente no projeto VALIS, Plano Estratégico para a Preservação e Valorização do Património Arquitetónico e Urbanístico de Lisboa em relação com o desenvolvimento socioeconómico, promovido pela Comissão das Comunidades Europeias, DG XVI, Bruxelas, CEDRU, entre 1990 e 1992.

Responsável pela conceção de exposições no âmbito da LISBOA'94, Capital Europeia da Cultura, e no Centro Cultural de Belém, entre 1995 e 1996, destacando-se as exposições *Lisboa em Movimento* e *A Magia da Imagem*.

Colaborador e Consultor técnico da EXPO'98, Departamento de Conteúdos, de 1996 a 1998, para os Pavilhões Temáticos (Pavilhão do Conhecimento dos Mares e Pavilhão do Futuro).

Membro do Conselho de Delegados da Associação dos Arquitetos Portugueses, de 1993 a 1995 e Membro da Direção da Associação dos Arquitetos Portugueses (Secção Regional do Sul), de 1990 a 1992.

207653264

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Despacho n.º 3602/2014

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 38.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 21.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, 105/2007, de 3 de abril, 40/2011, de 22 de março, e 5/2012, de 17 de janeiro, do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e do Despacho n.º 3115/2014, de delegação e subdelegação de competências, de 17 de fevereiro, do Conselho Diretivo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 25 de fevereiro de 2014, a Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., Dra. Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça, no âmbito das competências que lhe foram subdelegadas, com a faculdade de subdelegação, subdelega no licenciado João Manuel Marmeleiro Nunes Gonçalves Rosa, Diretor do Departamento Jurídico e de Auditoria, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Despachar todos os assuntos correntes ou de mero expediente e assinar a respetiva correspondência, bem como a correspondência necessária à mera instrução de processos e à execução de decisões proferidas nos mesmos;

b) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados nos serviços e autenticar fotocópias de documentos, a partir dos originais existentes nos processos e a pedido dos interessados;

c) Praticar todos os atos necessários à prossecução das atribuições enunciadas no artigo 5.º dos Estatutos do IPDJ, I. P., aprovados pela Portaria n.º 11/2012, de 11 de janeiro, com exceção das matérias financeiras.

2 — Subdelega no licenciado Armando Luís Pais Oliveira Nobre, Diretor do Departamento de Infraestruturas e na licenciada Maria João Mendes Teixeira, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Despachar todos os assuntos correntes ou de mero expediente e assinar a respetiva correspondência, bem como a correspondência necessária à mera instrução de processos e à execução de decisões proferidas nos mesmos;

b) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados nos serviços e autenticar fotocópias de documentos, a partir dos originais existentes nos processos e a pedido dos interessados.

3 — Subdelega no licenciado Manuel Dias de Barros, Diretor Regional da Direção Regional do Norte, no licenciado José Manuel Cardoso Silva Santos, Diretor Regional da Direção Regional do Centro, na licenciada Eduarda Maria Gomes Marques, Diretora Regional da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no licenciado João David Rodrigues Araújo, Diretor Regional da Direção Regional do Alentejo e no licenciado Luís Miguel Guerreiro Romão, Diretor Regional da Direção Regional do Algarve, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar a utilização de viaturas e as deslocações em serviço, circunscrita às respetivas áreas geográficas.

4 — O presente despacho produz efeitos a 17 de fevereiro.

18 de fevereiro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo do IPDJ, I. P., *Lidia Maria Garcia Rodrigues Praça*.

207654188

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 3346/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Cândida Maria Barbosa Pereira, no cargo de Chefe da Divisão de Justiça Administrativa e Contenciosa, da Direção de Finanças do Porto, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

26 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207654106

Aviso (extrato) n.º 3347/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva, no cargo de Diretora de Finanças Adjunta, da Direção de Finanças do Porto, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

26 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207654147

Aviso n.º 3348/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço do licenciado José Augusto Ventura da Silva, no cargo de Chefe da Divisão de Justiça Tributária, da Direção de Finanças de Aveiro, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

26 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207654309

Caixa Geral de Aposentações, I. P.

Aviso n.º 3349/2014

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir do próximo mês de abril, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respetiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO JOSÉ PINA FALCÃO
HERMÍNIO ALMEIDA ALEXANDRE

DIRETOR DE SERVIÇOS
ASSISTENTE OPERACIONAL

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL

€ 2 340,71
€ 711,28

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANA MARIA DINIS MENDES CAMPOS

TÉCNICA SUPERIOR

INSPEÇÃO-GERAL ATIVIDADES CULTURAIS

€ 1 085,75

ANA MARIA GOMES CESÁRIO LEITE
FRANCISCO JORGE SIMÕES MACHADO BELFORD
GRACIETE GERTRUDES C. CARREIRA ABRANTES
JOAQUINA ROSA CHARNECA NAITO
JOSÉ ANTÓNIO LOPES DINIZ
MARIA ALICE CARVALHO C. INÁCIO FERREIRA
MARIA DULCE SANTOS ABRAÃO
MARIA HELENA FERRAZ TRINDADE
MARIA JESUS PINTO MOURA
MARIA JOSÉ VENTURA HENRIQUES BARATA
MARIA NATÁLIA FIGUEIREDO
MARIA TERESA FONSECA CORREIA MARQUES
MARIA TERESA GIL LOPES

ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICO
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICO
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA SUPERIOR
CHEFE DE DIVISÃO
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICA SUPERIOR
TÉCNICA SUPERIOR

INSTITUTO PORT DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. € 932,35
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 847,90
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 636,76
INSTITUTO PORT DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. € 506,84
SECRETARIA-GERAL € 890,43
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 887,46
GAB ESTRATÉGIA, PLAN E AVAL CULTURAIS € 1 195,65
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 2 246,65
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO € 726,64
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO € 874,46
SECRETARIA-GERAL € 432,97
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 2 632,32
DIR-GERAL LIVRO, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS € 2 236,30

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AARÃO AUGUSTO BAPTISTA MALTA
ALBINO GUERREIRO BATISTA
ANGÉLICA MARIA SOUSA ESTEVES SILVA NUNES
ANÍBAL MANUEL MOITA SOUSA MOTA
ANTÓNIO EVANGELISTA SECA
ANTÓNIO JOSÉ SILVA LOPES
ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO ALBUQUERQUE
ANTÓNIO MANUEL MONTES VELEZ
ANTÓNIO PINTO RIBEIRO
ARLETE MARIA HELIOTROPE OLIVEIRA
BÁRBARA FÁTIMA COLAÇO MATA MARQUES MATOS
BELMIRA ALMEIDA MARQUES MEDEIRA GRAÇA
CELESTINO JOSÉ CRUZ GERALDES
FERNANDO MANUEL CARDOSO VAZ MEDEIROS
FRANCISCO ANTÓNIO QUINTAS BANHA
ISABEL MARIA MORAIS FERREIRA PINTO CONRADO
JOÃO MANUEL PAZ
JOAQUIM MANUEL MATOS NETO SILVA
JOSÉ CUSTÓDIO VIÇOSO FERREIRA
JOSÉ MANUEL FERREIRA GASPAR
JOSÉ MANUEL RAMOS MARQUES
JOSÉ PINHEIRO COSTA BERNARDES
JÚLIO ESPÍRITO SANTO DUARTE
LUÍS EDUARDO MOURA TAVARES
LUÍS MANUEL NEVES
LUÍS MANUEL PIRES
LUSITANA NEVES CRUZ RIBEIRO
MANUEL ADRIANO AZEVEDO
MANUEL JOAQUIM GONÇALVES ROCHA
MARIA ADELAIDE OLIVEIRA PEGADO
MARIA CÉU SOUSA BRAVO
MARIA DINORA SILVA R. VILAS COSTA SILVA
MARIA ÉLIA DUARTE ALVES
MARIA ENCARNÇÃO ABREU PINTO PATO
MARIA FÁTIMA CRUZ SIMÕES MESTRE SERAFIM
MARIA FERNANDA MAJER FARIA VAUGHAN
MARIA GLÓRIA LOPES LEAL MATA
MARIA ISABEL BATISTA PIRES COELHO
MARIA ISABEL MATOS
MARIA MADALENA DOUWENS LOPES RIBEIRO
MARIA ROSÁRIO ALMEIDA SOUSA JARDIM
MARIA TERESA FAZTUDO
MARIA TERESA PERES GRANCHA
MÁRIO ALBERTO BAPTISTA ALVES ALEXANDRE
MÁRIO FRAGOSO MARQUES
MÁRIO PAULO RIBEIRO VALENTE BERNARDO
MERCÊS MARIA BASTO SOUSA PINTO TRINDADE
RAMIRO MANUEL AUGUSTO FIGUEIREDO

TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
INSPECTOR TRIBUTÁRIO/ASSESSOR PRINC.
VERIFICADORA AUXILIAR ADUAN. PRINC.
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
INSPECTOR TRIBUTÁRIO NÍVEL I
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA GRAU 3
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
DIRETOR DE SERVIÇOS
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA SUPERIOR
SECRETÁRIA ADUANEIRA PRINCIPAL
REVERIFICADOR/ASSESSOR PRINCIPAL
DIRETOR DE SERVIÇO
INSPECTOR TRIBUTÁRIO NÍVEL II
REVERIFICADORA ACESSORA PRINCIPAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
INSPECTOR TRIBUTÁRIO/ASSESSOR PRINC.
TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CHEFE DE DIVISÃO
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
TÉCNICO ADM. TRIBUT./ASSESSOR PRINC.
INSPECTOR TRIBUTÁRIO ASSESSOR
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA GRAU 3
INSPECTOR TRIBUTÁRIO NÍVEL II
TÉCNICO ADMIN. TRIBUTÁRIA NÍVEL II
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
ASSISTENTE OPERACIONAL
VERIFICADOR AUXILIAR ADUAN. ESPEC.
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICA ECONOMISTA ACESSORA
REVERIFICADORA ACESSORA PRINC.
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICA ECONOMISTA ACESSORA
REVERIFICADORA ACESSORA PRINC.
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
SUBDIRETOR-GERAL
INSPECTOR TRIBUTÁRIO
TÉCNICO ADMIN. TRIBUTÁRIA NÍVEL II
INSPECTORA TRIBUT./ASSESSORA PRINC.
DIRETOR DE FINANÇAS ADJUNTO

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 420,63
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 104,30
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 041,70
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 306,99
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 003,91
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 220,66
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 755,78
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 570,76
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 4 037,46
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 004,83
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 2 026,63
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 022,97
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 992,82
D-G QUALIFICAÇÃO TRAB EM FUNC PÚBLICAS € 2 509,82
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 025,01
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 302,82
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 945,54
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 320,36
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 429,34
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 474,34
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 895,61
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 4 383,15
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 250,22
ENT SERV PARTILHADOS ADMIN PÚBLICA, I. P. € 2 495,89
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 105,01
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 398,65
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 908,74
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 1 073,63
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 690,38
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 1 814,05
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 037,40
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 860,69
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 012,39
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 252,65
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 795,91
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 398,60
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 998,92
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 223,26
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 1 254,32
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 810,35
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 448,04
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 420,66
D-G PROTEÇÃO SOCIAL FUNC AG ADM PÚBLICA € 819,51
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 833,82
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 341,23
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 589,97
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 130,52
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 127,18

TRIBUNAL DE CONTAS

ANA BELA OLIVEIRA LIMA JESUS TEODORO
JOSEFA ROSÁRIO PIRES A. FONSECA HENRIQUES
MARIA ADELAIDE ENCARNÇÃO VIEIRA NOGUEIRA
MARIA CELESTE LEITÃO LAGES LOBATO
NUNO EDUARDO SILVA IVO GONÇALVES

TÉCNICA VERIFICADORA SUP. PRINCIPAL
TÉCNICA VERIFICADORA SUP. PRINCIPAL
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA VERIFICADORA ESPEC. PRINCIPAL
AUDITOR

€ 1 885,86
€ 1 897,55
€ 1 009,98
€ 2 039,12
€ 3 624,76

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ANA MARIA DUARTE LOUREIRO REIS
ANA MARIA MEDEIROS R. A. MARQUES MENDES
ANABELA PARREIRA LÁZARO RAMOS
GUALDINA SILVA ROCHA
JOSÉ LEONEL RODRIGUES TEIXEIRA
MANUEL JOSÉ MENDES MOREIRA
MANUELA MARIA SARILHO
MARIA DEUS ALMEIDA FERREIRA
MARIA ELISA MENEZES TEIXEIRA

ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
CHANCELER
ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 1 007,06
SECRETARIA-GERAL € 926,32
SECRETARIA-GERAL € 774,59
SECRETARIA-GERAL € 747,24
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 5 884,69
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 2 278,33
SECRETARIA-GERAL € 843,16
SECRETARIA-GERAL € 2 458,72
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 972,97

MARIA GRAÇA CONCEIÇÃO PINTO OLIVEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	CAMÕES, INST COOPERAÇÃO E LÍNGUA, I. P.	€ 811,90
MARIA LUMEN SOUSA VELHO RODRIGUES	PROFESSORA	CAMÕES, INST COOPERAÇÃO E LÍNGUA, I. P.	€ 762,83
MARIA MANUELA SANTOS QUINTALO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 907,78
RUI CÂMARA HOMEM NORONHA	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 2 104,53
RUI MANUEL CARVALHO MARQUES	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 2 740,20
RUI QUARTIN SANTOS	EMBAIXADOR	SECRETARIA-GERAL	€ 3 533,22

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ALBINO NUNES LUÍS DAVID	MESTRE ESCALÃO 2	OFICINAS GERAIS MATERIAL ENGENHARIA	€ 610,58
CARLOS ALBERTO MARTINHO RIBEIRO	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 866,33
DOMINGOS JOSÉ AUGUSTO ROSA ROSALINO	OPERÁRIO ESPECIALIZADO	SECRETARIA-GERAL	€ 889,52
ILDA MARIA PEREIRA FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	ESTADO-MAIOR-GENERAL FORÇAS ARMADAS	€ 788,49
LUÍS CARNEIRO	ASSISTENTE TÉCNICO	ESTADO-MAIOR-GENERAL FORÇAS ARMADAS	€ 1 410,43
MARIA LUCINDA SANTOS GUIMARÃES	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 868,77

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ABÍLIO ARMANDO PEREIRA	SEGUNDO-SARGENTO	189480	€ 1 321,58
ANDRÉ JOAQUIM ROSADO MERENDAS	SARGENTO-MOR	071169	€ 1 992,45
ANTÓNIO ANJOS LOPES	SARGENTO-MOR	035570	€ 1 992,45
ANTÓNIO JORGE SERRA SARAIVA ROCHA	SARGENTO AJUDANTE	288678	€ 2 061,15
CARLOS EDUARDO VENDEIRINHO SANTOS	SARGENTO-MOR	024666	€ 2 922,83
CARLOS MANUEL NEVES CANAIS	SARGENTO AJUDANTE	176577	€ 1 654,79
CLÉLIO DINIS FERREIRA LEITE	CAPITÃO DE FRAGATA	020582	€ 1 498,00
DEMÉTRIO ALEGRIA MEIRA GAVETANHO	PRIMEIRO-SARGENTO	231578	€ 1 554,57
FLAMÍNIO JOSÉ PICANÇO ROBUSTA	PRIMEIRO-SARGENTO	207978	€ 1 493,80
JAIRO JOAQUIM PEREIRA FERNANDES	PRIMEIRO-SARGENTO	154177	€ 1 689,87
JOAQUIM MANUEL AMARAL FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICO	DIREÇÃO SERVIÇOS ADMIN E FINANCEIROS	€ 789,03
JOSÉ CAETANO VIEIRA	PRIMEIRO-SARGENTO	345678	€ 1 586,89
JOSÉ PEREIRA AFONSO	SARGENTO-MOR	023270	€ 1 992,45
LUÍS CORREIA LOPES BARBOSA	SARGENTO AJUDANTE	723078	€ 1 654,79
MANUEL ANTÓNIO DELGADO VARANDA	SARGENTO AJUDANTE	252777	€ 1 784,58
MANUEL BELARMINO SILVA LOPES	CAPITÃO-TENENTE	276770	€ 2 486,54
VASCO MANUEL MORENO ALVES GASPAR	CABO E	401781	€ 1 492,37

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

AMÉLIA GONÇALVES ALMEIDA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 623,12
ANASTÁCIO MANUEL SANTOS CASEIRITO	EMPREGADO ADMINISTRATIVO	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 694,23
ANÍBAL FRANCISCO JESUS RODRIGUES	SARGENTO-MOR	84131075	€ 1 992,45
ANTÓNIO ANACLETO VIEGAS FERREIRA	TENENTE-CORONEL	19191187	€ 2 452,40
ANTÓNIO FRANCISCO PERÚ EFE	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 885,59
ARTUR CARLOS MARTINS R. SEQUEIRA MONTEIRO	ASSISTENTE AJUDANTE	02177284	€ 1 411,85
CASIMIRO SOUSA	PRIMEIRO-CABO	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 345,11
CORÁLIA PIEDADE JESUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 744,29
ELISA MARIA SANTOS MERCENÁRIO LOURENÇO	COZINHEIRA	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 379,04
FRANCISCO GOMES LOPES	ENCARREGADO PRINCIPAL ARMAZÉM	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 749,71
FRANCISCO JOSÉ SILVA SANTOS	ENCARREGADO DE ARMAZÉM	OFICINAS GERAIS FARD E EQUIPAMENTO	€ 775,94
IDALINA DOMÍNGUES FREIRE LASCAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 714,95
ISABEL ASCENSÃO CERQUEIRA AZEREDO COSTA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 1 037,40
JOÃO MANUEL FERNANDES MACEDO PINTO	SARGENTO CHEFE	00523082	€ 1 852,31
JOAQUIM ANTÓNIO RELÍQUIAS TERESA	SARGENTO-MOR	06062073	€ 2 207,51
JOAQUIM MANUEL GUERREIRO ROMÃO	SARGENTO-MOR	09284180	€ 1 992,45
JORGE MANUEL ALMEIDA MOURA PORTUGAL	PRIMEIRO-SARGENTO	12164076	€ 1 493,80
JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES CAETANO	ENCARREGADO DE ARMAZÉM	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 672,67
JOSÉ AUGUSTO CARVALHO LOURENÇO	TENENTE-CORONEL	18964479	€ 2 198,43
JOSÉ FAUSTINO ESTEVES FERNANDES	TENENTE-CORONEL	01433676	€ 2 782,86
JOSÉ MANUEL TRAVASSOS BORREGA	TENENTE-CORONEL	09906675	€ 2 553,01
JOSÉ MANUEL VIEGAS LOUSA	SARGENTO AJUDANTE	15522577	€ 1 498,70
JOSÉ PAULO PEREIRA	SARGENTO-MOR	10517677	€ 1 992,45
JOSÉ PEREIRA SANTOS	TENENTE-CORONEL	18780777	€ 2 553,01
LUDOVICO AUGUSTO LOUSA DIAS BRANCO	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 485,92
LUÍS JOAQUIM RIBEIRO CARDOSO	SARGENTO-MOR	00970977	€ 1 992,45
MARIA ADELAIDE JESUS SANTOS RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 696,17
MARIA ALICE CARDOSO MELO FERREIRA PEIXOTO	OPERÁRIA 1.º ESCALÃO	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 514,68
MARIA ALICE CORREIA PEQUENO	TÉCNICA EQUIPARADA	LAB MIL PROD QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	€ 810,86
MARIA ALICE VIEIRA AGUIAR BRANCO PARENTE	EMPREGADA ADMINISTRATIVA	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 760,29
MARIA ANTÓNIA FERAZ C. PINTO PEREIRA SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 1 037,65
MARIA CONCEIÇÃO SARDINHA VICENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 945,86
MARIA CRISTINA RAINHA ANTUNES	EMPREGADA ADMINISTRATIVA	OFICINAS GERAIS FARD E EQUIPAMENTO	€ 559,10
MARIA FERNANDES LOPES CONCEIÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 877,54
MARIA HELENA MARQUES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 688,85
MARIA HELENA SÃO PEDRO R. AZEVEDO ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 949,70
MARIA ISABEL SANTOS BOAVIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 692,48
MARIA LISETE RUAS	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 828,58
MARIA PEREIRA JOSÉ	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 409,72
MIGUEL ANTÓNIO GABRIEL SILVA MACHADO	TENENTE-CORONEL	04369380	€ 2 918,76
NELSON SILVA LISBOA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 837,06
OLINDA CONCEIÇÃO COSTA AMARAL	RECECIONISTA	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 530,57

ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

ANTÓNIO GONÇALVES PIRES TRISTÃO	SARGENTO AJUDANTE	091784-C	€ 1 353,28
ANTÓNIO JOAQUIM LOPES CAETANO	SARGENTO CHEFE	033888-F	€ 1 852,31

ANTÓNIO MANUEL CRUZ	SARGENTO-MOR	008634-H	€ 2 333,89
ANTÓNIO MANUEL NEVES CASCAIS	SARGENTO AJUDANTE	033907-F	€ 1 654,79
ANTÓNIO REINALDO SOARES BAIÃO	SARGENTO CHEFE	033851-G	€ 1 852,31
BRUNO POURVERELLE LARCHER	CAPITÃO	019073-L	€ 2 099,70
CARLOS MANUEL CUNHA CARVALHO MARQUES	SARGENTO AJUDANTE	032456-G	€ 1 654,79
CARLOS MANUEL SOUSA FERREIRA	SARGENTO CHEFE	032457-E	€ 1 852,31
EMÍDIO FERREIRA SILVA	SARGENTO AJUDANTE	032623-C	€ 1 654,79
FERNANDO CAMILO VALÉRIO	SARGENTO AJUDANTE	033667-L	€ 1 654,79
JORGE MAIA SANTOS	MAJOR	033943-B	€ 2 272,73
JORGE MANUEL DIAS LOPES	SARGENTO CHEFE	033832-L	€ 1 852,31
LUÍS EVANGELISTA ESTEVES ARAÚJO	GENERAL	001383-J	€ 5 980,84
MANUEL ALFREDO MORAIS BENIGNO	TENENTE-CORONEL	033770-G	€ 2 553,01
MARIA FERNANDA SILVA ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	€ 798,74
MARINO MANUEL ROSINHA GONÇALVES ROCHA	SARGENTO CHEFE	033563-A	€ 1 852,31
RUI FERNANDO MALHEIRO MATONO	SARGENTO CHEFE	033859-B	€ 1 864,47
RUI FERNANDO MATEUS MARQUES CUNHA	CORONEL	017993-A	€ 2 880,01
RUI JORGE LOPES TAVARES FERREIRA	SARGENTO-CHEFE	033774-K	€ 1 852,31

INVALIDEZ — EXÉRCITO

ANTÓNIO DELFIM SILVA MARQUES	SOLDADO	36738761	€ 324,72
ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA FERREIRA	SOLDADO	14537775	€ 269,41
ANTÓNIO MANUEL FITAS CAMPOS	CABO AJUDANTE	29091393	€ 255,44
AUGUSTO FERNANDES GONÇALVES	SOLDADO	42198162	€ 215,81
CARLOS FONSECA ALMEIDA	SOLDADO	18688769	€ 215,81
CARLOS MANUEL DIAS PIRES	PRIMEIRO-CABO	16371068	€ 215,81
FERNANDO SANTOS PEREIRA MARTINS	SOLDADO	12911471	€ 345,11
IDALÉCIO PINTO	SOLDADO	06791768	€ 220,99
JACINTO SILVA	SOLDADO	01018963	€ 388,19
JOÃO LIMA BARCELOS	PRIMEIRO-CABO	09551667	€ 379,09
JOSÉ BORGES	SOLDADO	39151762	€ 345,11
JOSÉ COSTA FERREIRA	SOLDADO	08024265	€ 379,09
JOSÉ GOMES ALVES	SOLDADO	12227080	€ 230,24
MANUEL TOMÉ INÁCIO	PRIMEIRO-CABO	07514872	€ 196,53
MIGUEL AVELINO ROSADO SAIAS	SOLDADO	00348465	€ 210,55

DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS — ARMADA

MANUEL FRANCISCO DUARTE AMARAL	PRIMEIRO-SARGENTO	134983	€ 2 516,50
--------------------------------	-------------------	--------	------------

DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS — EXÉRCITO

ANTÓNIO BELINDORRO OLIVEIRA	PRIMEIRO-CABO	10229167	€ 1 157,77
ANTÓNIO MADURO FERNANDES	SOLDADO	16081070	€ 1 107,05
ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA	SOLDADO	06098268	€ 1 128,01
FERNANDO CONCEIÇÃO	PRIMEIRO-CABO	07352168	€ 1 107,05
FRANCISCO JOSÉ ANTUNES LÉLÉ	SOLDADO	06661468	€ 1 107,05
LUÍS SOUSA GONÇALVES PRATAS	SOLDADO	16382671	€ 1 107,05
MÁRIO SANTOS COSTA	PRIMEIRO-CABO	15064471	€ 1 107,05
RAUL NOGUEIRA PEIXOTO	SOLDADO	08563667	€ 1 113,75

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

CARLOS EDUARDO MENDES HENRIQUES	ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	€ 1 107,24
FILOMENA SÃO JOSÉ SUBTIL MOURA	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	€ 588,42
FRANCISCA PAISANO CARRASCO CONTENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	€ 855,64
JOÃO MANUEL ESTEVES MORAIS	TÉCNICO SUPERIOR	D-G INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	€ 570,51
MARIA LURDES GONÇALVES RAMALHO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO INTERNA	€ 896,10
MARIA LURDES SIMÕES CONDE	TÉCNICA SUPERIOR	D-G INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	€ 2 218,61

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

AIRES COELHO CONTENTE	CABO CHEFE	1800186	€ 1 390,16
ALEXANDRE DOMINGOS SOUSA ALMEIDA	SARGENTO-MOR	1801036	€ 2 023,68
ALMERINDO JORGE RODRIGUES	CABO	1800199	€ 1 651,34
ANTÓNIO CAMPOS LOPES	GUARDA FLORESTAL	COMANDO GERAL	€ 697,58
ANTÓNIO FERREIRA REBELO	CABO	1800440	€ 1 468,01
ANTÓNIO JOAQUIM PINTO MADUREIRA	CABO	1800653	€ 1 459,47
ANTÓNIO JOSÉ PINHO SILVA	CABO	1790158	€ 1 499,60
ANTÓNIO LUÍS TENRINHO OLIVEIRA	CABO	1801267	€ 1 502,27
ANTÓNIO MACHADO GOMES	CABO	1800634	€ 1 500,50
ANTÓNIO MANUEL BAPTISTA	GUARDA FLORESTAL	COMANDO GERAL	€ 1 096,68
ANTÓNIO MARCOLINO MORAIS PEREIRA	CABO	1800724	€ 1 433,92
ANTÓNIO PEREIRA CARVALHO	CABO CHEFE	1800557	€ 1 574,23
ARTUR CÂNDIDO ESTEVES	CABO	1800743	€ 1 442,75
CASIMIRO COSTA MARTINS	CABO	1800531	€ 1 476,73
CELSO JÚLIO TEIXEIRA FERREIRA	GUARDA	1870566	€ 936,47
DANIEL AUGUSTO MARTINS CONDE GONÇALVES	CABO	1800678	€ 1 503,72
DANIEL RODRIGUES PEREIRA	CABO CHEFE	1800135	€ 1 472,25
DAVID ANTÓNIO HENRIQUES MORÃO CUNHA	GUARDA	1930053	€ 510,81
DOMINGOS MAGALHÃES ALVES	CABO	1820456	€ 1 527,08
EDUARDO PIRES	CABO	1810073	€ 1 671,19
FAUSTO LOPES SOUSA	CABO	1800129	€ 1 614,48
FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES BRÁS	CABO	1800813	€ 1 431,92

FERNANDO FONSECA OSÓRIO	CABO	1800399	€ 1 451,29
FRANCISCO CRUZ RODRIGUES	CABO	1800416	€ 1 461,46
FRANCISCO HENRIQUE P. ALMEIDA FERREIRA	CABO	1800474	€ 1 513,76
ILÍDIO RENDEIRO GONÇALVES	SARGENTO-MOR	1796069	€ 1 986,20
JOÃO ALVES COTAS	CABO	1800147	€ 1 487,11
JOÃO ESTEVES PEREIRA	CABO	1800614	€ 1 634,21
JOÃO LUÍS FONTES CRUZ RUIVO	CABO	1800666	€ 1 419,29
JOÃO MANUEL NASCIMENTO MARTINS	CABO	1800762	€ 1 424,47
JOÃO RODRIGUES MARQUES COELHO	SARGENTO CHEFE	1796066	€ 1 844,94
JOÃO SIMÕES GOMES	CABO CHEFE	1801269	€ 1 751,34
JOSÉ ANTÓNIO COSTA PETRINCAS	CABO	1800100	€ 1 460,89
JOSÉ ANTÓNIO MENDES SILVA	SARGENTO-MOR	1796021	€ 1 661,94
JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO PEREIRA	CABO	1800902	€ 1 503,38
JOSÉ BARBOSA FERREIRA VINHAS	CABO	1800975	€ 1 397,28
JOSÉ CONCEIÇÃO LOPES CRUZ	CABO	1800026	€ 1 448,21
JOSÉ EDUARDO CAIXINHA GALINHA DOMINGOS	CABO	1800115	€ 1 503,17
JOSÉ LOBO MOURA	CABO	1800471	€ 1 507,92
JOSÉ MANUEL SILVA FERREIRA	SARGENTO AJUDANTE	1806094	€ 1 576,57
JOSÉ MARIA CARVALHO RIBEIRO	CABO	1800984	€ 1 504,82
JOSÉ MENDES ALMEIDA	CABO	1810737	€ 1 430,24
JOSÉ VALDEMAR CARNEIRO SANTOS	GUARDA FLORESTAL	COMANDO GERAL	€ 618,66
LUÍS FILIPE MARTINS CARVALHO	GUARDA	1950576	€ 373,23
LUÍS JESUS SOARES	CABO	1800684	€ 1 481,03
LUÍS SIMÕES LOPES PEREIRA	CABO	1801374	€ 1 405,54
MANUEL FERNANDES COELHO ALVES REBELO	CABO	1800033	€ 1 465,63
ORLANDO FRANCISCO MARTINS	CABO	1800731	€ 1 474,31
OSVALDO ANTÓNIO MOTA SANTOS ALVES	CABO CHEFE	1806057	€ 1 455,97
SERAFIM GONÇALVES PIRES	CABO	1800632	€ 1 453,23

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AGOSTINHO FERNANDO PAIVA SEBASTIÃO ALVES	AGENTE PRINCIPAL	134034	€ 1 260,04
ALBERTO ALMEIDA BARBOSA MENDES	AGENTE PRINCIPAL	134728	€ 1 219,90
ALBERTO PEREIRA MARTINS ESPERANÇA	AGENTE PRINCIPAL	133738	€ 1 351,63
ALBERTO VIRGÍLIO MATIAS GONÇALVES	AGENTE PRINCIPAL	132738	€ 1 325,95
ALCIDES FIGUEIREDO	AGENTE PRINCIPAL	130152	€ 1 591,00
ÁLVARO MANUEL ROCHA VALENTE	AGENTE PRINCIPAL	145607	€ 668,03
AMÁNDIO MANUEL QUEIRÓS ALVES TEIXEIRA	AGENTE PRINCIPAL	132419	€ 1 260,13
AMARO SIMÕES NEVES	AGENTE PRINCIPAL	132858	€ 1 695,63
AMÉRICO PEDRO MEDEIROS TAVARES	CHEFE	129963	€ 1 745,00
AMÉRICO TEIXEIRA	SUBCOMISSÁRIO	126669	€ 1 935,61
ANTÓNIO ABEL FERNANDES SANTOS	AGENTE PRINCIPAL	132217	€ 1 249,98
ANTÓNIO CHAMIÇO MATOS	CHEFE	135206	€ 1 225,87
ANTÓNIO JÚLIO REMONDES	CHEFE	126630	€ 1 617,06
ANTÓNIO MANUEL FLOR COELHO	AGENTE PRINCIPAL	128203	€ 1 418,59
ANTÓNIO MANUEL GOMES MOREIRA	AGENTE PRINCIPAL	129418	€ 1 855,27
ANTÓNIO SANTOS SILVA	AGENTE PRINCIPAL	132757	€ 1 575,92
ANTÓNIO VIEIRA MENDES	CHEFE	128128	€ 1 874,27
ANTÓNIO VIEIRA NOGUEIRA	AGENTE PRINCIPAL	127977	€ 1 630,70
ARMÉNIO CRAVEIRO BAPTISTA	AGENTE PRINCIPAL	132037	€ 1 311,44
AUGUSTO FERNANDO PEREIRA RIBEIRO	AGENTE PRINCIPAL	130042	€ 1 578,06
BELMIRO JORGE PINHEIRO COUTINHO	AGENTE PRINCIPAL	133936	€ 1 530,08
CARLOS ALBERTO FERNANDES CARDOSO	AGENTE PRINCIPAL	129317	€ 1 636,28
CARLOS CASTRO GONÇALVES CARRELO	AGENTE PRINCIPAL	128757	€ 1 643,06
CARLOS FERNANDO NEVES CRUZ	CHEFE PRINCIPAL	129109	€ 1 859,95
CARLOS FILIPE SILVA	AGENTE PRINCIPAL	133213	€ 1 253,26
CARLOS MANUEL ANTUNES FARIA CARREIRAS	CHEFE	130725	€ 1 602,05
CRISTÓVÃO ANTÓNIO OLIVEIRA GUEDES	AGENTE PRINCIPAL	131306	€ 1 409,19
DAVID FERREIRA ALMEIDA	AGENTE PRINCIPAL	133753	€ 1 160,66
FERNANDO NUNES MOITA	AGENTE PRINCIPAL	133937	€ 1 186,82
FRANCISCO CARLOS DELGADO	CHEFE PRINCIPAL	129110	€ 1 712,14
GRAÇA MARIA ALVES RIBEIRO TEJO	AGENTE PRINCIPAL	130561	€ 1 228,66
HENRIQUE MARTINS PUGA	AGENTE PRINCIPAL	132203	€ 1 295,11
HERNÁNI MANUEL LAMEIRAS VIEIRA	AGENTE PRINCIPAL	133687	€ 1 613,69
JECRIA OSSUMAN	AGENTE PRINCIPAL	134176	€ 1 380,03
JOÃO DOMINGUES FERNANDES	AGENTE PRINCIPAL	131815	€ 1 273,29
JOÃO LUÍS RIJO	AGENTE PRINCIPAL	131316	€ 1 358,73
JOÃO MANUEL CORREIA ANTUNES	AGENTE PRINCIPAL	132254	€ 1 654,11
JOÃO RODRIGUES MOTA	AGENTE PRINCIPAL	134949	€ 1 456,32
JOÃO SARAIVA SILVEIRA	AGENTE PRINCIPAL	135056	€ 1 202,92
JOAQUIM DUARTE RUIVO	AGENTE PRINCIPAL	132250	€ 1 247,43
JOAQUIM FRANCISCO MINA MOREIRA	AGENTE PRINCIPAL	134228	€ 1 060,44
JOAQUIM HILÁRIO BARATA GASPAR	AGENTE PRINCIPAL	129229	€ 1 587,88
JOAQUIM SILVA BENTO	AGENTE PRINCIPAL	133994	€ 1 210,73
JOSÉ ÁNGELO COSTA MOREIRA RODRIGUES	AGENTE PRINCIPAL	133685	€ 1 246,55
JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES OLIVEIRA	AGENTE PRINCIPAL	127018	€ 1 505,96
JOSÉ ANTÓNIO LOBO ESTEVES	AGENTE PRINCIPAL	132005	€ 1 152,56
JOSÉ ANTÓNIO MISSA GONÇALVES	AGENTE PRINCIPAL	133875	€ 1 212,16
JOSÉ BESSA FERREIRA	AGENTE PRINCIPAL	132731	€ 1 587,20
JOSÉ LUÍS LOPES ALCOBIA	AGENTE PRINCIPAL	128691	€ 1 636,64
JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LOURENÇO	CHEFE PRINCIPAL	129980	€ 1 648,18
JOSÉ MANUEL PEREIRA TEIXEIRA	AGENTE PRINCIPAL	132621	€ 1 308,09
JOSÉ MANUEL SILVA CACÃO	SUBINTENDENTE	131127	€ 1 885,58
JÚLIO ANTÓNIO SILVA MOURA	AGENTE PRINCIPAL	136158	€ 1 206,81

LEONARDO ALVES FILIPE	AGENTE PRINCIPAL	133054	€ 1 261,26
MANUEL ANTÓNIO DIONÍSIO	CHEFE PRINCIPAL	129848	€ 1 521,15
MANUEL AUGUSTO PIRES RÊGO BARROS	AGENTE PRINCIPAL	133929	€ 1 201,83
MANUEL BRITES PEREIRA IVO	CHEFE	126305	€ 1 914,33
MANUEL MARTINS FERNANDES PEREIRA	AGENTE PRINCIPAL	130973	€ 1 597,99
MANUEL SALVADOR LOBO	AGENTE PRINCIPAL	129346	€ 1 613,11
MARIA AMÉLIA SANTOS PEREIRA BARRETO VIEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO NACIONAL	€ 1 250,81
MARIA CRISTINA FERREIRA LOPES	AGENTE PRINCIPAL	133588	€ 1 249,81
MARIA EDITE VIEIRA CRUZ FARIA	TÉCNICA DE INFORMÁTICA	DIREÇÃO NACIONAL	€ 1 517,22
MARIA ISABEL SALVADOR OLIVEIRA	TÉCNICA DE INFORMÁTICA	DIREÇÃO NACIONAL	€ 1 351,03
MARIA LURDES ALVES FERNANDES TIAGO	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO NACIONAL	€ 359,92
MARIA SUSANA SOUSA	CHEFE	136920	€ 1 421,87
MARIA UMBELINA AZINHEIRA OLIVEIRA	CHEFE PRINCIPAL	130478	€ 1 548,52
MÁRIO FERREIRA SILVA PINA	AGENTE PRINCIPAL	131636	€ 1 409,01
MAXIMINA BATISTA VASQUES DIOGO	AGENTE PRINCIPAL	130436	€ 1 229,41
OLÍMPIO SANTOS VARELAS	AGENTE PRINCIPAL	131758	€ 1 524,97
ONOFRE JACINTO CASTRO SOARES	AGENTE PRINCIPAL	131326	€ 1 347,81
PAULINO JORGE CORREIA MONIZ	CHEFE PRINCIPAL	129518	€ 1 610,18
PEDRO MIGUEL MORENO MESQUITA	SUBINTENDENTE	100183	€ 1 225,59
SILVINO GASPARG PINHEIRO	AGENTE PRINCIPAL	126777	€ 1 534,13
VALENTIM PINA	CHEFE PRINCIPAL	130886	€ 1 694,16
VÍTOR MANUEL JESUS ALMEIDA	AGENTE PRINCIPAL	133751	€ 1 162,22

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANA MARIA BRANCA MIRANDA SOUSA RÊGO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 2 598,74
ANA MERCÊS CONCEIÇÃO SOTA	ESPECIALISTA AUXILIAR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 940,51
ANA PAULA DUARTE CRISTÓVÃO	SEGUNDA-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 669,33
ANÍBAL MANUEL LOPES PIRES	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 514,87
ANTÓNIO MANUEL CARDOSO RODRIGUES ANDRADE	TÉCNICO SUPERIOR 1.ª CLASSE	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 2 000,95
ANTÓNIO MANUEL CONDE GOMES	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 135,13
BERNARDINO AFONSO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 412,38
CARLOS ALBERTO FERREIRA RIBEIRO SOARES	INSPECTOR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 2 451,66
CARLOS MANUEL FERNANDES	PROCURADOR DA REPÚBLICA	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	€ 4 136,99
CLARINDA MARIA SOUSA T. ALMEIDA LEITÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS	€ 894,06
ERCÍLIA MARIA ALMEIDA F. MARQUES GARCIA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 897,38
FERNANDO MANUEL VENTURA VELEZ	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 070,75
FRANCISCO MANUEL CARVALHO REIGONES	SUBCHEFE PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 579,99
GINA MARIA PIRES FRAGOSO ALMEIDA SILVA	PRIMEIRA-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 2 031,44
GUIOMAR RODRIGUES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 305,25
HENRIQUE LUÍS OLIVEIRA	ASSISTENTE RELIGIOSO	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 394,97
JOÃO ANTÓNIO GONÇALVES MENDES	SUBCHEFE PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 475,44
JORGE VILHENA RAIMUNDO CARREIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 809,84
JOSÉ ANTÓNIO LEMOS SILVA	DIRETOR ESTABELECIMENTO PRISIONAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 2 037,11
JOSÉ ANTÓNIO SILVA TELXEIRA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 098,64
JOSÉ MARQUES FELÍCIO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 183,19
JOSÉ MAURÍCIO GOMES PEREIRA	INSPECTOR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 2 825,21
JUDITE RODRIGUES RESENDE	PROCURADORA DA REPÚBLICA	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	€ 4 493,45
LEOPOLDINA MARIA SANTOS P. PINHO TAVARES	ESCRITURÁRIA	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 985,48
LUÍS EUGÉNIO LEAL SANTOS	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 586,10
MARIA ADELAIDE MOREIRA GUEDES	SEGUNDA-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 173,24
MARIA ANTÓNIA PIRES COELHO FREITAS	TÉCNICA SUPERIOR	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 2 186,97
MARIA ASSUNÇÃO CARMO ALVES	COORDENADORA	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 2 249,58
MARIA CONCEIÇÃO ROCHA LIMÃO	ESCRIVÃ AUXILIAR	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	€ 1 353,18
MARIA FILOMENA FIALHO ROCHA PEREIRA	CONSERVADORA	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 3 803,61
MARIA HELENA MARQUES BRASÃO	TÉCNICA SUPERIOR PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 599,22
MARIA HELENA SANTOS SILVA VARANDAS	PROCURADORA-GERAL ADJUNTA	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	€ 4 543,16
MARIA LURDES VAZ SECA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 435,17
MARIA MARGARIDA SILVA C. SARAIVA RAPOSO	CONSERVADORA	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 3 418,90
MARINA CLARA MARQUES VENTURA	AJUDANTE PRINCIPAL	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 2 352,94
PLÁCIDO MIGUEL M. SOARES ALBUQUERQUE	PRIMEIRO-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 293,74
RUI VAZ MOTA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 293,19
SUSANA MARIA SANTOS GAMEIRA MATOS	ASSESSORA	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 911,03
TERESA MARIA MORGADO BARBOSA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 058,83
ZILDA MARIA RODRIGUES GONÇALVES CARDOSO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS	€ 1 466,94

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

ANA MARGARIDA CONCEIÇÃO CALEIA ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 890,64
ANA MARIA LOPES FERREIRA	TÉCNICA SUPERIOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 1 200,89
ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA GONÇALVES MOREIRA	INSPECTOR ADJUNTO PRINCIPAL	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 1 059,94
ANTÓNIO SEBASTIÃO COLAÇO	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 993,69
AURORA ROSALINA RAMOS O. APARÍCIO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 913,44
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA MARTINS NUNES	INSPECTOR TÉCNICO ESPECIALISTA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 1 520,47
ESTER SAMEIRO VARANDAS S. FRAGOSO LIMA	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 861,75
FELISMINA JESUS R. MATOS CARDOSO LARANJEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A.	€ 831,23
FRANCISCO INGLETE MENDES BONICHE	ASSISTENTE OPERACIONAL	ENTIDADE REGIONAL TURISMO DO ALGARVE	€ 823,33
FRANCISCO NÓBREGA CATALÃO	ASSISTENTE TÉCNICO	DIREÇÃO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORTE	€ 1 003,23
JOANA MARIA BOTELHO TORREZÃO FIGUEIREDO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL ATIVIDADES ECONÓMICAS	€ 845,95
JOAQUIM ANTUNES FERREIRA	TÉCNICO SUPERIOR	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 2 247,02
JOAQUIM EDUARDO PEDROSA VASCO	DIRETOR DE SERVIÇOS	DIREÇÃO-GERAL ATIVIDADES ECONÓMICAS	€ 2 537,02
JOSÉ ALBERTO GOMES TEIGA MANO	INSPECTOR PRINCIPAL	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 1 956,54
LAURINDO AZEVEDO GONÇALVES	INSPECTOR TÉCNICO PRINCIPAL	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 1 366,56
LUÍS MANUEL PEREIRA GUILHERME	INSPECTOR ADJUNTO ESPECIALISTA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 956,60

MARIA CRISTINA JORGE EIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 1 100,30
MARIA FÁTIMA CAMPOS CORDEIRO	COORDENADORA TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 1 465,59
MARIA FÁTIMA FERRO COSTA	TÉCNICA SUPERIOR	DIREÇÃO-GERAL ATIVIDADES ECONÓMICAS	€ 2 286,37
MARIA FERNANDA CASCO MARTINS	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 1 933,55
MARIA FERNANDA GARCEZ SÁ REIS BRAVO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 718,88
MARIA GILDA SACRAMENTO MIRANDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR	€ 642,19
MARIA GRACIETE RODRIGUES SAMPAIO HEITOR	ASSISTENTE OPERACIONAL	TURISMO DE PORTUGAL, I. P.	€ 561,79
MARIA GUILHERME SILVA GASPAR	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 812,93
MARIA ILDA ANTUNES G. MARQUES CORREIA	COORDENADORA TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 905,27
MARIA JESUS FERNANDES BARRA ASSUNÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO REGIONAL ECONOMIA DO CENTRO	€ 739,88
MARIA JOSÉ DUARTE MATOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	TURISMO DE PORTUGAL, I. P.	€ 327,88
MARIA LÚCIA CRUZ SIMAS CORREIA	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 946,01
MARIA MANUELA FERNANDES RODRIGUES MORAIS	COORDENADORA TÉCNICA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 970,51
MARIA MANUELA MARTINS SILVA FERREIRA	ASSISTENTE SÉNIOR	AGÊNCIA INVEST COMÉRCIO EXTERNO, E. P. E.	€ 1 107,58
MARIA MANUELA RAMOS RIBEIRO FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 871,20
MARIA PRAZERES OLIVEIRA LOPES	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 525,49
VÍTOR LUÍS FARIA MOURÃO	INSPEÇÃO ADJUNTO PRINCIPAL	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 927,11
ZÉLIA CONCEIÇÃO PAZEIRO SANTOS DIAS SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 692,76

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

ABEL MARIA MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COIMBRA	€ 730,41
ABÍLIO ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	€ 450,05
ADÃO CAMILO MOREIRA SOUSA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 892,80
ADELINA RODRIGUES MORAIS CALADO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 400,25
ADÉRITO SANTOS CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AVEIRO	€ 845,34
ADRIANO CONCEIÇÃO AGUIAR ANDRADE	COORDENADOR TÉCNICO	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 155,94
AGOSTINHO BESSA MAGALHÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PAREDES	€ 692,75
AGOSTINHO JOAQUIM SALVATERRA FRAÚSTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE VIANA DO ALENTEJO	€ 587,76
ALBERTINO CABRITA CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 272,78
ALBERTO COSTA FERNANDES	DIRETOR MUNICIPAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 2 924,78
ALBERTO INÁCIO SIMÕES DESCALÇO	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 832,82
ALBERTO JOSÉ LOUREIRO COCHFEL	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	€ 1 103,97
ALBERTO MANUEL PAULINO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COVILHÃ	€ 393,90
ALBINO ANTÓNIO TERESA	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 857,90
ALBINO MAGALHÃES RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	€ 239,99
ALBINO RAMALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	€ 604,95
ALCIDES COSTA MATIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 665,00
ALFREDO ROSA SILVA LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ODIVELAS	€ 953,77
ALICE MARTINS COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MANGUALDE	€ 366,03
ALIDA MARIA SANTOS MARQUES ROCHA	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE OVAR	€ 1 020,33
ALMIRO LOPES CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	€ 905,94
ÁLVARO JOSÉ RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SETÚBAL	€ 751,74
ANA FERREIRA SANTOS FIGUEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 716,13
ANA GARNACHO RONDÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 724,86
ANA GERTRUDES PIÇARRA LANGUNA	AUXILIAR DE LIMPEZA	ÁGUAS DO SADO, S. A.	€ 295,35
ANA MARIA FERNANDES COELHO BATISTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARREIRO	€ 328,71
ANA PAULA FERREIRA DIAS FÉLIX	COORDENADORA TÉCNICA	FREGUESIA DE COSTA DE CAPARICA	€ 987,32
ÂNGELA EMILIA SILVA CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SESIMBRA	€ 379,04
ÂNGELA MARIA SANTOS GUERREIRO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 424,25
ÂNGELO CAMPOTA DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIÃO FREG S. MARINHA E S. PEDRO AFURADA	€ 252,65
ANÍBAL SILVA CARVALHO GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIA	€ 471,68
ANSELMO SILVA ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	€ 671,37
ANTÓNIA ALVES RODRIGUES MACEDO	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	MUNICÍPIO DE MURÇA	€ 1 403,36
ANTÓNIO ALEGRE RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	€ 520,71
ANTÓNIO ALEXANDRE MAURÍCIO SIMÃO	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	MUNICÍPIO DE PORTALEGRE	€ 1 896,15
ANTÓNIO BARROS MONTEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 727,79
ANTÓNIO BESSA ANDRADE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 591,57
ANTÓNIO CARLOS PEREIRA CORREIA	SAPADOR BOMBEIRO	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 326,60
ANTÓNIO CARLOS SILVA MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	€ 556,54
ANTÓNIO COMINHO MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOURA	€ 379,04
ANTÓNIO CONDUTO CHORA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	€ 810,49
ANTÓNIO CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CARTAXO	€ 507,93
ANTÓNIO DOMINGOS FERREIRA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 930,71
ANTÓNIO EUGÉNIO B. FERRADOR CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AVIS	€ 379,04
ANTÓNIO FERREIRA MATINHA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 152,67
ANTÓNIO FRANCISCO PEREIRA SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMADA	€ 379,04
ANTÓNIO HILDEBRANDO P.SEPÚLVEDA GUIMARÃES	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE BARCELOS	€ 865,46
ANTÓNIO JOAQUIM ALVES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 806,41
ANTÓNIO JOAQUIM DOURADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 250,15
ANTÓNIO JORGE BRANDÃO AZEVEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 240,88
ANTÓNIO JOSÉ FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PINHEL	€ 390,64
ANTÓNIO JOSÉ FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO	€ 754,59
ANTÓNIO JOSÉ SOEIRO NUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 073,10
ANTÓNIO MANUEL ROSADO PARELHO	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ARRONCHES	€ 908,14
ANTÓNIO MANUEL SILVA SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CAMINHA	€ 636,31
ANTÓNIO MANUEL SILVEIRO BORGES	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE PENAMACOR	€ 1 112,23
ANTÓNIO MANUEL VARELA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 379,04
ANTÓNIO MANUEL VIDEIRA SÁ	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE MONTIJO	€ 1 013,77
ANTÓNIO MARIA BIZARRO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE NISA	€ 714,71
ANTÓNIO MARTINS VILHENA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 867,83
ANTÓNIO MATOS SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	€ 773,35
ANTÓNIO MIGUEL BEJA CONTENTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO	€ 515,87
ANTÓNIO MOREIRA TORRES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE MAIA	€ 547,48

ANTÓNIO NUNES FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOUSADA	€ 605,72
ANTÓNIO SANTOS LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE POMBAL	€ 733,18
ANTÓNIO SILVA BARROS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	€ 601,16
ANTÓNIO VENEZA FIGUEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	€ 760,18
APARÍCIO ROSA ALMEIDA	FISCAL DE OBRAS PÚBLICAS	INST HABITAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA, I. P.	€ 776,10
ARMANDO ANTÓNIO BOTELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PALMELA	€ 561,84
ARMANDO BASTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 459,02
ARMANDO FERNANDES CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALENÇA	€ 656,94
ARMINDA LARANJEIRA VICENTE CONCEIÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 810,74
ARNALDO FERREIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 831,98
AUGUSTA ASSUNÇÃO GONÇALVES PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 968,98
AUGUSTO ALFREDO SILVA TAVARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 337,04
AUGUSTO GONÇALVES LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 665,17
AUGUSTO SILVA PEREIRA	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAIA	€ 618,10
AVELINO GOMES COSTA SERRÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALCANENA	€ 823,19
BALTAZAR JESUS COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	€ 727,06
BÁRBARA MARIA RAMOS MARTINS	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO SINTRA	€ 822,70
BELMIRA CONCEIÇÃO BORGES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE CASTELÕES	€ 394,09
BELMIRO CUNHA COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALONGO	€ 475,87
BENTO GOMES	ENCARREGADO	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 889,93
BENTO JOSÉ PEREIRA	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	€ 904,84
BOAVENTURA NOVAIS DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 758,66
CÂNDIDO AUGUSTO SILVA RIBEIRO MOTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PAREDES	€ 847,01
CÂNDIDO LOPES MOREIRAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CHAVES	€ 647,78
CARLA FÁTIMA PAULO ROCHA	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 527,63
CARLOS ALBERTO FERREIRA BRAGA GONÇALVES	ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 782,77
CARLOS ALBERTO GENERAL LEIRIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 854,77
CARLOS ALBERTO MELO TEMPERA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 849,26
CARLOS AUGUSTO BARROS VILAR	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ODIVELAS	€ 562,05
CARLOS DOMINGOS CARVALHO NASCIMENTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	€ 797,22
CARLOS FILIPE JUSTINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO SINTRA	€ 1 305,71
CARLOS MANUEL CARVALHO MELO RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 769,13
CARLOS MANUEL GONÇALVES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO OIRAS	€ 496,46
CARLOS MANUEL ISIDRO MADRUGA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CARTAXO	€ 587,21
CARLOS MANUEL SOUSA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	€ 490,87
CARLOS RUI SANTOS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PALMELA	€ 574,68
CARLOTA MARIA LOPES CARDEIRO AREIA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 926,94
CECÍLIA ALMEIDA PINHO COSTA GUEDES	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	€ 1 237,08
CECÍLIA SANTOS GLÓRIA JOAQUIM COLAÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 239,99
CELESTINO MARQUES FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VISEU	€ 744,13
CELSO FRANCISCO SOUSA BRANCO	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	€ 1 830,06
DEOLINDA MARIA SILVA CARDOSO LEAL	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 849,60
DOMINGOS ARMANDO MONTEIRO COSTA	FISCAL MUNICIPAL ESPECIALISTA	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 716,54
DOMINGOS FREITAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE PONTE	€ 541,53
DOMINGOS MARTINS PIRES CARNEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARCELOS	€ 272,78
EDUARDO ANTUNES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AC-ÁGUAS DE COIMBRA, E. M.	€ 580,71
EDUARDO AUGUSTO LOPES OLIVEIRA	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 822,50
EDUARDO CAMPOS POSSIDÓNIO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	€ 844,32
EDUARDO JORGE FERREIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CASCAIS	€ 749,79
EDUARDO JOSÉ FIGUEIREDO PENAFORTE	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 844,05
EDUARDO MARIA SANTOS BRANCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ANADIA	€ 571,72
EMÍLIA CONCEIÇÃO SILVA CASTRO GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 449,98
EMÍLIA MARIA DANTAS OLIVEIRA	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 1 823,40
EMÍLIA MARIA MELO FERREIRA	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 588,97
EMITINA MARIA SOUSA ALEXANDRINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CORUCHE	€ 379,04
FAUSTINO AUGUSTO SILVA PACHECO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 583,86
FERNANDA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 433,64
FERNANDO JÚLIO MATEUS MADUREIRA	COORDENADOR TÉCNICO	MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO	€ 954,00
FERNANDO LOURENÇO NAVE AFONSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 404,44
FERNANDO LUÍS PEREIRA PINTO	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	€ 725,63
FERNANDO MARTINS OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO	€ 451,18
FILOMENA JESUS CASTANHO BEIRÃO CARRAPIÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTALEGRE	€ 344,10
FIRMINO FRANCISCO CID CARMO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONFORTE	€ 849,04
FORTUNATO MANUEL BATISTA MASSANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIA	€ 608,27
FRANCISCA ROSALINA REIS MARREIROS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 382,51
FRANCISCO ANTÓNIO RIBEIRO LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ÉVORA	€ 563,32
FRANCISCO BERNARDO GUERREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 560,61
FRANCISCO JOÃO COUTINHO SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTIJO	€ 517,10
FRANCISCO MARQUES ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	€ 598,09
FRANCISCO NASCIMENTO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FIGUEIRA CASTELO RODRIGO	€ 745,16
FRANCISCO PEIXOTO RÉGO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 594,78
FRANCISCO PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	€ 322,88
FRANCISCO SALES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 387,99
FRANCISCO SILVA RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE SEIA	€ 753,84
GASPAR SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 733,69
GASPAR VIEIRA MONTEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 994,01
GERMANO MANUEL SANTOS RAPOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO OIRAS	€ 629,99
GUBERTO JOSÉ PACHECO FERNANDES	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 898,31
GUILHERME AUGUSTO VELEZ PASSOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 706,34
HERONDINA FERNANDES ALVES GLÓRIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 466,20
HUMBERTO CÉSAR MOREIRA COSTA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	€ 1 125,22
IDALINA MARIA MACHADO VIEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CARTAXO	€ 613,50
ILDA MARTINS CEIÇA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALCobaça	€ 447,02
ILÍDIO GARCEZ RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 432,70

ILÍDIO SILVA PEDRO	VIGILANTE DA NATUREZA	COMISSÃO COORD DESENV REG ALENTEJO	€ 766,92
INÁCIO FONSECA CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 513,56
INÁCIO POTE RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	€ 603,09
ISABEL FARINHA SOUSA ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 513,66
JAIME GREGÓRIO CABRITA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 703,35
JOÃO AFONSO FARINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SERTÁ	€ 402,03
JOÃO ANTÓNIO COELHO PATINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	€ 704,09
JOÃO FERNANDO BARBOSA TADEU	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 779,95
JOÃO JOSÉ MARQUES SANTOS	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	SERV MUNIC VILA F XIRA ÁGUA E SANEAM	€ 901,12
JOÃO MANUEL FERNANDES LOBO	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 755,58
JOÃO MANUEL JESUS LOPES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMEIDA	€ 767,13
JOÃO MANUEL MENDES SARDINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SOUSEL	€ 503,44
JOÃO MARQUES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	€ 514,60
JOÃO NASCIMENTO RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 981,23
JOÃO OLIVEIRA ROCHA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 768,32
JOÃO SANTOS DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CARTAXO	€ 627,66
JOÃO SANTOS MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALONGO	€ 863,65
JOÃO SILVA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 877,22
JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA MORAIS	CHEFE 1.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 2 081,02
JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA CARVALHO	CHEFE 2.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 2 085,36
JOAQUIM HENRIQUE ALVES MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA	€ 538,31
JOAQUIM MANUEL MARTINS CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 689,50
JOAQUIM NUNES DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 506,52
JOAQUIM OLIVEIRA CARREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LEIRIA	€ 811,63
JOAQUIM SILVA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 553,06
JOAQUIM SILVA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESPINHO	€ 619,02
JOAQUINA ANTÓNIA LEAL Mouro BOTELHO	ASSISTENTE TÉCNICA	FREGUESIA DE ALTER DO CHÃO	€ 736,66
JOAQUINA MARIA INÁCIO LUCAS ROCHA	TÉCNICA SUPERIOR	COMISSÃO COORD DESENV REGIONAL CENTRO	€ 1 384,54
JORGE CARMO COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAMEGO	€ 624,68
JORGE MANUEL CORREIA Mouro	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COVILHÃ	€ 786,17
JORGE MANUEL LOPES SEQUEIRA FONSECA ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	€ 733,83
JORGE MANUEL SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 688,18
JORGE MANUEL SARAIVA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MÉDA	€ 669,05
JOSÉ ADELINO ALMEIDA SILVA	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALCOCHETE	€ 778,53
JOSÉ ARMINDO CRESCO PACHECO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTALEGRE	€ 521,66
JOSÉ ARSÉNIO CONCEIÇÃO GUERREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 487,47
JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE	€ 437,97
JOSÉ CARLOS CAÇADOR	BOMBEIRO 2.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE CORUCHE	€ 730,05
JOSÉ CARLOS SILVA BRITO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 577,54
JOSÉ CARVALHO COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 631,17
JOSÉ DUARTE COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL	€ 403,44
JOSÉ FERNANDES FAUSTINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 457,73
JOSÉ FERNANDES MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 857,26
JOSÉ FRANCISCO CARMO RAIMUNDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 738,23
JOSÉ FRANCISCO RAMOS PONTES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BEJA	€ 487,50
JOSÉ GALANTE VIEGAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 548,63
JOSÉ GASPAS SILVA MAGALHÃES COELHO	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 1 946,47
JOSÉ GONÇALVES VIEGAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 877,23
JOSÉ JOÃO SERROTE MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	€ 489,10
JOSÉ JOAQUIM BEXIGA ESPÍRITO SANTO MELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOITA	€ 810,34
JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTIJO	€ 787,00
JOSÉ LOUREIRO NEVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 699,25
JOSÉ LUÍS AIRES BEXININA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 663,87
JOSÉ LUÍS PESTANA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 434,51
JOSÉ MANUEL GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	€ 635,51
JOSÉ MANUEL MELO CARVALHO	ENCARREGADO OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	€ 821,03
JOSÉ MANUEL NOGUEIRA SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 653,03
JOSÉ MANUEL PIÇARRA ALMEIDA	INVESTIGADOR AUXILIAR	LABORATÓRIO NAC ENERGIA E GEOLOGIA, I. P.	€ 2 535,37
JOSÉ MANUEL ROSÁRIO MENDES	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 706,34
JOSÉ MANUEL SILVA EVARISTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ÁGUAS DO SADO, S. A.	€ 1 006,24
JOSÉ MANUEL TAVARES HERCULANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 540,29
JOSÉ MARIA DIAS CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 995,66
JOSÉ MARIA PACHECO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 1 184,72
JOSÉ MARQUES JORDÃO	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DA FOZ	€ 492,98
JOSÉ MINISTRO LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 579,58
JOSÉ OLIVEIRA MAGALHÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 841,88
JOSÉ SANTOS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 694,54
JOSÉ VÍTOR PINTO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	€ 682,32
JOSÉLIA CONCEIÇÃO SOUSA COSTA PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 718,28
JÚLIA ALMEIDA PEDREIRO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO	€ 443,90
LAURÉNCIA ENCARNAÇÃO LOURENÇO JACINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 465,86
LEÃO ISMAEL GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 803,28
LÍDIA MENDES SANTOS TOSTÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DA CHARNECA	€ 379,56
LUÍS FILIPE FIDALGO CHAGAS CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE SESIMBRA	€ 1 003,65
LUÍS HERMENEGILDO PEREIRA REBOCHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	€ 742,02
LUÍSA MARQUES ARAÚJO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 892,18
LUÍSA RAMOS CÂNDIDO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 895,81
MANUEL ALBERTO ARAÚJO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 1 169,25
MANUEL ALVES SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	€ 526,63
MANUEL ANTÓNIO HORTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMADA	€ 1 108,99
MANUEL BARROSO BOUÇA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AMADORA	€ 642,89
MANUEL DUARTE RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AROUCA	€ 534,01
MANUEL FERNANDO BARBOSA DORES CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARCELOS	€ 670,18
MANUEL HUMBERTO SEIXAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	€ 747,13

MANUEL JESUS DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	€ 664,84
MANUEL JOAQUIM GUIASADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	€ 696,85
MANUEL JOAQUIM ROBALO RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENAMACOR	€ 404,44
MANUEL JOAQUIM TELES REBOCHO	FISCAL MUNICIPAL	MUNICÍPIO DE ALMADA	€ 830,36
MANUEL JOSE LOBO FRANCISCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SESIMBRA	€ 886,29
MANUEL MADEIRA SURRADOR	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS AVEIRO	€ 763,58
MANUEL POSSIDÔNIO REBOCHO CAEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	€ 464,81
MANUEL SILVA ABREU	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DA FOZ	€ 1 069,13
MARCELINO RICARDO BUGALHO VALIDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ	€ 666,66
MARIA ADELAIDE LUZ FARIA LOUREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 379,04
MARIA ALBERTA LOUREIRO MELO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 713,16
MARIA ALICE PEREIRA RAMOS CAEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	FREGUESIA DE SOCORRO	€ 732,35
MARIA AMÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	€ 623,58
MARIA ANTÓNIA CONCEIÇÃO ROCHA BARTOLOMEU	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	€ 1 174,01
MARIA ARMINDA TAVARES VILARINHO REGADO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 686,38
MARIA AUGUSTA GAMEIRO SILVA SOUSA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 988,76
MARIA CARMO SILVEIRA REIS MATIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 696,31
MARIA CARMO TAVARES BORGES LISBOA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIÃO FREG IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES	€ 847,55
MARIA CAROLINA BENTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SANTARÉM	€ 586,76
MARIA CAROLINA RAMALHO FERREIRA BARBOSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PÓVOA DE VARZIM	€ 487,62
MARIA CELESTE CORREIA PAULINO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PONTE DE SÔR	€ 394,92
MARIA CELESTE MENDES SILVA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 480,33
MARIA CESALTINA MATA SEQUEIRA MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SESIMBRA	€ 540,90
MARIA CONCEIÇÃO AZEVEDO GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 516,92
MARIA CONCEIÇÃO B. J. DOMINGUES CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 491,91
MARIA CONCEIÇÃO VELOSO RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 508,59
MARIA CREMILDA LEITÃO DOMINGOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAFRA	€ 415,98
MARIA CRISTINA MIGUÊNS GIL	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 2 456,56
MARIA DORES CRUZ SANTOS MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIA	€ 525,37
MARIA EDUARDA CIDADE R. OLIVEIRA GONÇALVES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIÃO FREG S. MARINHA E S. PEDRO AFURADA	€ 679,55
MARIA EMÍLIA RODRIGUES BRITO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 559,22
MARIA ENCARNAÇÃO OLIVEIRA CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OVAR	€ 482,31
MARIA EUGÉNIA NINI OLIVEIRA SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 708,31
MARIA EUGÉNIA SANTOS LUÍS CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE QUIAIOS	€ 741,08
MARIA FÁTIMA RIBEIRO CARDOSO MAGALHÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 471,36
MARIA FÁTIMA SOUSA PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTIJO	€ 294,72
MARIA FERNANDA COSTA SOUSA LOPES FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	€ 337,29
MARIA FERNANDA MOLEIRO OLIVEIRA GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREG ALHANDRA, S. J. MONTES E CALHANDRIZ	€ 509,82
MARIA FERNANDA SILVA LUÍS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 913,73
MARIA FLORINDA FERREIRA SANTOS MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	€ 272,78
MARIA GLÓRIA PEIXOTO ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 463,61
MARIA GRAÇA BATISTA MARTINS JESUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 289,12
MARIA GUILHERMINA OLIVEIRA CAMPOS	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 1 401,48
MARIA HELENA B. GIL MATIAS ROSA BRAZ	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO ALMADA	€ 970,45
MARIA HELENA FIGUEIREDO MARTINS MANAIA	COORDENADORA TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	€ 906,31
MARIA HELENA RODRIGUES SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	€ 1 026,67
MARIA INÊS LEITE AZEVEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	€ 305,25
MARIA ISABEL MARTINS PEREIRA LAMAS LARANJO	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	€ 1 052,69
MARIA ISABEL RAMOS PORTIJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA	€ 252,65
MARIA ISABEL RIBEIRO AMBRÓSIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	€ 301,45
MARIA ISABEL VALENTE PARREIRA FRANCISCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 437,16
MARIA JARMELA PALOS GOMES FERREIRA	COORDENADORA TÉCNICA	INST HABITAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA, I. P.	€ 993,93
MARIA JOSÉ CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BEJA	€ 416,96
MARIA JOSÉ NOGUEIRA BATISTA CORREIA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ODIVELAS	€ 392,67
MARIA JUSTINA ALMEIDA ONOFRE MANUEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 360,92
MARIA LUCINDA CONCEIÇÃO F. BATISTA LÓPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARREIRO	€ 456,82
MARIA LUÍSA CONCEIÇÃO SANTOS GOUVEIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TAROUÇA	€ 503,14
MARIA LURDES CONCEIÇÃO S. MOTA CABRITO	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 751,44
MARIA LURDES OURO MARTINS SARDINHA	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE CARTAXO	€ 1 003,76
MARIA MANUELA ABRANTES SANTOS NEVES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 1 532,18
MARIA MANUELA BARBOSA COELHO GONÇALVES	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	€ 896,82
MARIA MANUELA GALRÃO DOMINGOS LUDOVINO	TÉCNICA SUPERIOR	COMISSÃO COORD DESENV REG LISBOA V TEJO	€ 1 559,13
MARIA MANUELA GONÇALVES DUARTE CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 543,22
MARIA MANUELA ROCHA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 687,85
MARIA ODETE LOBO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALENQUER	€ 427,05
MARIA ROSA NOGUEIRA CAMPANHÃ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALONGO	€ 272,78
MARIA ROSÁRIO ALMEIDA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 506,01
MARIA ROSÁRIO ANDRADE CHAÍNHÓ	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE AZINHEIRA DE BARROS	€ 272,78
MARIA ROSÁRIO PINHEIRO GOUVEIA FILIPE	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 718,25
MARIA TERESA HENRIQUES DUARTE FIALHO PIRES	ASSISTENTE TÉCNICA	COMISSÃO COORD DESENV REG ALENTEJO	€ 880,06
MARIANA GRAÇA MORAIS BAIÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	€ 924,27
MARÍLIA SILVA VIEIRA	TÉCNICA SUPERIOR	COMISSÃO COORD DESENV REGIONAL NORTE	€ 1 755,69
MARINELA MERCÊS CARMO GOUVEIA PEREIRA	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 848,67
MÁRIO GUARDADO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	€ 443,27
MÁRIO JORGE MENDES ROGADO QUINTINO	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 1 245,13
MÁRIO JOSÉ RODRIGUES ARAÚJO	DIRETOR-GERAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 3 163,32
MÁRIO ROMÃO ROSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	€ 765,28
MICHELE BIANCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURINHÃ	€ 504,86
MIRALDINA MARIA MARTINS PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 303,09
NELSON CARVALHO LEANDRO	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE ARGANIL	€ 1 057,84
NELSON HENRIQUE MONTEIRO MARTINS	TÉCNICO SUPERIOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 753,96
OCTÁVIO MANUEL FERREIRA CARDOSO BOGALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE TRANCOSO	€ 443,85
OLÍMPIA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SÃO PAULO	€ 459,71
OLÍMPIO ANTÓNIO ALEGRE PINTO	TÉCNICO SUPERIOR	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 1 575,66

OTÍLIA GONÇALVES PEREIRA VIEGAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINES	€ 308,61
PAULINO FERNANDES VERDASCA	TÉCNICO SUPERIOR	LABORATÓRIO NAC ENERGIA E GEOLOGIA, I. P.	€ 1 716,91
PRINCÍPLINA ROSÁRIO LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 452,28
RAFAEL JESUS RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 686,24
RAFAEL SILVA PEREIRA ÚRSULA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CHAMUSCA	€ 595,48
ROSA FERNANDA OLIVEIRA CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MURTOSA	€ 416,21
ROSA MARIA OLIVEIRA SEVERINO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE CALDAS DA RAINHA	€ 758,84
ROSA MARIA SANTOS JOÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	€ 945,68
ROSALITA CONCEIÇÃO GUERREIRO MOURA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OIRAS	€ 803,28
ROSINDA RODRIGUES CAMPOS GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE BARQUINHA	€ 549,71
RUI ABEL MOREIRA MATOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL	€ 798,41
RUI MANUEL ALVES MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAIA	€ 379,04
RUI MANUEL GONÇALVES MENESES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GOUVEIA	€ 250,15
RUI MANUEL GUERREIRO LAMEIRA	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OURIQUE	€ 743,88
RUI MANUEL RAMOS MENA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COIMBRA	€ 379,04
SILVINO MARTINS MOURA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 959,71
SUSANA ROSA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CORUCHE	€ 529,56
TEODOMIRO BAPTISTA RODRIGUES	FISCAL MUNICIPAL	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	€ 1 183,30
VALENTIM CONCEIÇÃO SERRAS	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SARDOAL	€ 783,09
VENTURA FERREIRA BRANDÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALONGO	€ 499,51
VERÍSSIMO JOÃO SOARES PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENICHE	€ 796,52
VÍCTOR MANUEL FERREIRA FREIRE	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	€ 828,06
VIRGÍLIO SILVA OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 626,24
VIRIATO ANTÓNIO CABIDO SANTOS	COORDENADOR TÉCNICO	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	€ 913,91
VÍTOR MANUEL CARDOSO FRAGOSO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 2 603,49
VÍTOR MANUEL MATIAS ALVES SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LEIRIA	€ 379,04
VÍTOR MANUEL ROLO SANTOS	TÉCNICO SUPERIOR	INST FINANCEIRO DESENV REGIONAL, I. P.	€ 2 437,73
VÍTOR MANUEL SANTOS GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ODEMIV	€ 512,74
VITÓRIA MARIA MARTINS GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 464,45
VLADIMIRO CASTELO BRANCO MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE BEATO	€ 379,04

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

ADÉLIA JESUS ALBUQUERQUE RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST NAC INV AGRÁRIA E VETERINÁRIA, I. P.	€ 713,93
ADÉRITO NASCIMENTO LOPES	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 311,65
AGENOR SILVA MATIAS	ASSISTENTE TÉCNICO	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 176,74
AGOSTINHO JOÃO GONÇALO SANTO	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 1 477,31
ALICE FÁTIMA SOUSA ROSÁRIO DIAS	COORDENADORA TÉCNICA	INST PORTUGUÊS DO MAR E ATMOSFERA, I. P.	€ 898,09
ANA MARIA NETO PELOURO	ASSISTENTE TÉCNICA	D-G AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL	€ 805,90
ANA MARIA OLIVEIRA SOUSA PEREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 738,28
ANTÓNIO GOMES SILVA VEIGA	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 1 535,67
ANTÓNIO MORGADO MADEIRA	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	€ 1 467,70
ARMANDO ARNALDO CONCEIÇÃO CARDEAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 660,74
ARMINDO ARNALDO MONTEIRO FONTE	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 580,13
DOMINGOS ANTÓNIO AMANTE CANEIRAS	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 1 043,61
FRANCISCO JOSÉ COMBA SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 994,85
HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 266,15
JOÃO ANTÓNIO NOVO COSTA	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 2 169,17
JOSÉ ANTÓNIO SANTOS BARBADO	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 998,31
JOSÉ CARVALHO OLIVEIRA	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 536,26
JOSÉ CONSTANTINO MIRA GRILO	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I. P.	€ 704,47
MARIA ADELINA ROSÁRIO ALEIXO GARCIA	COORDENADORA TÉCNICA	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 805,09
MARIA FÁTIMA NUNES TEIXEIRA FERNANDES	TÉCNICA SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	€ 1 708,37
MARIA JOAQUINA PINA MENDES LOPES	TÉCNICA SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 1 311,95
MARIA LA SALETE FERREIRA OLIVEIRA	TÉCNICA SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 1 311,96
MÁRIO JOSÉ VIEIRA	TÉCNICO SUPERIOR	DIE REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 914,65

MINISTÉRIO DA SAÚDE

ADOSINDO DORES CARMO BERNARDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 1 029,95
AFONSO PEREIRA TAVARES APÓSTOLO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 852,37
ALBERTINA MARIA DUARTE MARTINS	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 797,47
ALBERTINA PEREIRA COSTA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 605,87
ALBERTO ALEXANDRE FILIPE FARINHA	ADMINISTRADOR HOSPITALAR	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 3 121,15
ALBERTO FERREIRA PALLA BEIRÃO	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 211,49
ALDA SOUSA PIRES REIS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 993,73
ALEXANDRINA CARMO AMARAL MONTEIRO	ENFERMEIRA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 2 045,23
ALICE LOPES CORDEIRO	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 4 609,82
ALICE TRINDADE	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 3 571,37
ÁLVARO GASPAR DIAS LOBATO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 566,01
ANA DELCINA FERNANDES SOARES	ASSISTENTE TÉCNICA	HOSPITAL DE MAGALHÃES DE LEMOS	€ 796,68
ANA MARIA BORGES OLIVEIRA MARTINS CALADO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 4 283,70
ANA MARIA CHAÍNHÓ FRANCO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.	€ 2 526,88
ANA MARIA DIAS CORREIA BARBOSA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 951,11
ANA MARIA OLIVEIRA MORAIS	ASSESSORA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 710,22
ANA MARIA PEREIRA PENA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 487,99
ANA MARIA TAVARES B. MAGALHÃES CRESPO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 196,51
ANA PAULA MAIA MIRANDA CARACOL GARCEZ	ENFERMEIRA GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 719,88
ANABELA SANTOS LEITÃO	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 3 205,83
ANGÉLICA CONCEIÇÃO L. S. PINTASSILGO BARNABÉ	ENFERMEIRA	HOSPITAL ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, E. P. E.	€ 1 233,07
ANTÓNIA RIJO MILHEIRO MARQUES APARÍCIO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 966,26
ANTÓNIO ALMEIDA MATIAS	ENFERMEIRO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 819,22
ANTÓNIO ÁLVARO RODRIGUES NUNES FIGUEIREDO	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 229,40
ANTÓNIO BELO CLAVIJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.	€ 897,92

ANTÓNIO BRITO SOUSA QUARESMA	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 2 715,15
ANTÓNIO CARVALHO COSTA	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 888,18
ANTÓNIO FELICIANO GOUVEIA GUIMARÃES	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 2 271,06
ANTÓNIO JOSÉ SANTOS PINTO SARAIVA	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 2 717,19
ANTÓNIO JOSÉ SILVA SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 578,16
ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR PORTO, E. P. E.	€ 932,03
ANTÓNIO RODRIGUES MADEIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 971,74
ANTÓNIO RUI COSTA PAIXÃO	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 2 016,37
ANTÓNIO SAMPAIO MONTEIRO	ENFERMEIRO SUPERVISOR	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 2 430,32
ARMANDINA RIBEIRO FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 658,04
ARMINDA JESUS BASTOS OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 563,95
ASCENSÃO LÚCIA SEBASTIÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 768,61
AURA ANTUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 909,56
BRÍGIDA ISaura ARBIOL PEREIRA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 1 340,30
CARLA MARIA GOMES SOUSA ALVES PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 573,05
CARLOS ANTÓNIO GONZALEZ RIBEIRO	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 3 897,87
CARLOS MANUEL MONTEIRO SALGUEIRO RÊGO	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 1 794,18
CARLOS MANUEL MOURA MARTINS LEITÃO	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 2 882,31
CELESTINO MENDONÇA BORGES	TÉCNICO PRINCIPAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 320,69
CIDOLINA AGOSTINHO SANTOS SÉRIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 910,86
CLARA COUTO SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 784,23
CLARA MARIA MONTEIRO GONÇALVES CARVALHO	COORDENADORA TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 989,30
CONCEIÇÃO ALVES CAETANO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 897,45
DAVID PEREIRA ALVES FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 780,01
DEOLINDA CONCEIÇÃO TEIXEIRA GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 463,66
DEOLINDA LURDES ALVES CARNEIRO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 3 589,58
DEOLINDA MARIA SILVA AFONSO GONÇALVES	ENFERMEIRA CHEFE	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 1 803,66
DINIS JORGE TOMÁS RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 647,66
DIONÍSIA CARAPINHA CARMO CORADINHO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 717,02
EDUARDO MARIA MOITA BANITO	ASSISTENTE GRADUADO	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 889,44
EGLANTINA MARIA SENGO CARDOSO ARAÚJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 564,83
ELISA FERREIRA APARÍCIO OLIVEIRA	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 927,34
ELISABETE FERREIRA CARDOSO LOPES	ENFERMEIRA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 687,44
ELSA FERNANDA OLIVEIRA CABRAL	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 3 668,58
ELVIRA ESTEVES SÁ BENTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 685,63
EMANUEL AUGUSTO MIRANDA LOURO	ENFERMEIRO CHEFE	CENT MED REABILITAÇÃO-REG CENTRO R PAIS	€ 2 333,26
ERMELINDA SIMÕES SILVA DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 490,76
ESMERALDA VALE RODRIGUES RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 252,65
EUGÉNIA PEDERNEIRA GONÇALVES ALCOBIA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 707,31
EVA XAVIER RIBEIRO SANTOS ALMEIDA	TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 1 475,34
ÉVILA TERESA ABREU SIMÕES	TÉCNICA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 450,70
FÁTIMA AIRES PINTO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.	€ 2 530,73
FERNANDA DIAS JESUS F. MACEDO CÂMARA LEME	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 4 368,90
FERNANDA ISABEL SALGADO LUZ OLIVEIRA SÉCIO	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 163,49
FERNANDO ARRUDA SOARES	CHEFE DE SERVIÇO	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 3 415,48
FERNANDO MANUEL FERNANDES MARQUES	ENFERMEIRO CHEFE	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 1 917,43
FERNANDO VIEIRA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	I PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL, E. P. E.	€ 503,67
FLORIANO SANTOS DELGADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 757,75
FRANKLIN ADOSINDO SILVA	ASSISTENTE GRADUADO	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 2 546,34
GARCIA GONÇALVES ANTUNES	ENCARREGADO OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 663,69
GEORGINA ALMEIDA COSTA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 2 064,64
GRACINDA DOMINGOS FIALHO FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	€ 794,12
GUALDINO MARQUES BORGES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 624,68
HELENA CONCEIÇÃO GUIMARÃES FÉLIX AGUIAR	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR GAMA PINTO	€ 775,80
HELENA MARIA OLIVEIRA RATO FARIA VALENTE	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 750,41
HERMÍNIA CONCEIÇÃO SILVA CARDOSO GOUVEIA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 043,22
HERMÍNIA MARIA ALMEIDA DINIS MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 872,46
ILDA CELESTE CARVALHO SEQUEIRA	DIRETORA DE SERVIÇOS	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 818,11
ILÍDIO JOSÉ PINTO ALVES	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 3 151,18
ISABEL MARIA FERREIRA CUNHA VASCONCELOS	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 802,26
ISABEL MARIA FILIPE SILVA	ENFERMEIRA CHEFE	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	€ 2 200,58
ISABEL MARIA GOUVÊA CARVALHO BASTOS	ENFERMEIRA CHEFE	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 563,01
ISABEL MARIA JACOB CARVALHO	CHEFE DE SERVIÇO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 5 207,02
ISABEL MARIA MATEUS NUNES	ENFERMEIRA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 2 319,12
ISABEL MARIA RAMOS FERREIRA SIMPLÍCIO	ASSISTENTE TÉCNICA	S INTERVENÇÃO COMP ADIT DEPENDÊNCIAS	€ 807,42
ISABEL SILVA FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 983,16
JAIME AUGUSTO FERREIRA ALVES REIS	TÉCNICO 1.ª CLASSE	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 1 627,45
JOÃO ALBERTO TAVARES FERREIRA	ENFERMEIRO CHEFE	CENTRO HOSPITALAR TÁMEGA SOUSA, E. P. E.	€ 2 169,71
JOÃO ANTÓNIO PIGNATELLI GONÇALVES SOARES	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 2 546,16
JOÃO GUILHERME SILVA MAIA	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 648,20
JOÃO INÁCIO SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 745,12
JOÃO JOSÉ LOPES GOMES	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 5 518,58
JOÃO VIEIRA ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 875,38
JOAQUIM MACHADO CEREJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 557,64
JOAQUINA FERNANDES RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 272,78
JORGE LUÍS PARDAL OLIVEIRA	ENFERMEIRO GRADUADO	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 1 446,52
JORGE MANUEL FONSECA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 425,92
JORGE TEIXEIRA SÁ	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 776,56
JOSÉ ALBERTO BARCELOS MORAIS BARBOT	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 4 626,99
JOSÉ ALVES DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 567,47
JOSÉ ANTÓNIO SILVA VISEU	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 1 142,79
JOSÉ ARMANDO MEIRELES NASCIMENTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 669,91
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA HENRIQUES RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 357,62
JOSÉ BAPTISTA AMARAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 489,64

JOSÉ BORGES GONÇALVES	TÉCNICO DE INFORMÁTICA GRAU 2	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 489,44
JOSÉ CARLOS COELHO FERREIRA ALMEIDA	CHEFE DE SERVIÇO	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 3 804,51
JOSÉ CUNHA PIRES SANTOS	ASSISTENTE GRADUADO	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 3 778,32
JOSÉ LEANDRO NÓBREGA	ASSISTENTE GRADUADO	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 4 425,50
JOSÉ MANUEL CATARINO CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES E A DOURO, EPE	€ 405,80
JOSÉ MANUEL GODINHO LOPES	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 2 784,43
JOSÉ MANUEL MACHADO LOPES	CHEFE DE SERVIÇO	INST PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL, EPE	€ 4 740,90
JOSÉ MANUEL PINTO FLORES	ENFERMEIRO	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 2 323,77
JOSÉ MANUEL SALGADO BORGES	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 2 174,68
JOSÉ NOGUEIRA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 536,45
JOSÉ PAIS ROCHA MELO	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 3 329,42
JOSÉ PAULO MONTEIRO ANDRADE	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 2 444,31
JUDITE CARVALHO BARATA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 622,56
JUDITE CELESTE FERREIRA F. SANTOS CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 893,95
JÚLIA FERNANDA ALVES BARBEDO PINTO MARQUES	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 4 625,45
JULIETA ALIÇE LEAL CAROCHAS	ASSISTENTE TÉCNICA	INST NACIONAL SAÚDE DR RICARDO JORGE	€ 1 182,14
LAURA AMÉLIA DUARTE FERREIRA PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 958,85
LAURA MARIA NASCIMENTO S. PEREIRA PIMENTEL	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 915,72
LAURENTINA ALVES VALE	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 1 718,74
LAURINDA MARIA MONTEIRO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 376,20
LAURINDA MARIA SANTOS RIBEIRO COELHO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 1 519,91
LEONILDE PIEDADE LOURO RIBEIRO SANTO	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPIT P VARZIM/VILA CONDE, E. P. E.	€ 4 801,34
LEOPOLDINA COUTINHO LEITE GAMA	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 2 203,26
LÍDIA DUARTE FERNANDES SANTOS NAZARÉ	ENFERMEIRA	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 1 374,19
LUCÍLIA JESUS TERESO BENTO AFONSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 031,71
LUÍS GONZAGA MENDES SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	CENTRO HOSPITALAR TÂMEGA SOUSA, E. P. E.	€ 696,80
LUÍS MANUEL FACCO SIMÕES FERREIRA	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 467,31
LUÍS MANUEL POMBEIRO BARRIGA NEGRA	ENFERMEIRO CHEFE	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 2 340,59
LUÍSA MARIA BRANCO SANTOS GOMES MOREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	€ 840,50
LUÍSA MARIA MARQUES LEITE FARIA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 1 385,40
MANUEL AUGUSTO SIMÕES RODRIGUES	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 3 835,26
MANUEL CORREIA DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 578,97
MANUEL JOSÉ LEITÃO VAZ RISCADO	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 3 523,15
MANUEL LUÍS DOMINGUEZ GONÇALVES	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 4 958,52
MANUEL PINTO REIS	ENCARREGADO OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 850,08
MANUEL RAMALHO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 365,77
MARCO ANTÓNIO GUERRA GERALDES MONTEIRO	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 2 468,63
MARGARIDA CABRAL FONSECA PROTÁSIO	ENFERMEIRA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 696,79
MARGARIDA PERPÉTUA P. CASTANHEIRO GANHÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 635,65
MARGARIDA SANTOS ZENHA COSTA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 3 187,46
MARIA ADELAIDE FERREIRA MACHADO LEITE	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 3 019,96
MARIA ADELAIDE PERALTA LO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 134,32
MARIA ADÍLIA LEMOS FREITAS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 694,99
MARIA ALCINA MORTÁGUA CRUZ CASTRO RIBEIRO	TÉCNICA SUPERIOR	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 464,71
MARIA ALCINA SOUSA MARQUES ESTEVES	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 176,45
MARIA ALDINA ROSEIRO XAVIER BARATA	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 796,55
MARIA ALEXANDRA MEDEIROS PEREIRA TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES E A DOURO, EPE	€ 437,75
MARIA ALICE GRAÇA JACINTO RODRIGUES	TÉCNICA SUPERIOR	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 964,38
MARIA AMÉLIA PEREIRA BARROS CARVALHAS	ENFERMEIRA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 512,92
MARIA AMÉLIA ROSA CARVALHO RIBEIRO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 404,44
MARIA AMÉLIA SOUSA ORNELAS VASCONCELOS	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 3 329,75
MARIA ANA CARRANCA PULQUÉRIO	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 1 789,54
MARIA ÂNGELA ENCARNAÇÃO CORREIA HORTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 613,54
MARIA ANJOS FERNANDES PIRES MANCHEGO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 936,86
MARIA ANTÓNIA GRÁCIO BILRO DUARTE CUNHA	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR PSQUIÁTRICO LISBOA	€ 1 834,41
MARIA ARMANDA ANTUNES MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 476,68
MARIA ARMANDA SÁ SOARES MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 608,39
MARIA ASCENSÃO PEREIRA ALVES TABOSA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 985,69
MARIA ASSUNÇÃO OLIVEIRA SARAIVA	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPIT P VARZIM/VILA CONDE, E. P. E.	€ 1 022,32
MARIA ASSUNÇÃO SARAIVA F. SILVA FAGULHA	TÉCNICA PRINCIPAL	INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR GAMA PINTO	€ 1 413,73
MARIA ASSUNÇÃO TAVARES OLIVEIRA ELYAS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 871,12
MARIA AUGUSTA GONÇALVES FERNANDES FUGAS	TÉCNICA SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 771,03
MARIA AUGUSTA MAGALHÃES PAIS ALMEIDA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 2 115,97
MARIA BEATRIZ BERNARDO MIRRADO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 772,61
MARIA CÂNDIDA BAPTISTA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 1 910,71
MARIA CÂNDIDA PEREIRA SANTOS	ASSESSORA PRINCIPAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 025,19
MARIA CÂNDIDA REBELO CASTRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 681,12
MARIA CÂNDIDA ROCHA FERREIRA BRAGA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 434,30
MARIA CAROLINA CORREIA M. CONCEIÇÃO GUEDES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 029,88
MARIA CASSILDA DOMINGUES SANTOS	ENFERMEIRA SUPERVISORA	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 1 932,22
MARIA CELESTE TEIXEIRA ARAÚJO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 599,58
MARIA CÉU CARVALHO TAVARES	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 543,80
MARIA CÉU ENCARNAÇÃO ARROTEIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA-POMBAL, EPE	€ 630,34
MARIA CLARA SANTOS DIAS R. DUARTE RAMOS	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 4 145,20
MARIA COELHO RODRIGO	ENFERMEIRA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 932,66
MARIA CONCEIÇÃO BANDEIRA SANTOS DURÃES	TÉCNICA PRINCIPAL	HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, E. P. E.	€ 1 322,24
MARIA CONCEIÇÃO CABRAL SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 616,26
MARIA CONCEIÇÃO CERQUEIRA SILVA FIDALGO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 003,82
MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA AREIAS	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 4 804,18
MARIA CONCEIÇÃO RAMOS SILVA FELICIANO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 4 046,93
MARIA CONCEIÇÃO SIMÕES COSTA RAPOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 583,36
MARIA DORES DIAS SILVA MACEDO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 854,76
MARIA EMÍLIA CASTRO OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 498,77
MARIA EMÍLIA LEIVAS GOMES AMENDEIRA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 1 767,20

MARIA EMÍLIA SOUSA RODRIGUES TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 856,24
MARIA EMÍLIA TEIXEIRA DIAS SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 730,23
MARIA ESTER AMARAL VIEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 834,10
MARIA EUGÉNIA ANTUNES CÂNDIDO	TÉCNICA PRINC. ANÁLISES CLÍNICAS	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 317,36
MARIA FÁTIMA MATEUS DIAS PINTO BOUÇA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 798,09
MARIA FÁTIMA RIBEIRO SÁ REGO	ENFERMEIRA SUPERVISORA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 2 589,31
MARIA FÁTIMA SANTOS PEREIRA MONTEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 771,48
MARIA FÁTIMA TAVEIRA JORGE	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES E A DOURO, EPE	€ 642,58
MARIA FÁTIMA TEIXEIRA ARAÚJO TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR GAMA PINTO	€ 797,78
MARIA FELICIDADE RAMOS MARQUES	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 067,91
MARIA FERNANDA A. S. COSTA BOLEO CASSAPO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 961,76
MARIA FERNANDA BAPTISTA AMADO	ASSISTENTE HOSPITALAR	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 757,74
MARIA FERNANDA DIAS FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 949,23
MARIA FERNANDA PEREIRA COELHO	ENFERMEIRA CHEFE	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 2 796,59
MARIA FERNANDA ROSA BARRIOS ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 690,83
MARIA FILOMENA MAIA CAETANO SALES GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 914,63
MARIA FILOMENA MARQUES VAZ CAMPOS	TÉCNICA SUPERIOR	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 1 550,91
MARIA FILOMENA MESQUITA ANDRADE	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 453,22
MARIA FILOMENA SANTOS BARBOSA OLIVEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 735,47
MARIA FRANCISCA SALAZAR SOUSA GARCIA	ENFERMEIRA CHEFE	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.	€ 2 116,33
MARIA GABRIELA BORGES SANTOS CUNHA LEITÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 970,00
MARIA GLÓRIA ALVES CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR TÂMega SOUSA, E. P. E.	€ 683,57
MARIA GORETE OLIVEIRA CARDOSO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 968,59
MARIA GORETI PEREIRA SENDÃO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 2 092,61
MARIA GRAÇA CRISPIM SILVA GARCIA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 654,54
MARIA GRAÇA GOMES SARAIVA MONTEIRO	COORDENADORA TÉCNICA	HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, E. P. E.	€ 1 051,31
MARIA GRAÇA PINHO VIEIRA GOMES	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 429,01
MARIA GRACINDA GARCIA OLIVEIRA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 4 013,97
MARIA HELENA CONCEIÇÃO PEDRO DIONÍSIO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 849,63
MARIA HELENA ESPÍRITO SANTO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 971,31
MARIA HELENA FECHA DURO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 478,68
MARIA HERMÍNIA VIEIRA FERREIRA LEBREIRO	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 081,55
MARIA INÊS CRUZ BACELAR FERREIRA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 3 831,09
MARIA IRENE JESUS FERREIRA LOURO	ENFERMEIRA SUPERVISORA	C MED REABILITAÇÃO-REG CENTRO R PAIS	€ 1 684,94
MARIA IRENE NUNES ROSA	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 1 096,02
MARIA IRENE RIBEIRO ANDRADE CARDOSO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 911,18
MARIA ISABEL NASCIMENTO SARAIVA COSTA	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 4 982,15
MARIA ISABEL NOGUEIRA COSTA VIANA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 293,52
MARIA ISABEL PINTO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES E A DOURO, EPE	€ 593,87
MARIA JOSÉ HENRIQUES CRUZ REBELO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 701,85
MARIA JOSÉ PEREIRA SILVA	TÉCNICA SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 542,93
MARIA JOSÉ PINHO G. GRAÇA FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 860,01
MARIA JÚLIA ANTUNES LOPES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	I PORT ONCOLOGIA COIMBRA F GENTIL, E. P. E.	€ 587,00
MARIA JÚLIA SANTOS SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 413,81
MARIA LAZARINA OLIVEIRA SILVA GOUVEIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 500,43
MARIA LEONOR ÁVILA BAPTISTA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 2 131,44
MARIA LEONOR SEIA FERNANDES PRATA	CHEFE DE SERVIÇO	INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR GAMA PINTO	€ 2 276,99
MARIA LUÍSA ALMEIDA LOPES REIS	ENFERMEIRA CHEFE	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 2 216,50
MARIA LUÍSA MOREIRA COUTO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 982,80
MARIA LURDES FIGUEIREDO DINIS COSTA PAINÇO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 006,05
MARIA LURDES LOPES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 601,92
MARIA LURDES MARTINS MATEUS BELBUTE MIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 379,04
MARIA LURDES NETO MENDES BORGIA	ASSISTENTE PRINCIPAL DE SAÚDE	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 643,69
MARIA LURDES TERESO CARDOSO TEODÓSIO	TÉCNICA PRINCIPAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 1 051,66
MARIA MADALENA C. LIMA FERREIRA MARTINS	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 3 090,00
MARIA MANUELA C. SARATVA RIBEIRO RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, E. P. E.	€ 459,56
MARIA MANUELA COSTA PARDAL SERRADOR	ASSISTENTE TÉCNICA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 887,30
MARIA MANUELA MOREIRA ALMEIDA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 1 978,37
MARIA MANUELA OLIVEIRA C. SANTOS GUIMARÃES	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 3 671,82
MARIA MANUELA PEREIRA FORTUNATO SARDINHA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	€ 851,62
MARIA MANUELA SOARES B. DELFIM MAMEDE	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	€ 730,13
MARIA MARGARIDA RIBEIRO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 816,07
MARIA MARGARIDA SOUSA R. EIRA MIRANDA	ASSISTENTE GRADUADA	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 4 130,96
MARIA MARQUES CLEMENTE FRANCISCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 413,62
MARIA MATILDE GUERREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 588,30
MARIA MIQUELINA PAULA MOURÃO	ENFERMEIRA GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 3 801,88
MARIA NOEL BARRADAS C. FREIRE BATISTA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 2 201,59
MARIA ODÍLIA DUARTE RESENDE ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DR FRANCISCO ZAGALO	€ 630,36
MARIA OLÍVIA SANTOS MARTO LOURO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 582,86
MARIA OTÍLIA DUARTE LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 584,55
MARIA OTÍLIA FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 796,86
MARIA PIEDADE FERREIRA A. BAPTISTA SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 435,48
MARIA PIEDADE MENDES GAMEIRO LOUSADA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, EPE	€ 494,26
MARIA ROSA MONTEIRO SILVA FARIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 510,36
MARIA ROSA MORGADO SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 693,73
MARIA ROSA PEREIRA DUARTE	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPIT P VARZIM/VILA CONDE, E. P. E.	€ 2 296,03
MARIA ROSÁLIA MARQUES SAIÃO CAEIRO PALHETA	TÉCNICA DE INFORMÁTICA ADJUNTA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 732,33
MARIA ROSÁRIO ARAGÃO PEREIRA ATAYDE	ENFERMEIRA CHEFE	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 901,67
MARIA ROSÁRIO PINTÃO NUNES SOARES GALVEIAS	ASSISTENTE GRADUADA	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 4 470,78
MARIA SAUDADE POCINHO FIGUEIREDO SANTOS	ENFERMEIRA CHEFE	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 2 502,45
MARIA TERESA DORES HEITOR AMADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.	€ 532,92
MARIA TERESA FARIA AMARAL	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 4 677,80
MARIA TERESA MARTIN BENTES SELEIRO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 841,48
MARIA TERESA POSSANTE MARQUES	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 5 512,62

MARIA VIRGÍNIA PEREIRA BARROS ANDRADE	TÉCNICA ESPECIALISTA	UNIDADE LOCAL DO NORTE ALENTEJANO, EPE	€ 1 125,81
MARIA VITÓRIA GONÇALVES MONTEIRO	ENFERMEIRA CHEFE	UNIDADE LOCAL LITORAL ALENTEJANO, E. P. E.	€ 2 511,23
MARÍLIA ANUNCIÇÃO GARCIA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 811,35
MARINA JOSÉ OLIVEIRA PERNES MENDES BELO	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 474,36
MÁRIO JOSÉ CARVALHO PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 818,08
MÓNICA MARIA DUARTE PEREIRA GONÇALVES	TÉCNICA ESPECIALISTA 1.º CLASSE	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.	€ 744,78
NATÁLIA ENCARNÇÃO PAULINO BRANQUINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.	€ 393,31
NATÁLIA JESUS SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE	€ 445,11
NOÉMIA PAULINO MENDES COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 684,47
OLINDA MARGARIDA R. SOUSA FARIA RÊGO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSP VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 1 769,17
PALMIRA CONCEIÇÃO FRUTUOSO CASIMIRO ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	€ 647,18
PAULA CRISTINA GONÇALVES TEIXEIRA	TÉCNICA 2.º CLASSE	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 406,64
PEDRO CARREIRA HENRIQUES	ASSISTENTE GRADUADO	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 4 722,05
PEDRO VASSALO SANTOS CABRAL	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	€ 2 228,53
RAUL ALFREDO ALMEIDA CÉSAR SÁ	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 4 650,91
REGINA MARIA PECEGO PERRY SILVA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 3 448,69
RITA SILVA GOMES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 719,29
ROSA CELESTINA SANTOS LEITE DUARTE	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 080,20
ROSA COELHO ANTUNES GODINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR GAMA PINTO	€ 305,25
ROSA MARIA LOURENÇO RODRIGUES GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 628,94
ROSALINDA ARAÚJO RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 778,43
ROSINDA ALVES COSTA MEIRELES	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 808,79
ROSINDA MARIA GONÇALVES TERROSO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 4 068,61
SÉRGIO JOSÉ CRUZ SERRA LOURENÇO	MÉDICO DE CLÍNICA GERAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 519,59
SÉRGIO MANUEL RITA SILVA	ASSISTENTE GRADUADO	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 1 013,94
SÉRGIO VIEIRA MARTINS	ASSISTENTE GRADUADO	HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, E. P. E.	€ 4 511,35
SILVINA PICADO ENCARNÇÃO NOGUEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 431,92
SOLEDADE JESUS MARTINS SANTOS MATROCA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 771,61
SÓNIA GUIMARÃES CUNHA CRUZ	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 1 587,92
TEÓFILO MONTEIRO PINTO	COORDENADOR TÉCNICO	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 151,53
TERESA CRISTINA OLIVEIRA SILVA AZEVEDO	TÉCNICA SUPERIOR	INST PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL, EPE	€ 1 448,70
TERESINHA MENINO JESUS SANTOS PINA	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 4 757,06
VANDA MARIA GUERREIRO BASÍLIO	ASSISTENTE GRADUADA	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 2 768,99
VASCO JESUS GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 832,31
VÍCTOR JORGE MOUTINHO NOVAIS	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 008,94
VIRGÍNIA AMÉLIA FELÍCIO FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 421,21
VIRGÍNIA ANTUNES SENTIEIRO FARINHA	TÉCNICA SUPERIOR	HOSPITAL CENTRAL ORTOPÉDICO SANT ANA	€ 1 012,55
VIRIATO MANUEL OLIVEIRA HORTA	ASSISTENTE GRADUADO	ADM REG SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I. P.	€ 3 720,09
VÍTOR MANUEL CARMO FERREIRA ERVILHA	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 028,48
ZÉLIA MARIA FERREIRA CORDEIRO TENIZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	€ 672,77
ZILDA MARIA SÁ MONTEIRO TEIXEIRA SOARES	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO NORTE, I. P.	€ 1 484,93

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ABILINO DUARTE MARTINS FERREIRA	PROFESSOR	AGRUP ESC COIMBRA SUL	€ 1 981,23
ADÉLIA MARIA RIBEIRO LOPES RAMOS	PROFESSORA	AGRUP ESC AFONSO PAIVA	€ 2 357,29
ADELINA JÚLIA SOUSA PINTO TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC DR LEONARDO COIMBRA	€ 827,88
ADELINA MARQUES OLIVEIRA FRANCISCO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC GARDUNHA XISTO	€ 1 798,35
AFONSO CHAVES ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DA SÉ-LAMEGO	€ 434,45
AGOSTINHO FERNANDO MATOS ABREU	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC OLIVEIRA DO HOSPITAL	€ 379,04
AGOSTINHO FIGUEIREDO FRIAS	PROFESSOR	ESC ES/3 DR J G FERREIRA ALVES-VALADARES	€ 1 360,53
ALBANO OLIVEIRA ALMEIDA	TÉCNICO SUPERIOR	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 2 767,85
ALBINO JOÃO ENCARNÇÃO MARREIROS	PROFESSOR	AGRUP ESC RIO DE MOURO	€ 911,23
ALFREDO FONSECA PAULO	PROFESSOR	AGRUP ESC CARLOS TEIXEIRA	€ 1 925,16
ÁLVARO JOSÉ FERREIRA GOMES	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA 3.º CICLO E B AMORA	€ 1 776,63
ANA BELA FRANCO CARVALHO ROCHA	DIRETORA DE SERVIÇOS	FUNDAÇÃO PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I. P.	€ 2 182,26
ANA BELA HENRIQUE PEREIRA MARTINS	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 708,75
ANA ISABEL SIMÕES ROCHA SANTOS MADUREIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC PROFESSOR PAULA NOGUEIRA	€ 986,83
ANA LUÍSA RIBEIRO BARATA AMARAL	PROFESSORA ASSOCIADA	UNIVERSIDADE DO PORTO	€ 1 939,19
ANA MARIA CONCEIÇÃO SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SÁ DA BANDEIRA	€ 1 241,26
ANA MARIA CRUZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ABADE DE BAÇAL	€ 626,94
ANA MARIA FARIA ALMEIDA COSTA	PROFESSORA AUXILIAR	FACULDADE CIÊNCIAS UNIVERSIDADE LISBOA	€ 3 577,12
ANA MARIA GAMA VIEIRA MARTINS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS LUÍS DE CAMÕES	€ 2 489,84
ANA MARIA JESUS ESTANISLAU TEIXEIRA	AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA	AGRUP ESC BARREIRO	€ 527,14
ANA MARIA LOPES ARAÚJO SANTOS PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC SAMPAIO	€ 2 201,12
ANA MARIA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MARINHA GRANDE-POENTE	€ 470,27
ANA PAULA ALVES JESUS	PROFESSORA	AGRUP DE ESCOLAS RAINHA DONA LEONOR	€ 2 434,60
ANA PAULA ELISIÁRIO ALMEIDA CASTRO ANTUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 1 073,29
ANA PAULA LOPES RAMOS	PROFESSORA	AGRUP ESC JOSÉ ESTEVÃO	€ 2 264,38
ANTONIETA MARIA ERRA RAMOS BOTAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MOITA	€ 420,53
ANTÓNIO AUGUSTO FARIA MOREIRA CARDOSO	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 1 100,35
ANTÓNIO FERNANDO JESUS ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BÚZIO	€ 520,45
ANTÓNIO FERNANDO LEMOS CARNEIRO ALMEIDA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESC FERNANDO PESSOA	€ 2 932,10
ANTÓNIO JOÃO RIBEIRO A. LOPES FIGUEIREDO	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO, VISEU	€ 1 306,30
ANTÓNIO JOAQUIM FIALHO SANTOS BARATA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESC OLAIAS	€ 1 367,76
ANTÓNIO JORGE PERES SEBASTIÃO SILVA	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS MARQUESA ALORNA	€ 1 455,60
ANTÓNIO JOSÉ GUERREIRO MARQUES SIMPLÍCIO	PROFESSOR	AGRUP ESC BENFICA	€ 1 627,18
ANTÓNIO JÚLIO MONTEIRO FONSECA	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS QUELUZ-BELAS	€ 2 450,66
ANTÓNIO LOPES TEIXEIRA GOMES	PROFESSOR	ESC SECUND 3.º CICLO E B AUGUSTO GOMES	€ 2 394,09
ANTÓNIO MANUEL MENDES ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO COIMBRA	€ 549,77
ANTÓNIO MANUEL PIEDADE LUCAS CONCEIÇÃO	PROFESSOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE	€ 2 529,96
ANTÓNIO MARIA GINGINHA RODRIGUES SILVA	PROFESSOR	AGRUP ESC SAMPAIO	€ 2 543,88
ANTÓNIO MIGUEL PEREIRA SOARES	TÉCNICO SUPERIOR	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 2 283,76
ANTÓNIO PASCOAL FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL	€ 720,09

ANTÓNIO SILVA DIAS PEREIRA	PROFESSOR	AGRUP ESC ALBERTO SAMPAIO	€ 2 504,60
ANTÓNIO SILVA RIBEIRO ALVES	PROFESSOR	AGRUP ESC DR ANTÓNIO AUGUSTO LOURO	€ 1 991,72
ANTÓNIO TEIXEIRA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE LISBOA	€ 834,95
ARABELA BRITO MANITA ELOI CASTRO BARBOSA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP VERTICAL ESC ENG NUNO MERGULHÃO	€ 1 334,56
ARMANDO AFONSO LOPES	PROFESSOR	AGRUP ESC MOGADOURO	€ 1 664,61
ARMANDO SILVA PEREIRA CARMO	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS SÁ DE MIRANDA	€ 1 812,42
ARTURO FRANCISCO ARAÚJO DIAZ	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA FONSECA BENEVIDES	€ 900,97
AURORA ADELAIDE PINHEIRO CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALE DE OVIL	€ 605,90
BÁRBARA GERTRUDES FRADINHO MARTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 546,38
BELMIRO JOAQUIM ALMEIDA SOARES	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS NUNO GONÇALVES	€ 2 709,95
CANUTO JOAQUIM FAUSTO QUADROS	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FACULDADE DIREITO UNIVERSIDADE LISBOA	€ 3 044,50
CARLOS ALBERTO BAPTISTA AFONSO	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 270,41
CARLOS ALBERTO MORGADO BERRINCHA MARTINS	PROFESSOR ADJUNTO	INSTITUTO POLITÉCNICO GUARDA	€ 2 145,14
CARLOS JOSÉ NOVAIS	PROFESSOR	AGRUP ESC MIRANDELA	€ 1 595,30
CARLOS MANUEL FONSECA LOPES SILVEIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	INST POLITÉCNICO CASTELO BRANCO	€ 829,59
CARLOS MANUEL SANTOS ELVAS	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 2 321,93
CARLOS PIRES BATISTA	PROFESSOR	AGRUP ESC MONSERRATE	€ 2 659,44
CELISA SÃO JOSÉ CORREIA CABRAL	PROFESSORA	AGRUP ESC RODRIGUES FREITAS	€ 1 784,02
CORINA MARIA SÁ OSÓRIO TOVAR CARVALHO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGR ESC JARDIM INF D. LOURENÇO VICENTE	€ 2 273,60
DAVID ALMEIDA TAVARES	PROFESSOR	AGRUP ESC SÉ	€ 2 225,76
DEOLINDA ROSA ALMEIDA GONÇALVES MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ANTÓNIO NOBRE	€ 556,93
DIAMANTINO JOSÉ NETO GERMANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC AZEITÃO	€ 409,76
EDUARDO JOSÉ CABRITA GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PADRE ANT MARTINS OLIVEIRA	€ 501,01
ELIAS HUMBERTO DAMIÃO	PROFESSOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 1 148,62
EMÍLIA MARIA TAVARES FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS	€ 529,44
EMÍLIA TEIXEIRA BRANQUINHO RAMOS LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA FERREIRA DIAS	€ 388,93
ENCARNAÇÃO ANDRADE ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 630,46
ERCÍLIA CONCEIÇÃO PROENÇA CATARINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC SERNANCELHE	€ 603,83
ERMELINDA FÁTIMA PEREIRA CRUZ RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DIOGO MACEDO	€ 578,73
EVA GUERREIRO LAGINHA RAMOS MACHADO	PROFESSORA	AGRUP ESC CONDEIXA-A-NOVA	€ 2 065,75
FERNANDA LUZ FERNANDES ANTUNES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS TRIGAL SANTA MARIA	€ 2 493,13
FERNANDA MARIA BORBA MATELA MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC IBN MUCANA	€ 252,65
FERNANDO CAMILO E. MENDONÇA FERREIRA	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS ESMORIZ-OVAR NORTE	€ 1 384,37
FERNANDO JOSÉ CORREIA RUA	PROFESSOR	AGRUP ESC FIGUEIRA CASTELO RODRIGO	€ 454,93
FERNANDO MANUEL MARTINS CRUZ	PROFESSOR ADJUNTO	INSTITUTO POLITÉCNICO SETÚBAL	€ 3 186,78
FERNANDO MÁRIO PIRES RIBEIRO SILVA	PROFESSOR	AGRUP DE ESCOLAS RAINHA DONA LEONOR	€ 2 319,77
FERNANDO PEREIRA ABREU	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS SOURE	€ 1 817,00
FERNANDO REIMÃO VASCONCELOS MAIA	ASSISTENTE TÉCNICO	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE BÚZIO	€ 976,23
FILOMENA MARIA SILVA ALMEIDA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL PERAFITA	€ 1 250,92
FILOMENA REIS VILHENA NOVÁLIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGR HORIZONTAL ESC V N MIL FONTES-S. LUÍS	€ 543,78
FRANCISCO MANUEL CRUZ ESPÍRITO SANTO	PROFESSOR AUXILIAR	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	€ 2 454,46
GRACE MARIA MAIA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC VISCONDE DE CHANCELEIROS	€ 2 613,80
HELENA MARIA LOUREIRO A. AZEVEDO OSÓRIO	PROFESSORA	AGRUP ESC GARCIA DE ORTA	€ 2 472,11
HELENA MARIA VALENTIM A.F. ROSA ALMEIDA	TÉCNICA SUPERIOR	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	€ 1 031,55
HÉLIA MARIA COTOVIO AMADO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 053,77
HENRIQUE JOSÉ RODRIGUES GUEDES	PROFESSOR AUXILIAR	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UN NOVA LISBOA	€ 1 684,96
HENRIQUE SOARES DIAS BRAVO	PROFESSOR	AGRUP ESC ALCANENA	€ 1 625,41
IDÁLIA CONCEIÇÃO GAMBÔA BRAZ SILVA MADEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC FERREIRA CASTRO	€ 1 492,08
IDALINA AUGUSTA AFONSO MENDES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS RIO TINTO 2	€ 2 282,11
IDALINA DIAS DAVID FERNANDES	PROFESSORA	AGRUP ESC DAMAIA	€ 1 608,19
ILDA JESUS CARVALHANA MENESES SILVA	PROFESSORA	ESC SEC 3.º CICLO E B AFONSO LOPES VIEIRA	€ 2 948,44
INÁCIO JOSÉ SILVA RESSURREIÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO ESCOLAS N.º 1 BEJA	€ 632,46
IRENE LUZ RIBEIRO CARVALHO PESTANA	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC RIO DE MOURO	€ 820,05
IRMA MARIA SOUSA GARCIA	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC CARLOS AMARANTE	€ 632,34
ISABEL MARGARIDA CARNEIRO SANTA MARTA	PROFESSORA	AGRUP ESC ALGUEIRÃO	€ 524,71
ISABEL MARIA AMOR ROSA NASCIMENTO VICENTE	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS DE MASSAMÁ	€ 2 417,23
ISABEL MARIA CORREIA CABRITA	ASSISTENTE TÉCNICA	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 965,99
ISABEL MARIA CORREIA PEDRO SANTOS	PROFESSORA AUXILIAR	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 1 816,51
ISABEL MARIA FERRAZ RIBEIRO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA CAMÕES	€ 1 943,47
ISABEL MARIA FREIRE MIGUEL TAVARES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC CERCO (PORTO)	€ 1 550,90
ISABEL ROSA PEREIRA ALMEIDA PINHEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC ANTÓNIO SÉRGIO	€ 2 074,10
JOÃO DUARTE CARVALHO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CELORICO BASTO	€ 517,12
JOÃO JOSÉ SANTOS SENTIEIRO	PROFESSOR CATEDRÁTICO	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 5 255,76
JOÃO MANUEL BOTELHO SOUSA	PROFESSOR	AGRUP ESC PAÇO DE ARCOS	€ 1 582,39
JOÃO MANUEL SANTOS	PROFESSOR	AGRUP ESC D. DINIS	€ 1 345,19
JOAQUIM ALFREDO FERNANDES MARTINS	PROFESSOR	AGRUP ESC MONSERRATE	€ 2 059,58
JORGE ANTÓNIO OLIVEIRA AFONSO CARVALHO	PROFESSOR ASSOCIADO CONVIDADO	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	€ 2 093,71
JORGE MANUEL ANDRÉ SOUSA	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS OLIVEIRA DO BAIRRO	€ 2 421,55
JORGE SALVADOR MARTINS SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ELIAS GARCIA	€ 397,88
JOSÉ ALBERTO VAREIRO MACIEIRA	PROFESSOR	AGRUP ESC FAFE	€ 765,97
JOSÉ ANACLETO NEVES RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DOMINGOS SEQUEIRA, LEIRIA	€ 453,48
JOSÉ ANTÓNIO CRISPIM ALEIXO ALVES	PROFESSOR AUXILIAR	FACULDADE CIÊNCIAS UNIVERSIDADE LISBOA	€ 3 422,91
JOSÉ ANTÓNIO OLIVEIRA DUARTE	PROFESSOR ADJUNTO	INST POLITÉCNICO SETÚBAL	€ 3 081,37
JOSÉ AUGUSTO LOPES TOMÉ	PROFESSOR AUXILIAR	INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	€ 3 638,73
JOSÉ CASTANHEIRA MADEIRA	MOTORISTA	SERVIÇOS AÇÃO SOCIAL UNIV NOVA LISBOA	€ 532,16
JOSÉ DAVID COSTA LOPES	TÉCNICO SUPERIOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 2 259,06
JOSÉ FERREIRA PINTO LOPES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESC SECUNDÁRIA PENAFIEL	€ 1 057,05
JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE DO PORTO	€ 688,69
JOSÉ GALVEIA MARTINS	PROFESSOR	AGRUP ESC S. JOÃO DA TALHA	€ 1 741,83
JOSÉ INÁCIO TENREIRO BAPTISTA	PROFESSOR	AGRUP ESC MONTALEGRE	€ 1 933,39
JOSÉ JESUS GAMA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA FONSECA BENEVIDES	€ 2 579,52
JOSÉ MANUEL MARQUES FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 940,63
JOSÉ MARCELINO QUEIRÓS FARIA MOTA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CELORICO BASTO	€ 3 328,35
JOSÉ MARIA OSÓRIO SOUSA CIRNE	PROFESSOR AUXILIAR	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 3 508,59

JOSÉ MENDES COSTA SERRA	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 1 290,67
JOSÉ PEDRO ALBUQUERQUE MAGALHÃES OLIVEIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 994,97
JOSÉ ROSÁRIO ASCENSO	PROFESSOR ASSOCIADO	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 3 844,55
LAURA MARIA SILVA ALVES BARBOZA MARTINS	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC VALADARES	€ 2 671,66
LEONTINA GONÇALVES SILVA MORÃO	PROFESSORA	AGRUP ESC ALFORNELOS	€ 2 015,88
LIA ISABEL RAMOS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC 1 ODEMIRA	€ 567,30
LIBERTO JÚLIO GONÇALVES VITORINO	PROFESSOR	AGRUP ESC MARCELINO MESQUITA	€ 1 534,77
LÍGIA MARIA MORAIS PINHEIRO RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	€ 578,02
LUÍS ADRIANO ALVES SOUSA OLIVEIRA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 4 213,30
LUÍS MANUEL PATRÍCIO RIBEIRO	PROFESSOR	AGRUP ESC PROF ARMANDO LUCENA	€ 1 373,35
LUÍSA FILIPA LEITE BARROSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC CAROLINA MICHAELIS	€ 451,44
LUÍSA MARIA REIS LOPES CHIOTE	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS S. JOÃO DO ESTORIL	€ 1 871,66
MANUEL ALEXANDRE CHAVES ROCHA	PROFESSOR	ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUÊS DE POMBAL	€ 2 392,61
MANUEL ANTÓNIO VIEIRA PEREIRA	PROFESSOR	AGRUP ESC PADRE BENJAMIM SALGADO	€ 581,02
MANUEL AUGUSTO CORREIA PESTANA	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 859,65
MANUEL LUÍS CONCEIÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS SEBASTIÃO DA GAMA	€ 904,88
MANUELA JESUS FERREIRA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESC SECUNDÁRIA RAMADA	€ 1 436,63
MANUELA MAIA PINTO ROCHA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL VALLIS LONGUS	€ 1 866,26
MARGARIDA ALEXANDRA PIEDADE SILVA CÉSAR	PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO	INST EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE LISBOA	€ 1 221,45
MARGARIDA CONCEIÇÃO MACHADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC VISO	€ 457,86
MARGARIDA DIAS FERNANDES VIEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	CONSERVATÓRIO MÚSICA CAL GULBENKIAN	€ 640,32
MARGARIDA FILOMENA N. ELIAS CUNHA LOPES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESC ES/3 DR JOAQUIM G F ALVES-VALADARES	€ 1 373,10
MARIA AMÉLIA ARAÚJO CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC D. MARIA II-VILA N FAMILICÃO	€ 600,91
MARIA AMÉLIA GONÇALVES SÁ MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MARTIM FREITAS	€ 332,37
MARIA AMÉLIA LOURO DUARTE JESUS LOPES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES	€ 2 061,31
MARIA AMÉLIA SILVA DIAS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS QUELUZ-BELAS	€ 2 056,69
MARIA ANJOS BESSA LEITE	PROFESSORA	AGRUPAMENTO VERTICAL CLARA DE RESENDE	€ 1 191,61
MARIA ANTONIETA BRÁS SALGADO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS EÇA DE QUEIRÓS	€ 2 293,29
MARIA ASSUNÇÃO PEIXOTO NOGUEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PADRE BARTOLOMEU GUSMÃO	€ 673,52
MARIA AUGUSTA ANTUNES ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC CASTRO DAIRE	€ 559,90
MARIA BERNARDETE MONTEIRO COSTA	PROFESSORA	AGRUP ESC TOMAZ PELAYO, SANTO TIRSO	€ 2 643,03
MARIA CÂNDIDA TROVÃO BACELAR ALVES VARIZ	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS NUNO GONÇALVES	€ 1 968,96
MARIA CARLA SOUSA JORGE	PROFESSORA	AGRUP ESC DR ANTÓNIO COSTA CONTREIRAS	€ 1 825,30
MARIA CARLOTA REBELO TIBÚRCIO MATEUS	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE DE LISBOA	€ 1 065,89
MARIA CAROLINA BRANDÃO A. FERREIRA SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESC AROUCA	€ 2 087,57
MARIA CELESTE CARRILHO BARCIELA BORGES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PADRE BARTOLOMEU GUSMÃO	€ 379,04
MARIA CÊU RODRIGUES GOMES ASSUNÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC E B 2 3 TRAFARIA	€ 438,64
MARIA CLARA MENDES AMORIM COSTA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS PONTE DA BARCA	€ 1 795,40
MARIA CLARA NUNES DIAS LEITÃO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS MARQUESA DE ALORNA	€ 856,32
MARIA CONCEIÇÃO MOREIRA COSTA PEIXOTO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC ANTÓNIO NOBRE	€ 1 031,79
MARIA CONCEIÇÃO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DE ÁGUAS SANTAS	€ 568,15
MARIA DONZÍLIA SOUSA TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE TRÁS-MONTES E ALTO DOURO	€ 653,57
MARIA DORES SANTOS LADEIRA FILIPE FIGUEIRA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESC FREI HEITOR PINTO	€ 810,22
MARIA ELISABETH MALHEIRO GOUVEIA LOPES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS EÇA DE QUEIRÓS	€ 1 794,29
MARIA ELVIRA CRUZ MAGALHÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC CAROLINA MICHAELIS	€ 823,76
MARIA ELVIRA SILVA BORGES VILARANDA	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC MARTIM FREITAS	€ 706,48
MARIA EMÍLIA BEIRA ROSAS	PROFESSORA	AGR VERT ESC PROF C MATOS EB23 T LOPES	€ 2 570,17
MARIA EMÍLIA CABRAL SARAIVA SANTOS	PROFESSORA	AGRUP ESC ZONA URBANA VISEU	€ 1 693,43
MARIA EUGÉNIA COSTA MARQUES SILVA MIRANDA	PROFESSORA	AGRUP ESC ESTARREJA	€ 2 297,37
MARIA FÁTIMA CRUZ PINHEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC ALMEIDA	€ 1 798,60
MARIA FÁTIMA FERNANDES NUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	SERV PARTILHADOS UNIVERSIDADE LISBOA	€ 861,26
MARIA FÁTIMA JESUS COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE LISBOA	€ 609,85
MARIA FÁTIMA MATOS VIEIRA ROMÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO ESCOLAS FORTE DA CASA	€ 565,34
MARIA FÁTIMA NOVAIS PINTO TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ALPENDORADA	€ 581,88
MARIA FERNANDA COSTA DIAS OLIVEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC TERRAS DE BOURO	€ 1 795,03
MARIA FERNANDA LOPES CRUZ BORGES	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC SEIA	€ 645,08
MARIA FERNANDA ROCHA DIAS SILVA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS OLIVEIRA DO DOURO	€ 1 402,24
MARIA FILIPA SARDINHA C. MIRA REIS	COORDENADORA TÉCNICA	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UN NOVA LISBOA	€ 1 232,39
MARIA FLOR ANTUNES MARCELINO DIAS MATEUS	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA SERTÃ	€ 835,76
MARIA GABRIELA NUNES DELGADO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS DE MIRAFLORES	€ 2 040,65
MARIA GRACIETE S. C. B. ABRUNHOSA SANTOS	PROFESSORA	ESC E B 2 3 ANTÓNIO SÉRGIO	€ 1 080,31
MARIA HELENA BASTOS RODRIGUES SILVA LETRA	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DE BRANCA	€ 2 217,05
MARIA HELENA COSTA AMARAL	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC COIMBRA CENTRO	€ 838,55
MARIA HELENA MONTEIRO SANTOS SILVA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA AURÉLIA SOUSA	€ 2 489,34
MARIA HENRIQUES DUARTE	PROFESSORA	AGRUP ESC FIGUEIRA NORTE	€ 2 836,18
MARIA HENRIQUETA MARÇAL C. C. GONÇALVES	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS BENEDITA	€ 1 925,57
MARIA ISABEL CÂNDIDO FERREIRA LOBO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC LOUSADA	€ 412,72
MARIA ISABEL FERNANDES GARCIA ROLO XAVIER	TÉCNICA SUPERIOR	FAC DIREITO UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	€ 1 811,89
MARIA ISABEL SILVA PIRES LIMA	PROFESSORA CATEDRÁTICA	UNIVERSIDADE DO PORTO	€ 3 528,11
MARIA IVONE BLAIZE AMARAL SEMBLANO	ASSESSORA PRINCIPAL	SECRETARIA-GERAL	€ 2 156,50
MARIA JOANA VELEZ P. AMORIM SOUSA GUEDES	PROFESSORA ADJUNTA	INST POLITÉCNICO TOMAR	€ 2 363,44
MARIA JOÃO CABOZ BAPTISTA CORREIA	PROFESSORA ASSOCIADA	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	€ 1 778,71
MARIA JOÃO MARTINS MOTA ROMANA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC QUINTA DO CONDE	€ 379,04
MARIA JOÃO PABLO TRINDADE FERREIRA	PROFESSORA AUXILIAR	FACULDADE CIÊNCIAS UNIVERSIDADE LISBOA	€ 3 578,78
MARIA JOSÉ BATALHA VIDIGUEIRA BAPTISTA	COZINHEIRA	AGRUP ESC ALJUSTREL	€ 558,57
MARIA JOSÉ FERREIRA BORGES ISIDORO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC VENDAS NOVAS	€ 417,32
MARIA JOSÉ JESUS SILVA RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DOUTOR JÚLIO MARTINS	€ 484,49
MARIA LEONOR L. A. CHARRUA SALGADO GODINHO	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS CARCAVELOS	€ 1 224,47
MARIA LUÍSA CUNHA SARAIVA CARVALHO	ADMINISTRADORA	INST POLITÉCNICO CASTELO BRANCO	€ 2 084,49
MARIA LUÍSA FERNANDES AZUAGA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC GOUVEIA	€ 1 976,28
MARIA LUÍSA PIMENTA SOEIRO	PROFESSORA AUXILIAR	FACULDADE LETRAS UNIVERSIDADE LISBOA	€ 3 538,44
MARIA LUÍSA RODRIGUES CARVALHO	PROFESSORA	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO ARROIO	€ 1 849,90
MARIA LUÍSA VIEIRA	PROFESSORA ADJUNTA	INST POLITÉCNICO BRAGAÇA	€ 3 310,93
	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DR CORREIA MATEUS	€ 503,68

MARIA LURDES DIAS LOURO MORUJO GOMES	PROFESSORA	ESC BÁSICA INTEG PROF ANA MARIA F GORDO	€ 1 134,73
MARIA LURDES JESUS RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 511,53
MARIA LURDES SIMÕES FERREIRA PAIVA	TÉCNICA DE INFORMÁTICA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 2 219,11
MARIA LURDES SOARES MADEIRA MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	€ 683,33
MARIA LURDES TEIXEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC RIO DE MOURO	€ 2 292,47
MARIA MANUELA CRESPO BALTASAR BENTO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS DE BOBADELA	€ 2 447,63
MARIA MANUELA PINTO R. SOUSA HENRIQUES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS DE MASSAMÁ	€ 1 977,71
MARIA MANUELA RAMOS PEREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC ANTÓNIO SÉRGIO	€ 2 292,17
MARIA MANUELA T. M. FOLGADO SOUSA SILVA	TÉCNICA SUPERIOR	AGRUP ESCOLAS ALBERGARIA-A-VELHA	€ 1 103,76
MARIA MATILDE SILVA CARVALHO VIEIRA PINHO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC PADRÃO DA LÉGUA	€ 1 393,32
MARIA NATÁLIA FARIA SOUSA COIMBRA	PROFESSORA	AGRUP ESC TONDELA CÂNDIDO FIGUEIREDO	€ 2 191,48
MARIA NATÉRCIA GONÇALVES DIAS POÇO	PROFESSORA	AGRUP ESC PIONEIROS AVIAÇÃO PORTUGUESA	€ 2 569,87
MARIA ODETE DUARTE RAMOS VIANA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC TOMÁS CABREIRA	€ 328,64
MARIA ODETE NUNES JESUS CORREIA JERÓNIMO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS CISTER DE ALCOBAÇA	€ 288,62
MARIA ODETE SILVA AFONSO BICHO OLIVEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC FRANCISCO SIMÕES	€ 1 795,48
MARIA OLINDA MENDES FONSECA AZEVEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC AMARANTE	€ 577,89
MARIA OTÍLIA ALEGRE DONARIO BASTOS	PROF. EQUIP. A PROFESSORA ADJUNTA	INST POLITÉCNICO LISBOA	€ 1 106,57
MARIA PIEDADE CHINA C. ARRAIS FERREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC AFONSO ALBUQUERQUE-GUARDA	€ 2 492,44
MARIA PIEDADE SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC GUIA	€ 379,04
MARIA ROSA LOBATO CURADO ELIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PAULO GAMA	€ 421,28
MARIA ROSA SILVA GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA PENAFIEL	€ 655,36
MARIA ROSÁRIO ANTUNES SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUPAMENTO ESCOLAR SÃO GONÇALO	€ 540,77
MARIA ROSÁRIO C. CRESANTO MARIQUITO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC BONFIM	€ 668,96
MARIA ROSÁRIO FIGO VILAS BOAS POTES PEREIRA	INSPETORA	INSPEÇÃO-GERAL EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	€ 2 065,27
MARIA ROSÁRIO SILVA MELO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC BARBOSA DU BOCAGE	€ 2 197,64
MARIA SÃO LUÍS PILREIRA OLIVEIRA DIAS	PROFESSORA	AGRUP ESC ESTARREJA	€ 937,07
MARIA TEODÓSIO J. QUARESMA DOMINGUES	COORDENADORA TÉCNICA	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 1 100,00
MARIA TERESA AZEVEDO BRITO	PROFESSORA	AGRUP ESC SANTA CATARINA	€ 947,72
MARIA TERESA OLIVEIRA CRUZ	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE LARANJEIRAS	€ 2 379,40
MARIA VIRGÍNIA MELO PINHEIRO COUTINHO	PROFESSORA	AGRUP ESC MONSERRATE	€ 1 636,07
MARÍLIA JESUS MONTE REIZINHO GAMITO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS SEBASTIÃO DA GAMA	€ 423,73
MARINHO SILVA BORGES	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 871,48
MÁRIO EDUARDO TEIXEIRA BASTOS ANDREA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FACULDADE MEDICINA UNIVERSIDADE LISBOA	€ 4 892,95
MÁRIO PEDRO CASTANHEIRO	PROFESSOR	AGRUP ESC 1 PONTE DE SÔR	€ 2 281,27
MATILDE JESUS LOPES CRUZ REINAS	PROFESSORA	AGRUP ESC AFONSO ALBUQUERQUE-GUARDA	€ 1 910,21
ODETE GONÇALVES FIGUEIREDO	PROFESSORA	AGRUP ESC CABECEIRAS DE BASTO	€ 1 796,19
ORLINDO RIBEIRO ABREU	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC HENRIQUES NOGUEIRA	€ 686,84
RAUL FONSECA FERNANDES JORGE	PROFESSOR ASSOCIADO	INST SUPERIOR AGRONOMIA	€ 3 292,33
REGINA MARIA GIL ANDRADE	TÉCNICA SUPERIOR	AGÊNCIA NAC QUALIFICAÇÃO ENS PROF.I. P.	€ 1 769,98
RICARDO MANUEL MONTEIRO CHARTERS AZEVEDO	ASSESSOR PRINCIPAL	SECRETARIA-GERAL	€ 549,50
RITA ILDA BARROS FARIA FERREIRA MACHADO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL CORONADO COVELAS	€ 1 914,57
RITA MADALENA FRANCE SANTOS MACEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO VERTICAL ESCOLAS CANELAS	€ 560,33
ROSA JORGE RODRIGUES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 566,78
SILVINA JESUS SOARES BENIGNO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS ANTÓNIO GEDEÃO	€ 2 327,61
TERESA JESUS AFONSO GÂNDARA PIRES	PROFESSORA	AGRUP ESC EMÍDIO GARCIA	€ 1 594,47
VÍTOR MANUEL MARTINS HORTA	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA FREI GONÇALO AZEVEDO	€ 2 546,96
VÍTOR NORBERTO VALENTE AMARO	PROFESSOR	AGRUP ESC NUNO ÁLVARES	€ 2 347,05
ZULMIRA ASSUNÇÃO PINHEIRO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 571,33

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

ABÍLIO OLIVEIRA AZEVEDO FARIA	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 102,90
ALBERTINA ASSUNÇÃO BORGES ALVES	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 2 033,92
ALFREDO ADEGAS SANTOS LIMA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 778,65
AMÍLCAR ALVES DUQUE	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 379,04
ANA BELA MENDES CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 074,99
ANA MARIA NETO PATRÍCIO MAIA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 999,31
ANTÓNIO ANTUNES MOREIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 745,81
ANTÓNIO CONCEIÇÃO ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 568,03
ANTÓNIO GOMES PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 747,66
ARTUR CARLOS MONTEIRO RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL, I. P.	€ 562,75
BELARMINO PEREIRA VILAS	ASSISTENTE TÉCNICO	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 581,46
CARLOS ALBERTO GOMES PERNETA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 507,88
CARLOS MANUEL CORREIA COSTA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 1 123,49
CARMEN MARIA CORREIA COSTA PINTO CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 935,65
CIDÁLIA RAMOS GONÇALVES CAVACO LUCENA	ASSISTENTE TÉCNICA	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL, I. P.	€ 1 046,32
FERNANDO MANUEL FIGUEIREDO	ASSISTENTE TÉCNICO	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 831,08
FERNANDO MESQUITA SEIXAS	TÉCNICO SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 2 187,95
GERTRUDES MAGNA MATOS M. FIALHO GUERREIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 951,69
GRAÇA MARIA SANTOS C. ALHO RIBEIRO MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 973,40
INÊS MARIA AVILEZ O. SANTOS BRANDÃO MELO	TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE	CENTRO MEDICINA REABILITAÇÃO ALCOITÃO	€ 1 508,58
ISABEL JOAQUINA PORTEIRO FAVA MATA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 595,64
ISABEL MARIA TEIXEIRA CARVALHO PENA	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 1 011,49
JOEL ÁLVARO NASCIMENTO NOBRE	TÉCNICO DE INFORMÁTICA GRAU 1	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 184,58
JOSÉ CARLOS FREIRE REGÊNCIO	PROFESSOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 129,84
JOSÉ CARLOS RIBEIRO SABENÇA	INSPETOR TÉCNICO ESPEC. PRINC.	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 1 578,37
JOSÉ MANUEL BARREIRA TEIXEIRA	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 722,15
LAURA MARIA FERREIRA SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 783,58
LUCÍLIA MENDES SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 927,66
LUÍS PEREIRA MARTINS	TÉCNICO SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 698,28
LUÍSA MARIA OLIVEIRA NETO DOMINGUES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 823,42
MABÍLIA CONCEIÇÃO MELO FRAGOSO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 812,76
MANUEL AMÉRICO LOURENÇO SIMÕES	ASSISTENTE TÉCNICO	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 999,70
MANUELA CONCEIÇÃO ALMEIDA CASIMIRO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 904,24

MARCIANO VICTOR BORGES MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICO	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 940,68
MARGARIDA MARIA ALMEIDA VAZ CORREIA	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 2 273,94
MARIA AIDA JESUS GONÇALVES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 040,98
MARIA AMÉLIA BAPTISTA ASSUNÇÃO DIAS	TÉCNICA DE INFORMÁTICA GRAU 3	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 954,33
MARIA AMPARO DENGUCHO BARREIRAS	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 612,66
MARIA ANGELINA BRAGA PACHECO	TÉCNICA ADMINISTRATIVA PRINCIPAL	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 1 041,65
MARIA ANTÓNIA FIGUEIRA LEONARDO CARAPINHA	TÉCNICA DE INFORMÁTICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 703,18
MARIA ASCENSÃO BENTA SANTOS MARTINS CÔDEA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 841,84
MARIA ASSUNÇÃO COELHO ANASTÁCIO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 026,14
MARIA AUGUSTA CASIMIRO CASCALHEIRA BEXIGA	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 498,78
MARIA CÂNDIDA ANASTÁCIO FILIPE ÁLVARO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO MEDICINA REABILITAÇÃO ALCOITÃO	€ 615,30
MARIA CONCEIÇÃO GONÇALVES ISQUEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 059,35
MARIA CONCEIÇÃO NEVES ESTEVENS CRUZ CRUJO	TÉCNICA DE INFORMÁTICA GRAU 2	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 535,65
MARIA CONCEIÇÃO SILVA LUCAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 532,08
MARIA CONCEIÇÃO SILVA SANTOS FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 858,61
MARIA CRUZ PACHECO GAVETANHO	SERVENTE DE LIMPEZA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 344,50
MARIA EMÍLIA AMORIM SILVA BARROS RIBEIRO	COORDENADORA TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 207,20
MARIA ENCARNAÇÃO ARSÉNIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 305,25
MARIA FÁTIMA SILVA MONTEIRO GUERRA	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 126,00
MARIA FERNANDA FITAS C. HENRIQUES TOMÁS	DIRETORA	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 3 097,16
MARIA FERNANDA M. CÉSAR CARVALHO OLIVEIRA	INSPETORA PRINCIPAL	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 1 678,81
MARIA FERNANDA TEIXEIRA ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 463,68
MARIA FILOMENA RIBEIRO G. RODRIGUES ROQUE	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 892,39
MARIA GRAÇA MIRANDA GONÇALVES REBOCHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL, I. P.	€ 931,08
MARIA GRACIETE CARMO SILVA LOPES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 006,89
MARIA HELENA LOPES RAFAEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 553,15
MARIA HELENA PINTO CORREIA ALONSO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 039,93
MARIA ISABEL ALMEIDA PACHECO AMADO	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 941,23
MARIA ISABEL NUNES CORREIA COSTA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 007,64
MARIA LUÍSA SANTOS DIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 822,09
MARIA LURDES SILVA NOGUEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 888,19
MARIA LURDES VIEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 817,20
MARIA LUZ FIGUEIREDO PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 743,23
MARIA MADALENA BOTICA COSTA SOEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL	€ 520,91
MARIA OTÍLIA JESUS RODRIGUES	TÉCNICA SUPERIOR	CASA PIA DE LISBOA, I. P.	€ 1 924,13
MARIA ROSA FERNANDES BARREIRA MORAIS	TÉCNICA DE EMPREGO PRINCIPAL	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 1 852,61
MARIA ROSÁRIO SILVA MOGO JANEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 756,11
NATÉRCIA MARIA LOUREIRO FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 573,18
OLGA MARIA FERREIRA NUNES RODRIGUES NUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 860,59
ROSA MARIA ROCHA PONTE DURANA PINTO	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 110,33
ROSA MENDES FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 647,26
ROSA RAMOS BORGES REDE	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 509,43

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADELINA SILVA PACHECO CARREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE MAIA	€ 874,46
ÁLVARO MANUEL BOTELHO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	€ 855,27
ANTÓNIO CABRAL CURVELO RESENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO FLORESTAL DE SANTA MARIA	€ 530,43
DOROTEIA MARIA LINHARES C. GOMES AGUIAR	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESC BÁSICA INTEGRADA PRAIA DA VITÓRIA	€ 1 140,52
EDMUNDO SANTOS BOTELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL	€ 761,37
FRANCISCO VARGAS FÁRIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE HORTA	€ 727,73
HELENA MARIA PEREIRA FONTES LEMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SEC GERAL BÁSICA VITORINO NEMÉSIO	€ 272,78
HORÁCIO SOUSA RAPOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST ALIMENTAÇÃO MERCADOS AGRÍCOLAS	€ 1 141,69
ISABEL MARIA MENESES A. L. VIEIRA CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL	€ 1 087,45
JOÃO AUGUSTO SAMPAIO MACEDO LEAL	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO	€ 5 224,77
JOSÉ ADRIANO OURIQUE FAGUNDES	ENFERMEIRO GRADUADO	HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO	€ 2 511,28
JOSÉ ANTÓNIO SILVEIRA TEIXEIRA	INSPECTOR TÉCNICO ESPECIALISTA	DIR REG APOIO INVEST E COMPETITIVIDADE	€ 1 275,56
JOSÉ JACINTO MONIZ MEDEIROS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE NORDESTE	€ 701,81
JOSÉ MARCELINO ALVES PIMENTEL GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO FLORES	€ 507,28
LÚCIA MARIA ARRUDA SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	€ 489,96
MANUEL CABRAL CLAUDINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SEC REG TURISMO E TRANSPORTES P DELGADA	€ 730,93
MARIA ANUNCIAÇÃO COUTINHO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SEC REG TURISMO E TRANSPORTES (HORTA)	€ 291,93
MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA DUTRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA BÁSICA INTEGRADA ROBERTO IVENS	€ 2 140,00
MARIA FILOMENA VIEIRA B. A. VIEIRA GOMES	DOCENTE	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	€ 2 514,87
MARIA GRAÇA AGUIAR COSTA DIAS	PROFESSORA COORDENADORA	HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	€ 1 023,80
MARIA HELENA OLIVEIRA CORREIA	ASSISTENTE TÉCNICA	ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE NORDESTE	€ 1 000,89
MARIA LIBERTA PEDRO PACHECO	PROFESSORA	HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	€ 630,53
MARIA LURDES SILVA MEDEIROS LEAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	€ 1 062,28
MARIA MANUELA SILVA COSTA NUNES SOUSA	TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE	SERVIÇO REGIONAL PROTEÇÃO CIVIL	€ 764,19
MOUZART HERMÍNIO AZEVEDO	ASSISTENTE TÉCNICA	SEC REG TURISMO E TRANSPORTES-ANGRA	€ 738,87
NELSON RUI ROCHA BORGES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO	€ 666,41
RAMIRO MANUEL COTA LOURENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	€ 1 197,17
RUI IDÁLIO NUNES GRAÇA	COORDENADOR TÉCNICO	HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO	€ 5 080,52
	CHEFE DE SERVIÇO		

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

AGOSTINHO FERREIRA NÓBREGA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FUNCHAL	€ 736,69
ANA CONCEIÇÃO GOMES ORNELAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC BÁSICA 1,2,3 P BARTOLOMEU PERESTRELO	€ 366,81
ANA MARIA FREITAS LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO REGIONAL JUVENTUDE E DESPORTO	€ 582,98
ANTÓNIO CORREIA ASCENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CALHETA	€ 318,09
ANTÓNIO JOSÉ CALAÇA MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE MACHICO	€ 298,71
BOAVENTURA TELÉSFORO C. ORNELAS AFONSO	ASSISTENTE GRADUADO	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 3 079,18
ESMERALDA MARIA NUNES FREITAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST SEGURANÇA SOCIAL MADEIRA, I. P.-RAM	€ 425,59
GREGÓRIO SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	IGH-INVEST E GESTÃO HIDROAGRÍCOLA, S. A.	€ 660,23

JOÃO AMARO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECR REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	€ 465,58
JORGE MIGUEL LAMARTINE DIAS MONTEIRO	ASSISTENTE GRADUADO	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 1 260,69
JOSÉ FIRMINO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	ADMIN PORTOS REGIÃO AUT MADEIRA, S. A.	€ 1 522,30
LIANA MARIA RODRIGUES FERREIRA FERNANDES	ENFERMEIRA	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 3 375,37
LÍGIA ASSUNÇÃO BRITO BARRÓS VIEIRA	PROFESSORA	ESCOLA SECUNDÁRIA JAIME MONIZ	€ 1 963,28
LUÍS ANTÓNIO ROBALO CORDEIRO	PROFESSOR	ESC BÁSICA 2 3 DR HORÁCIO BENTO GOUVEIA	€ 1 169,97
LUÍS GABRIEL FERREIRA NÓBREGA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FUNCHAL	€ 944,44
LUÍS NÓBREGA BARRETO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECR REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	€ 423,45
LUÍSA TERESA MARIA AMADO FREITAS VIEIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	€ 1 850,24
MANUEL ANTÓNIO CUNHA GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SEC REG CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES	€ 924,45
MARIA ADELAIDE VIEIRA MENDES	COORDENADORA TÉCNICA	FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR	€ 877,83
MARIA ALVES NUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MACHICO	€ 499,22
MARIA BERNARDETE CASTRO	ENFERMEIRA	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 2 146,27
MARIA CELESTE NUNES VIEIRA NICOLAU	COORDENADORA TÉCNICA	MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ	€ 635,55
MARIA ELEUTÉRIA NÓBREGA CAIRES SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 340,38
MARIA ISABEL JARDIM GÓIS	COORDENADORA TÉCNICA	INST SEGURANÇA SOCIAL MADEIRA, I. P.-RAM	€ 1 395,37
MARIA JOSEFINA ESPÍRITO SANTO S. SILVA LUÍS	PROFESSORA	SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	€ 1 301,85
MARIA LAURENTINA GOUVEIA FERNANDES FARIA	ASSISTENTE TÉCNICA	TRIBUNAL DE CONTAS-SECÇÃO REGIONAL	€ 866,79
MARIA NATIVIDADE RODRIGUES SOUSA RUEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MACHICO	€ 527,67
MARIA TIAGO SOUSA FILIPE JESUS	ENFERMEIRA	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 2 503,39
MATILDE VIEIRA PEREIRA ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 523,45
QUINÍDIO MAJOR PINTO CORREIA	ASSISTENTE GRADUADO	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 3 093,12
ROSA MARIA MOREIRA VELA ORNELAS AFONSO	ASSISTENTE GRADUADA	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT MADEIRA, E. P. E.	€ 3 444,81
SALOMÃO BAPTISTA CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ	€ 454,99
ZINA MARIA NEVES GOMES ABREU	PROFESSORA	ESC BÁSICA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO	€ 1 929,70

DOCENTES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

BERTA PEREIRA GRANJA	PROFESSORA	INSTITUTO SUPERIOR SERVIÇO SOCIAL PORTO	€ 1 821,62
GALINA BOLKHOVITINOVA	PROFESSORA	C FORM ART SOC FILARMÓNICA GUALDIM PAIS	€ 447,86
JOAQUIM QUEIRÓS MARTINS NASCIMENTO	PROFESSOR	COLÉGIO DE GAIA	€ 2 146,59
MANUEL PEDRO SOARES MARQUES	PROFESSOR ASSISTENTE	COOPERATIVA ENSINO POLITÉCNICO, CEP	€ 197,55
MARIA FELICIDADE LEITÃO ROLO PIRES	PROFESSORA	EXTERNATO FREI LUÍS DE SOUSA	€ 2 547,40
MARIA GLÓRIA COELHO MOREIRA	PROFESSORA ADJUNTA	ESCOLA SUPERIOR ENFERMAGEM STA MARIA	€ 1 720,21
MARIA GRAÇA MARTINS C. MAÇARICO PEREIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	EXTERNATO DIOCESANO SEBASTIÃO DA GAMA	€ 2 047,70

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANA MARIA BORRALHO MADEIRA ASCENSO GAIO	ASSISTENTE OPERACIONAL		€ 673,76
FERNANDA PAULINA PRAZERES MONTEIRO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA		€ 864,61
IRENE CONCEIÇÃO PEDRO RIBEIRO VALENTE	TÉCNICA SUPERIOR SERVIÇO SOCIAL		€ 1 650,50

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES ANÓNIMAS

ANTÓNIO JOÃO PINA SOBRAL	CARTEIRO GRAU II	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 994,43
ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES	TÉCNICO ESPECIALIZADO	NAV AÉREA PORTUGAL, NAV PORTUGAL, E. P. E.	€ 2 027,77
ARTUR MANUEL MENDES COSTA	CARTEIRO GRAU II	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 519,79
CARLOS ALBERTO CASTRO CASTANHEIRA SILVA	TÉCNICO	APS-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE SINES, S. A.	€ 2 087,77
EMANUEL JOSÉ LIMA NEVES GONÇALVES	AGENTE DE EXPLORAÇÃO	APSS-ADM PORTOS SETÚBAL E SESIMBRA, S. A.	€ 984,05
ISABEL MARIA FRANCO PIRES OLIVEIRA RIBEIRO	TÉCNICA SÉNIOR GRAU IV	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 1 181,24
JOAQUIM HUMBERTO BORGES SILVA	MESTRE DE TRÁFEGO LOCAL	APDL-ADMIN PORTOS DOURO E LEIXÕES, S. A.	€ 1 640,41
JOSÉ ANTÓNIO AMARAL GOMES	CARTEIRO GRAU II	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 1 249,38
JOSÉ LUÍS SOUSA RIBEIRO	CARTEIRO GRAU II	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 551,47
JOSÉ MANUEL LOUREIRO BARRETO	ADJUNTO TÉCNICO/COORDENADOR	APS-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE SINES, S. A.	€ 1 808,18
JOSÉ MANUEL SILVA ARSÉNIO	ELETRICISTA	APSS-ADM PORTOS SETÚBAL E SESIMBRA, S. A.	€ 1 071,21
JOSÉ VILAÇA COSTA	CARTEIRO GRAU II	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 523,70
MARIA GOMES SANTOS CADILHE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GRAU I	APDL-ADMIN PORTOS DOURO E LEIXÕES, S. A.	€ 783,58
MARIA PAULA SIMÕES DEODATO FRAGOSO	CONTROLADORA DE TRÁFEGO AÉREO	NAV AÉREA PORTUGAL, NAV PORTUGAL, E. P. E.	€ 4 892,95
NELSA PEREIRA ANA	QUADRO SUPERIOR	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 1 888,19
SILVÉRIO BRAGA SOUSA	OPERADOR DE APOIO	ANA-AEROPORTOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 1 335,56
SILVINA NAZARÉ ANTUNES VIEGAS BERNARDINO	EMPREGADA SERVIÇOS GERAIS G. I	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.	€ 349,87

LICENÇAS ILIMITADAS OU DE LONGA DURAÇÃO

ANA MARIA ALVES ESCORTELL	ASSISTENTE TÉCNICA	DESDE 2013-06-01	€ 927,55
ARMINDO GOUVEIA SILVEIRA	TÉCNICO AUXILIAR PRINCIPAL	DESDE 2012-08-01	€ 485,82
EDUARDO CASSIANO NOGUEIRA PINTO MIRANDA	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	DESDE 2012-12-01	€ 983,74
JOÃO ALBERTO BORGES EVANGELISTA	TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO N. I	DESDE 2013-11-01	€ 802,16
JOSÉ MANUEL CARE BAPTISTA VIEGAS	PROFESSOR CATEDRÁTICO	DESDE 2013-11-01	€ 2 601,76
LEONOR BRÁS ALMEIDA ALVES	TÉCNICA ADMINISTRATIVA	DESDE 2013-08-01	€ 242,39
MÁRIO JÚLIO GONÇALVES CORDEIRO	PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO	DESDE 2013-12-01	€ 968,58

ANTIGOS SUBSCRITORES

ACÁCIO NASCIMENTO DIOGO MORAIS	OPERADOR DE LABORATÓRIO	DESDE 2013-07-01	€ 239,99
ALCÍDIO ASCENSÃO RIBEIRO	AGENTE 2.ª CLASSE	DESDE 2013-05-01	€ 250,15
ANSELMO SILVA BRITO	MARINHEIRO	DESDE 2013-07-01	€ 239,99
ANTÓNIO MANUEL GOMES ALEIXO DOROTEA	PROFESSOR	DESDE 2014-01-01	€ 250,15
ANTÓNIO MANUEL MATOS SILVA TAVARES	ESCRITURÁRIO	DESDE 2013-12-01	€ 239,99
ANTÓNIO SANTOS RIBEIRO FERREIRA	PROFESSOR	DESDE 2014-01-01	€ 3 410,21
CARLOS MANUEL MATIAS SANTOS MARQUES	PROFESSOR	DESDE 2014-01-01	€ 1 107,07
CARLOS MANUEL PIRES NOBRE BISCAYA	ASPIRANTE PROVISÓRIO	DESDE 2013-08-01	€ 239,99
DAVID CHARLES MAHONEY	PROFESSOR	DESDE 2013-01-01	€ 267,86
EDGAR TERTULIANO DIAS NÓBREGA	ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO 1.ª CL.	DESDE 2013-05-01	€ 239,99

ELMIRA TERESA FERNANDES LOPES	PROFESSORA	DESDE 2013-12-01	€ 2 106,26
FRANCISCO MANUEL ESTEVES COSTA	TRADUTOR	DESDE 2013-08-01	€ 239,99
HERCULANO ALBERTO QUEIRÓS GOMES NOVAIS	ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO 2.ª CL.	DESDE 2013-12-01	€ 239,99
JERÓNIMO MARCELO SANTOS	SEGUNDO-OFICIAL ADMINISTRATIVO	DESDE 2013-08-01	€ 286,49
JOÃO BORGES AREIAS	GUARDA 2.ª CLASSE	DESDE 2014-02-01	€ 252,65
JOÃO CLEMENTE BARRADAS ALVES	TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	DESDE 2012-06-01	€ 675,45
JOAQUIM MARTINS SILVA	ESCRITURÁRIO 2.ª CLASSE	DESDE 2012-07-01	€ 237,38
JOSÉ MANUEL ARAÚJO SANTOS	FUNCIONÁRIO	DESDE 2013-04-01	€ 239,99
JOSÉ MANUEL BERREDO SIMÕES CARVALHO	PROFESSOR	DESDE 2013-08-01	€ 239,99
JOSÉ MANUEL GOMES MACIEL	ASPIRANTE	DESDE 2014-02-01	€ 291,60
JOSÉ MONIZ PIMENTEL	PROFESSOR	DESDE 2013-02-01	€ 239,99
LEONEL LAERTES MARÇAL CRISÓSTOMO	AJUDANTE SERRALHEIRO MEC. 1.ª CL.	DESDE 2013-11-01	€ 239,99
LUIÇA MARIA MARTINS S. F. MONTEIRO PEREIRA	ESCRITURÁRIA	DESDE 2013-08-01	€ 250,15
MANUEL FRANCISCO BOTO JANEIRO	OPERÁRIO 2.ª ESCALÃO	DESDE 2013-09-01	€ 438,34
MARIA ALBERTINA NUNES	CRIADA 2.ª CLASSE	DESDE 2013-05-01	€ 239,99
MARIA ARMINDA T. NASCIMENTO LOUREIRO	PROFESSORA	DESDE 2013-10-01	€ 763,43
MARIA AUGUSTA CABRAL F. FARIA CERQUEIRA	PROFESSORA	DESDE 2013-08-01	€ 427,54
MARIA DELCINA FERREIRA SARAIVA FRANCO	CHEFE DE SERVIÇOS	DESDE 2013-09-01	€ 239,99
MARIA FILOMENA COELHO SOUSA MOTA	ASSISTENTE GRADUADA	DESDE 2013-06-01	€ 1 288,70
MARIA GABRIELA RAMALHO REIS TEIXEIRA NEVES	CHEFE DE SECÇÃO	DESDE 2013-11-01	€ 1 825,94
MARIA HELENA PAREDES BOURA MATEUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DESDE 2013-08-01	€ 250,15
MARIA JOSÉ LOPES COSTEIRA TRINDADE	OPERADORA DE REPROGRAFIA	DESDE 2013-08-01	€ 272,78
MARIA MANUEL PINTO PEUCKMAN	ESCRITURÁRIA 1.ª CLASSE	DESDE 2014-01-01	€ 242,39
MÁRIO CABRAL	CANTONEIRO DE LIMPEZA	DESDE 2012-07-01	€ 247,43
MÁRIO DOMINGUES ROSA	MARINHEIRO	DESDE 2013-09-01	€ 239,99
PORFÍRIO SANTOS ALEGRE	GUARDA PRISIONAL	DESDE 2012-08-01	€ 237,38
TERESA MARIA CORREIA F. C. SANTOS SILVA	TÉCNICA ADJUNTA ESPEC. 1.ª CLASSE	DESDE 2012-11-01	€ 526,88

ANTIGOS SUBSCRITORES (N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 20-A/86, DE 13 DE FEVEREIRO)

ADELINO AUGUSTO SILVA	MOTORISTA	DESDE 2011-10-01	€ 30,70
ARMINDO GONÇALVES	CANTONEIRO	DESDE 2013-04-01	€ 48,00
EMÍLIA MAGALHÃES TEIXEIRA	CRIADA	DESDE 2011-11-01	€ 153,49
FERNANDO JESUS COSTA	MARINHEIRO	DESDE 2012-12-01	€ 189,90
HORÁCIO SANTINHO PONTE	MARINHEIRO	DESDE 2013-03-01	€ 227,99
JOÃO CAMPOS MOREIRA	MARINHEIRO	DESDE 2013-06-01	€ 191,99
JOAQUIM JESUS ROCHA	SERVENTE EVENTUAL	DESDE 2014-01-01	€ 141,39
JOAQUIM PEQUENO MONTEIRO	SOLDADO	DESDE 2013-08-01	€ 64,00
MANUEL FERNANDES COSTA	CANTONEIRO	DESDE 2013-08-01	€ 123,99
MANUEL LOURO BENEDITO	SERVENTE	DESDE 2007-09-01	€ 179,84
MARIA FÁTIMA BRASIL TAVARES	PROFESSORA	DESDE 2014-01-01	€ 104,00
MARIA MADALENA HOMEM LEAL FARIA	ASSISTENTE EVENTUAL	DESDE 2012-09-01	€ 94,95
MARIA NOÉMIA FARIA BRANDÃO	AUXILIAR DE LIMPEZA	DESDE 2013-09-01	€ 48,00
OLGA MARIA PEREIRA RAMOS	PROFESSORA	DESDE 2013-12-01	€ 16,00
SILVÉRIA RODRIGUES SILVA DOMINGUES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM 2.ª CLASSE	DESDE 2011-01-01	€ 76,75

EX-FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA

ARLINDO SÊCO COIATE	ENFERMEIRO AUXILIAR	GUINÉ	€ 31,76
FILIPA CARDOSO RAMOS FREDERICO	DATILÓGRAFA	ANGOLA	€ 84,80
JORGE ASSUNÇÃO CASTELO DAVID	AUXILIAR DE VERIFICAÇÃO	ANGOLA	€ 27,62

28 de fevereiro de 2014. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

207660132

Declaração de retificação n.º 247/2014

No número do *Diário da República* a seguir indicado deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 443/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014, retifica-se que, a p. 843, a publicação referente a Acácio Gonçalves Loureiro não deve ser considerada sob o título «Deficiente da Forças Armadas-Exército» mas sim «Invalidez-Exército».

28 de fevereiro de 2014. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.
207660149

Declaração de retificação n.º 248/2014

No número do *Diário da República* a seguir indicado deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 443/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014, retifica-se que, a p. 853, onde se lê «Carlos Manuel Couto Sequeira Costa, professor auxiliar,» deve ler-se «Carlos Manuel Couto Sequeira Costa, professor auxiliar com agregação,».

28 de fevereiro de 2014. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.
207660157

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA**

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto
e do Orçamento e do Ambiente

Portaria n.º 183/2014

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da gestão de recursos hídricos, com vista à sua proteção e valorização, exercendo neste domínio as funções de Autoridade Nacional da Água.

No âmbito das suas atribuições, a APA, I.P. detém a competência para promover a elaboração e a execução da estratégia de gestão integrada da zona costeira e assegurar a sua aplicação ao nível regional, assegurando a proteção e a valorização das zonas costeiras, de acordo com o estipulado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, que aprovou a Lei Orgânica da APA, I.P.

Torna-se, assim, necessário proceder à celebração de um contrato de empreitada de reabilitação dos esporões e das estruturas longitudinais aderentes da Cova Gala, de Lavos e da Leirosa e do cordão dunar

entre a Leirosa e a Ribeira do Estremal, nos termos do supra citado diploma legal, na medida em que as obras em causa são vitais para as três povoações em referência face ao alto grau de vulnerabilidade e elevado risco a que se encontram expostas, uma vez que se localizam numa costa arenosa, enquadrada por uma zona florestada, com características morfológicas praticamente homogêneas, no troço fisiográfico entre a Foz do Mondego e S. Pedro de Moel.

O referido contrato irá dar lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico pelo que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a assunção dos encargos plurianuais daí decorrentes depende de autorização prévia conferida através de portaria.

Assim,

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pela Ministra de Estado e das Finanças, constante da alínea *k*) do n.º 2 do Despacho n.º 9459/2013, de 19 de julho de 2013, e pelo Secretário de Estado do Ambiente, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, constante da alínea *d*) do n.º 4 do Despacho n.º 13322/2013, de 11 de outubro, o seguinte:

Artigo 1.º

Autorização para a aquisição

Fica a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) autorizada a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada de aderentes da Cova Gala, de Lavos e da Leirosa e do cordão dunar entre a Leirosa e a Ribeira do Estremal.

Artigo 2.º

Autorização para a repartição de encargos

Os encargos decorrentes do contrato, num montante de 2.444.625,01€, I.V.A. incluído à taxa legal em vigor, distribuem-se da seguinte forma:

2014 — 1.000.000,00 Euros (um milhão de euros);

2015 — 1.444.625,01 Euros (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco euros e um cêntimo);

Artigo 3.º

Transferência de saldos

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., fica autorizada, se se mostrar necessário, a transferir os eventuais saldos para os anos seguintes.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos a partir da sua assinatura.

3 de março de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Helder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

207663421

Portaria n.º 184/2014

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.

No âmbito das suas atribuições, a APA, I.P. detém a competência para promover, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da gestão de recursos hídricos, dos resíduos, da recuperação e valorização dos solos e outros locais contaminados e da prevenção e controlo integrados da poluição, de acordo com o estipulado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, que aprovou a Lei Orgânica da APA, I.P.

Torna-se, assim, necessário proceder à celebração de um contrato de empreitada para a “Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena”, nos termos do supra citado diploma legal, com vista à resolução dos problemas decorrentes do passivo ambiental existente nas imediações da ETAR de Alcanena, de forma que se garantam as adequadas condições de segurança e de salubridade no local.

O referido contrato irá dar lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico pelo que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a assunção dos encargos plurianuais daí decorrentes depende de autorização prévia conferida através de portaria.

Assim,

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pela Ministra de Estado e das Finanças, constante da alínea *k*) do n.º 2 do Despacho n.º 9459/2013, de 19 de julho de 2013, e pelo Secretário de Estado do Ambiente, ao abrigo da competência que lhe foi delegada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, constante da alínea *d*) do n.º 4 do Despacho n.º 13322/2013, de 11 de outubro, o seguinte:

Artigo 1.º

Autorização para a aquisição

Fica a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) autorizada a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada para a “Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena”.

Artigo 2.º

Autorização para a repartição de encargos

Os encargos decorrentes do contrato, num montante de 4.728.611,40€, I.V.A. incluído à taxa legal em vigor, distribuem-se da seguinte forma:

2014 — 2.364.305,70 Euros (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinco euros e setenta cêntimos);

2015 — 2.364.305,70 Euros (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinco euros e setenta cêntimos);

Artigo 3.º

Transferência de saldos

A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., fica autorizada, se se mostrar necessário, a transferir os eventuais saldos para os anos seguintes.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos a partir da sua assinatura.

3 de março de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Helder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

207663381

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Despacho n.º 3603/2014

1 — No uso da competência que me é conferida pela conjugação do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do Despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 2728/2014, de 3 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014, com o disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, delego no diretor da Messe de Cascais, capitão-tenente de Administração Naval Sérgio Manuel Monteiro Lopes a competência para:

a) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 10 000,00 €, de acordo com o previsto na alínea *a*), do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

b) No âmbito dos procedimentos contratuais a realizar pela Messe de Cascais, proceder à realização dos seguintes atos:

i) Aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

ii) Designação do júri do concurso, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP;

iii) Decisão de adjudicação e notificação da mesma aos concorrentes, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP;

iv) Efetivação da notificação da aprovação da minuta do contrato, nos termos do artigo 100.º do CCP;

v) Outorga do contrato em representação do Estado Português, nos termos do artigo 106.º do CCP;

vi) Exercer os poderes de conformação contratual, liberar cauções, aplicar sanções contratuais e resolver o contrato sendo caso disso, nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP.

2 — A presente delegação de competências produz efeitos a partir de 9 de dezembro de 2013, ficando assim ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor da Messe de Cascais que se incluam no âmbito da mesma.

26 de fevereiro de 2014. — O Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, *José Luís Branco Seabra de Melo*, contra-almirante.
207653378

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Portaria n.º 185/2014

Artigo único

1 — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado, que concluiu o Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, da especialidade de Administração Aeronáutica, tenha o posto de Alferes e ingresse no Quadro que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do art.º 167.º, dos n.ºs 1 e 2 do art.º 213.º e do n.º 1 do art.º 249.º, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto.

Quadro de Oficiais ADMAER

ALFG ADMAER 135395 A Nelson Brandão Ferreira DFFA

2 — Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de outubro de 2012.

3 — Preenche vaga em aberto no respetivo quadro.

4 — Mantém a posição remuneratória em que se encontra.

31 de dezembro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *José António de Magalhães Araújo Pinheiro*, general.
207654577

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos

Despacho n.º 3604/2014

Por meu despacho de 24 de fevereiro de 2014, foi autorizada, a seu pedido, a cessação de funções da licenciada Vera Maria Silva Morais Guedes como Chefe de Equipa Multidisciplinar para que foi nomeada pelo Despacho n.º 6932/2010, publicado no DR, 2ª série n.º 76, de 20 de abril de 2010, com efeitos a partir de 1 de março de 2014.

26 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Isabel de Carvalho*.
207654399

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Despacho n.º 3605/2014

1. Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 4 do artigo 23º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, delegeo no Comandante interino da Unidade de Intervenção, Coronel de infantaria, José Manuel Lucas Pimenta, as minhas competências para a prática dos seguintes atos:

a. Autorizar as despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, bem como praticar os demais atos decisórios previstos no Código dos Contratos Públicos,

aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao limite de (euro) 35 000;

b. Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais, legalmente aprovados, até ao montante de (euro) 150 000, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 17.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de junho;

c. Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;

d. Autorizar a utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço, que decorram em território nacional, bem como o processamento do abono correspondente nos termos do artigo 5º da Portaria n.º 379/90, de 18 de maio, conjugado com o artigo 3º do Decreto-lei n.º 230/93, de 26 de junho;

e. Autorizar o abono a dinheiro da alimentação por conta do Estado ao pessoal, militar e civil, que a ela tiver direito, quando não for possível por razões operacionais, o fornecimento de alimentação em espécie, ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselhem tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-lei n.º 271/77, de 2 de julho;

f. Analisar, instruir e decidir requerimentos e reclamações que me sejam dirigidos relacionados com as competências, ora delegadas.

2. O ora delegado é autorizado a subdelegar, com caráter pessoal, nas seguintes entidades:

a. No 2.º comandante da Unidade de Intervenção, ou no Chefe da Secção de Recursos Financeiros quando esta função for desempenhada por Oficial.

b. Nos comandantes de forças destacadas em missões, com órgãos de gestão financeira.

c. Nos comandantes de subunidades sem órgãos de gestão financeira, apenas a assinatura de guias de marcha e de transporte.

3. A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

4. O presente despacho produz efeitos desde 20 de janeiro de 2014.

5. Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos praticados, no âmbito das matérias ora delegadas, até à sua publicação em Diário da República.

29 de janeiro de 2014. — O Comandante-Geral, *Luís Manuel dos Santos Newton Parreira*, tenente-general.
207653953

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 3606/2014

Lista n.º 113/13

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de fevereiro de 2014, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Josue Medeiros Corrêa	10-05-1978
Renato Lopes da Silva	18-01-1969
Isabel Cristina Silva Gonçalves	26-10-1965
Liliane de Oliveira Nascimento	18-04-1978
Elzinete Pereira da Gama	10-05-1970
Maria das Graças Reis	06-11-1968
Maria Juliana Porte Cercatti	31-12-1985
Nathalia de Freitas	16-02-1991
Adail Alves de Oliveira Neto	28-07-1983
Madalena Conceição Martins de Souza	08-12-1960

26 de fevereiro de 2014. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

207653134

Despacho n.º 3607/2014**Lista n.º 117/13**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 20 de fevereiro de 2014, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Fátima Maria Barbosa Teixeira Silva Pereira	10-07-1965
Vania Lucia da Costa Santos	18-05-1991
Marco Antonio da Cruz Junior	14-04-1995
Luana Aparecida Purpur	30-09-1992
Joaquim Juvenal Gomes	07-05-1974
Marizete Madalena dos Santos	10-06-1979
Celia Regina Stein Ferraro	06-02-1980
Raoni Berto Torrente	27-10-1985
Thaíssa Alfaia Simões de Queiroz	20-06-1995
Robson Leyzer Bastos	24-06-1995

26 de fevereiro de 2014. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

207653012

Despacho n.º 3608/2014**Lista n.º 118/13**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 20 de fevereiro de 2014, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Graziela de Godoy	10-02-1993
Márcia Andrade Da Silva	11-06-1973
Maurício de Lacerda Pereira	03-05-1972
Jaqueline Rodrigues Vieira	05-02-1990
Arlete Antunes Vieira	26-09-1969
Michelle de Brito Miranda	05-09-1994
Andreia Marçal Santos	11-09-1969
Adriana Dalcegio dos Santos	27-09-1976
Priscila Aragão Sá	01-03-1976
Osmeire de Brito Miranda	16-05-1968

26 de fevereiro de 2014. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

207653037

Despacho n.º 3609/2014**Lista n.º 115/13**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de fevereiro de 2014, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Solange Maria Silva Firmino	02-04-1964
Pedro Ferreira de Souza Filho	01-07-1960

Nome	Data de nascimento
Railson Maciel Lana	11-01-1979
Ronilson Souza Lana	02-07-1980
Josiane Alves de Moraes	15-03-1986
Oseias de Jesus Santos	15-11-1983
Wandrea Karen Barbosa de Souza Santos	09-07-1979
Lelia Rodrigues Tavares	04-06-1991
Saids da Silva Gomes	01-04-1976
Antonio Carlos de Oliveira	25-12-1969

26 de fevereiro de 2014. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

207653289

Despacho n.º 3610/2014**Lista n.º 114/13**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de fevereiro de 2014, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Leci Luiza da Silva	29-10-1968
Erivalda Costa Souza	09-10-1961
Wilson Fernandes de Oliveira	17-11-1976
Paula Kellem Taveira de Oliveira Araujo	31-12-1976
Wederson Antonio de Araujo	18-12-1973
Antonio Garcia Filho	15-08-1961
João Vitor Araujo Marques	23-07-1992
Karlison Lima de Oliveira	27-09-1971
Ailton Leite da Silva	29-05-1971
Claudia Ferreira Leite da Silva	17-05-1976

26 de fevereiro de 2014. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

207653223

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Polícia Judiciária****Despacho (extrato) n.º 3611/2014**

Por despacho de 25.02.2014 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária: Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, é delegada no Coordenador de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, Dr. Rui Manuel Viegas Pires de Oliveira Nunes, a competência para, no âmbito disciplinar, instaurar processos de inquérito, sindicância e averiguações.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito da competência agora delegada ou que venham a ser praticados até à data da publicação do presente despacho.

26 de fevereiro de 2014. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207652957

Despacho (extrato) n.º 3612/2014

Por despacho de 25.02.2014 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária: Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, é delegada no Coordenador

de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, Dr. Rui Manuel Viegas Pires de Oliveira Nunes, a competência para a prática dos seguintes atos, no âmbito dos respetivos serviços:

1) Conferir aceitação e posse e assinar os respetivos termos, bem como autorizar que a posse, nos termos legais, seja conferida por outras entidades;

2) Justificar e injustificar faltas;

3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

4) Autorizar deslocações em serviço;

5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

6) Adotar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionalismos legais;

7) Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos da lei em vigor, em função da relação jurídica de emprego do trabalhador em causa;

8) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto;

9) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;

10) Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária até ao valor de 100€, no máximo mensal de 500€;

11) Autorizar despesas de caráter urgente com a aquisição de bens ou serviços até ao valor de 150€, no máximo mensal de 500€.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito da competência agora delegada ou que venham a ser praticados até à data da publicação do presente despacho.

26 de fevereiro de 2014. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207653029

Despacho (extrato) n.º 3613/2014

Por despacho de 25.02.2014 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, é delegada no Coordenador de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, Dr. Rui Manuel Viegas Pires de Oliveira Nunes, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 49.000€, no âmbito dos respetivos serviços.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito da competência agora delegada ou que venham a ser praticados até à data da publicação do presente despacho.

26 de fevereiro de 2014. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207652973

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 3350/2014

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 4 do Art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março, que a Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E. M., S. A., titular do contrato de exploração da água mineral natural HM-24 denominado Caldas de Aregos, situada nas freguesias de Miomães e Anrede, concelho da Resende, distrito de Viseu, requereu a revisão do perímetro de proteção daquele recurso, cuja zonas e respetivos limites se indicam em sistema de coordenadas DATUM 73, Hayford-Gauss, IPCC (Melriça):

Zona Imediata: Delimitada pelo círculo com 1 m de raio e centro nas captações têm as seguintes coordenadas:

Captação	Distância à meridiana (m)	Distância à perpendicular (m)
AC1	10 307,163	159 110,319
AC3	10 329,609	159 078,884

Zona Intermédia: delimitada pelo polígono A-B-C-D, cujos vértices têm as seguintes coordenadas:

Vértices	Distância à meridiana (m)	Distância à perpendicular (m)
A	9 910,000	158 860,000
B	10 050,000	159 340,000
C	11 010,000	159 060,000
D	10 870,000	158 580,000

Zona Alargada: delimitada pelo polígono A-B-E-F-G-C-D, cujos vértices têm as seguintes coordenadas:

Vértices	Distância à meridiana (m)	Distância à perpendicular (m)
A	9 910,000	158 860,000
B	10 050,000	159 340,000
E	9 840,000	158 890,000
F	11 530,000	156 680,000
G	12 400,000	157 700,000
C	11 010,000	159 060,000
D	10 870,000	158 580,000

No interior das referidas áreas aplicar-se-ão as restrições e condicionamentos ao uso e fruição dos terrenos, estabelecidos nos art.ºs. 42.º, 43.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março.

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção Geral de Energia e Geologia, sita na Av. 5 de Outubro, n.º 87, 3.º andar, 1069-039 Lisboa, local para onde devem ser remetidas as reclamações.

15 de fevereiro de 2013. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.
306773686

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Despacho n.º 3614/2014

Por meu despacho de 29 de outubro de 2013, autorizo o investigador auxiliar José Ernesto Gamito Jardim, pertencente ao mapa de pessoal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., a exercer funções de Perito Nacional destacado no Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, a partir de 1 de novembro de 2013, pelo prazo de um ano podendo ser renovado até um máximo de quatro anos.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207654617

Despacho n.º 3615/2014

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto concurso para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, previsto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., aprovados pela Portaria n.º 304/2012, de 4 de outubro.

2 — O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da licenciada Marina Alexandra de Almeida Rana, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo concurso.

3 — Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que o referido candidato possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4 — Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, a licenciada Marina Alexandra de Almeida Rana, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, por urgente

conveniência de serviço, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5 — A nota curricular da mestre em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, I. P., *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

Sinopse curricular

Marina Alexandra de Almeida Rana, nascida a 25 de novembro de 1973, Lisboa.

Licenciada em Direito, Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Administrativas, Pós-Graduada em Gestão e Administração Pública, 1998 — Técnica Recursos Humanos/ Jurista no Instituto de Meteorologia, I.P.

2008 — Dirigente intermédia de 2º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição no Instituto de Meteorologia, I.P.

2011 — Dirigente intermédia de 2º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em regime de Nomeação, no Instituto de Meteorologia, I.P.

Desde dezembro de 2012 -Dirigente intermédia de 2º grau da Divisão de Recursos Humanos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (regime de Substituição).

207652892

Despacho n.º 3616/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto concurso para seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão Financeira, previsto no artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., aprovados pela Portaria n.º 304/2012, de 4 de outubro.

O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da mestre Carla Miguel Nunes da Costa Gouveia Gonçalves, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo concurso.

Tendo em conta a citada proposta de designação considera-se que o referido candidato possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe da Divisão Financeira, a mestre Carla Miguel Nunes da Costa Gouveia Gonçalves, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 6 de janeiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A nota curricular do licenciado em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

Sinopse curricular

Carla Miguel Nunes da Costa Gouveia Gonçalves, nascida a 18 de setembro de 1973, Lisboa.

1995 — Licenciada em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

2003 — Pós-Graduada em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

2007 — Mestre em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Em 2001 ingressou na carreira técnica superior de orçamento e conta da Direção -Geral do Orçamento, tendo o seguinte percurso profissional na Função Pública:

2001-2005- Delegação responsável pelo Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações: Desempenhou funções de assessoria técnica inerente à categoria de técnica superior de orçamento e conta, no que concerne ao controlo e acompanhamento da execução orçamental.

2005 a 2009 (28-02): Desempenhou funções de assessoria técnica inerentes à categoria de técnica superior de orçamento e conta especialista, no âmbito da Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, em matéria de avaliação, controlo e acompanhamento do défice e endividamento da administração local; integrou o grupo de trabalho das autarquias locais no âmbito das competências dessa Direção-Geral.

De 01-03-2009 a 04-01-2014, exerceu funções no cargo de chefe de divisão da Divisão da Administração Local, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR/LVT).

Formadora nas áreas Financeira e Contabilística entidades da Administração Local;

Oradora em diversos Colóquios e Seminários relacionados com os Recursos Humanos e com a evolução da Reforma/Modernização Administrativa da Administração Pública Portuguesa.

207654017

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Despacho (extrato) n.º 3617/2014

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 30/12/2013:

Isabel Maria Moreira Seita — enfermeira, pertencente ao mapa de pessoal do ACES Sintra, autorizada a consolidação da mobilidade, para exercer funções no ACES Amadora/USF Amato Lusitano, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

27 de janeiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207653126

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 3618/2014

Por despacho do Diretor-Geral da Saúde, de 13-12-2013, publicam-se as seguintes delegações de competências:

1 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nas Delegadas de Saúde Adjuntas deste ACES Almada/Seixal — Dr.ª Maria Nazaré Dias Ribeiro, Dr.ª Gilda Grave Baptista, Dr.ª Maria de Fátima Marques Figueiredo Dias, Dr.ª Ana Cristina Calado Fidalgo Freire e Dr.ª Maria Amélia Martins Robalo Tavares — as seguintes competências:

a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;

b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;

c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;

d) Colaborar com os respetivos municípios, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;

e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;

f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;

g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;

h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 21 de janeiro 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelas referidas Delegadas de Saúde Adjuntas.

A Delegada de Saúde do ACES Almada/Seixal, Margarida Rosa Rocha Moreno Cosme.

2 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º

do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nas Delegadas de Saúde Adjuntas deste ACES Estuário Tejo — Dr.ª Túlia Jesus Marques Quinto, Dr.ª Teresa Cristina Ferreira Galhardo e Dr.ª Judite Maria Fernandes Catarino Morais Morgado — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com os respetivos municípios, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelas referidas Delegadas de Saúde Adjuntas.

O Delegado de Saúde do ACES Estuário do Tejo, Carlos Manuel de Orta Gomes.

3 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES Arco Ribeirinho — Dr.ª Rosa Maria dos Santos Pereira Freitas, Dr.ª Natalina da Conceição Pereira Ganhão, Dr.ª Lina Maria Guarda e Dr. Luís Filipe Santiago Hermenegildo — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com os respetivos municípios, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer a vigilância sanitária no território nacional de ocorrências que derivem do tráfego e comércio internacionais;
- i) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

O Delegado de Saúde do ACES Arco Ribeirinho, Mário Durval Póvoa do Rosário.

4 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nos Delegados de Saúde

Adjuntos deste ACES Oeste Norte — Dr.ª Teresa Amélia Seixas Gomes, Dr.ª Maria João Apolinário Marques de Melo, Dr.ª Ana Cristina Ferreira Pecante, Dr.ª Maria de Fátima Pereira Ramos Pais e Dr. Fernando José Guerra Guerreiro — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com os respetivos municípios, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

O Delegado de Saúde do ACES Oeste Norte, Jorge Manuel de Sousa Nunes.

5 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES do Médio Tejo — Dr.ª Maria dos Anjos Gomes Marques Esperança, Dr.ª Hermenegilda dos Santos Domingos, Dr.ª Marta Sena Gromicho e Dr. José Nunes Martins Santos — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com os respetivos municípios, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

O Delegado de Saúde do ACES Médio Tejo, Rui Manuel Domingues Calado.

6 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, deogo nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES Amadora — Dr.ª Maria Etelvina de Sousa

Calé, Dr.ª Marina de Sousa Pinto Soares, Dr. José Luis Dias da Silva e Dr.ª Dora Maria Vaz — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com o(s) respetivo município(s), em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

O Delegado de Saúde do ACES da Amadora, António Carlos Silva.
7 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES de Cascais — Dr.ª Paula Susana Conceição Vasques Gregório, Dr.ª Ana Paula Perry da Câmara Bernes Sousa Uva e Dr. Marcelo dos Santos Fernandes — as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com o município de Cascais, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer a vigilância sanitária no território nacional de ocorrências que derivem do tráfego e comércio internacionais;
- i) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

A Delegada de Saúde do ACES de Cascais, Ana Paula Morais Magalhães.

8 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES de Sintra — Dr.ª Maria do Céu Pinto Ferreira Esteves Pires, Dr.ª Maria Fernanda Madureira Teixeira Lopes, Dr.ª Dulce Maria Bastos Ferreira de Lourenço, Dr. Cláudio Kuster Filipe, Dr.ª Celene Delgado Gonçalves Neves, Dr.ª Noémia Luísa Ataíde

Regueira Caetano Alves Gonçalves e Dr. Pompeu Augusto Teixeira Balsa, as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

A Delegada de Saúde do ACES de Sintra, Rita Jalhay Saldanha Azevedo
9 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES da Lezíria — Dr.ª Luísa Pinheiro Portugal, Dr.ª Elena Nikolaevna Talantova, Dr.ª Ana Maria Coelho Simões e Dr. Ricardo Filipe Barreiros Mexia, as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;
- b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;
- c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;
- d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;
- e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
- f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
- g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
- h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

A Delegada de Saúde do ACES da Lezíria, Helena Luísa de Carvalho da Ponte e Sousa.

10 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nas Delegadas de Saúde Adjuntas deste ACES de Lisboa Norte — Dr.ª Cristina Maria Figueiredo dos Santos Nogueira Lopes Galvão, Dr.ª Maria José Ribeiro Água-Mel, Dr.ª Vera Maria Caferra Pereira Machado Gaspar e Dr.ª Maria Isabel Santos Garcia, as seguintes competências:

- a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades admi-

nistrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;

b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;

c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;

d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;

e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;

f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;

g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;

h) Exercer a vigilância sanitária no território nacional de ocorrências que derivem do tráfego e comércio internacionais;

i) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelas referidas Delegadas de Saúde Adjuntas.

A Delegada de Saúde do ACES Lisboa Norte, Teresa Maria Pestana Gonçalves.

11 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES de Lisboa Ocidental — Oeiras — Dr. Manuel Quaresma Amado Jacinto, Dr. José Guilherme de Carvalho Mucha e Dr.ª Maria Augusta Gomes da Fonseca, as seguintes competências:

a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;

b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;

c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;

d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;

e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;

f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;

g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;

h) Exercer a vigilância sanitária no território nacional de ocorrências que derivem do tráfego e comércio internacionais;

i) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 23 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

O Delegado de Saúde do ACES Lisboa Ocidental — Oeiras, José Joaquim Monteiro Júnior.

12 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES de Loures - Odivelas — Dr. Hugo Manuel Grasina Esteves, Dr. Nuno Filipe Ambrósio Lopes, Dr.ª Filomena Maria Alves Ferreira, Dr.ª Manuela Augusta Pinto Cardoso de Oliveira Garcia, e Dr. José Manuel Neto Almeida Calado, as seguintes competências:

a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades admi-

nistrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;

b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;

c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;

d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;

e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;

f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;

g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;

h) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

A Delegada de Saúde do ACES Loures — Odivelas, Elvira Martins.

13 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso das competências que me são conferidas pelos n.ºs 5 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02/04, delego nos Delegados de Saúde Adjuntos deste ACES Lisboa Central — Dr. Mário Manuel da Costa Pereira, Dr. Eduardo João Macias de Melo Magalhães, Dr.ª Maria da Conceição da Costa Lamas Oliveira Costa Ribeiro, Dr.ª Maria Mafalda Monteiro Vieira de Castro Sousa Chaves e Dr.ª Maria de Fátima Andrada Vandervilte da Silva Quitério, as seguintes competências:

a) Fazer cumprir as normas que tenham por objeto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais, nomeadamente, no que se refere às medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis, nos termos do Plano de Ação Nacional de Contingência para as Epidemias;

b) Levantar autos relativos às infrações e instruir os respetivos processos, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções;

c) Colaborar com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico;

d) Colaborar com o respetivo município, em atividades conjuntas, definidas em legislação específica;

e) Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;

f) Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos e locais de utilização pública onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;

g) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;

h) Exercer a vigilância sanitária no território nacional de ocorrências que derivem do tráfego e comércio internacionais;

i) Exercer, na respetiva área geodemográfica, os demais poderes que sejam atribuídos por lei às Autoridades de Saúde.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito das competências delegadas no presente despacho, tenham sido praticados pelos referidos Delegados de Saúde Adjuntos.

A Delegada de Saúde do ACES Lisboa Central, Maria João Rosa Martins.

15 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.
207654471

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Despacho n.º 3619/2014

Por despacho de 06/02/2014, do Exmo. Senhor Presidente do INSA, IP, Prof. Doutor José Pereira Miguel, torna-se público que, nos termos do nº 6 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado

com os n.º 2 do artigo 73.º, artigo 75.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1 -A/2010, de 1 de março, os trabalhadores abaixo indicados, concluíram com sucesso, o período experimental na respetiva carreira/categoria de assistente técnico, na sequência da celebração com este Instituto, de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Helder Francisco Nunes Carvalho -16,80 valores

Maria Carlos Sequeira Andrade — 16,75 valores

7 de fevereiro de 2014. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos,
Paula Caires da Luz.

207605344

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 3620/2014

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, diploma que aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, os presidentes dos institutos politécnicos públicos são eleitos pelos respetivos conselhos gerais, nos termos estabelecidos pelos Estatutos de cada instituição e segundo o procedimento previsto no respetivo regulamento eleitoral;

Considerando que, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, compete ao ministro com a tutela do ensino superior homologar a eleição do reitor ou presidente das instituições de ensino superior públicas;

Considerando o disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como nos Estatutos do Instituto Politécnico de Bragança, homologados pelo Despacho Normativo n.º 62/2008, de 20 de novembro, publicado no Diário da República n.º 236, 2.ª Série, de 5 de dezembro;

Considerando que o Conselho Geral do Instituto Politécnico de Bragança, em reunião de 27 de janeiro de 2014, procedeu à eleição do Professor Doutor João Alberto Sobrinho Teixeira, o qual recolheu a maioria absoluta de votos expressos;

Considerando o parecer da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência no sentido de que, em face dos elementos constantes do respetivo processo eleitoral, estão satisfeitos os requisitos previstos na lei e nos Estatutos do Instituto Politécnico de Bragança para a homologação da referida eleição;

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 6 do artigo 86.º, ambos da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, homologo a eleição para Presidente do Instituto Politécnico de Bragança do Professor Doutor João Alberto Sobrinho Teixeira.

26 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes.*

207653483

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3351/2014

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência pretende recrutar mediante mobilidade interna na categoria, um técnico superior, nos termos do disposto no artigo 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, para o exercício de funções no Conselho Nacional de Educação.

I — Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna;

Carreira e categoria: Técnico superior;

Grau de complexidade: 3;

N.º de postos: 1;

Remuneração: a auferida na atual categoria de origem, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014).

II — Caracterização do posto de trabalho ou atividade:

Secretariar o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação (CNE), agendando todos os seus compromissos e atividades. Apoiar a atividade do CNE (Plenários, Comissão Coordenadora, Comissões Espe-

cializadas e Seminários, Colóquios, Conferências, Audições), enviando convocatórias/convites, programas de eventos, bem como organizando e distribuindo documentação de apoio e outras informações. Registrar e classificar o expediente. Organizar processos e ficheiros do arquivo geral. Manter atualizados os processos individuais dos conselheiros. Elaborar mapas de férias e de assiduidade dos funcionários. Elaborar e manter atualizadas as bases de dados de endereços e *Mailing*. Formatar textos e enviar para publicação no *Diário da República* (relatórios e planos de atividades, pareceres e recomendações, editais). Proceder ao arranjo gráfico das publicações para impressão ou edição *online* (atas de seminários, colóquios, conferências, estudos).

III — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em regime de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas.

b) Estar integrado na carreira de técnico superior;

c) Estar habilitado com licenciatura.

IV — Perfil pretendido:

Formação e experiência de secretariado e relações públicas. Conhecimentos de informática na ótica do utilizador. Dinamismo, afabilidade, espírito de iniciativa e capacidade de organização e aprendizagem rápida.

V — Local de trabalho:

Conselho Nacional de Educação (CNE) — Rua Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa

VI — Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso.

VII — Formalização das candidaturas: requerimento dirigido ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação, Rua Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa, com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, da categoria, da posição remuneratória, do nível remuneratório e do respetivo montante, da morada e do endereço eletrónico.

VIII — As candidaturas devem ser acompanhadas dos seguintes elementos: Curriculum profissional detalhado na área de atividade pretendida e fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias.

A presente oferta de emprego público será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte ao da presente publicação.

27 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Geral do Ministério, *Raúl Capaz Coelho.*

207654422

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, Castelo Branco

Aviso n.º 3352/2014

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 95º do Dec. Lei n.º 100/99 de 31 de março, faz-se público que se encontra afixada, a lista de Antiquidade do Pessoal Docente do Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, reportada a 31 de agosto de 2013.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso para apresentarem reclamação, junto do dirigente máximo do serviço.

27 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *João Manuel Belém.*

207654877

Agrupamento de Escolas de Azeitão, Setúbal

Louvor (extrato) n.º 183/2014

Por me parecer ser justo e merecido é lavrado o presente louvor a Carla Mercedes Landy Silva Almeida Rodrigues pela forma dedicada e competente com que desempenhou as funções de assistente operacional. As suas inegáveis qualidades técnicas e humanas traduziram-se em elevados padrões de justiça, ponderação, lealdade, solidariedade e espírito de equipa, determinantes para a qualidade do serviço educativo prestado no Agrupamento de Escolas de Azeitão.

25 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Maria Clara dos Santos Marques Félix.*

207649911



PARTE E

ORDEM DOS ADVOGADOS

Conselho de Deontologia do Porto

Despacho n.º 3621/2014

Delegação de competências

No uso da faculdade conferida no disposto no n.º 2 do artigo 55.º do EOA, aprovado pela Lei 15/2005, de 26 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de novembro e pela Lei n.º 12/2010, de 25 de junho, delego nos dois Vice-Presidentes as competências referidas nas alíneas d) a g), do n.º 1 do artigo 55.º, no n.º 1 do artigo 118.º, no artigo 138.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 142.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 144.º e no artigo 169.º todos do EOA e no artigo 2.º do Regulamento Disciplinar, Regulamento n.º 873/2010, publicado em *Diário da República*, 2.ª Série, de 10 de dezembro de 2010.

Ainda no uso daquela faculdade, delego em todos os Vogais do Conselho de Deontologia a competência referida na alínea d) do artigo 55.º do EOA.

Cumpra-se o disposto no artigo 37.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Deontologia do Porto, *António Ferreira de Cima*.

207654114

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Despacho n.º 3622/2014

Por despachos datados de 23 de dezembro de 2013, do Subdiretor, Doutor António Carlos de Sá Fonseca (em substituição do Diretor, nos termos do Despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 08 de março), proferidos por delegação de competências do Reitor da Universidade de Lisboa, através do Despacho n.º 15133/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 225, de 20 de novembro, foram autorizadas Adendas aos Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, a partir de 01 de julho de 2013, por dois anos, eventualmente renováveis, na categoria de Professor Auxiliar Convocado, em regime de tempo parcial a 0 % (sem remuneração), dos seguintes docentes do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:

Doutora Anabela Beatriz Madeira Gomes Boavida;
Doutora Catherine Anne-Marie Dominique Mériaux;
Doutor Eric Claude Font;
Doutor Igor Bashmachnikov;
Doutor Josep Batllo Ortiz;
Doutor Pedro Miguel Matos Soares.

30 de dezembro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207653434

Despacho n.º 3623/2014

Por despachos datados de 23 de dezembro de 2013, do Subdiretor, Doutor António Carlos de Sá Fonseca (em substituição do Diretor, nos termos do Despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 08 de março), proferidos por delegação de competências do Reitor da Universidade de Lisboa, através do Despacho n.º 15133/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 20 de novembro, foram autorizadas Adendas aos Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, por dois anos, eventualmente renováveis, dos seguintes docentes do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:

Mestre António Joaquim Amorim Santos, na categoria de Professor Auxiliar Convocado, em regime de tempo parcial, a 0 % (sem remuneração), a partir de 01 de março de 2013;

Doutora Teresa Isabel Picoto Pena Madeira Amorim, na categoria de Professora Auxiliar Convogada, em regime de tempo parcial, a 0 % (sem remuneração), a partir de 01 de setembro de 2013;

Doutora Astride Carolina Lentz de Moura Vicente, na categoria de Professora Auxiliar Convogada, em regime de tempo parcial, a 0 % (sem remuneração), a partir de 02 de setembro de 2013;

Doutora Maria Helena de Figueiredo Ramos Caria, na categoria de Professora Auxiliar Convogada, em regime de tempo parcial, a 0 % (sem remuneração), a partir de 02 de setembro de 2013.

30 de dezembro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207653426

Faculdade de Farmácia

Despacho (extrato) n.º 3624/2014

Por despacho n.º 20/2013, datado de 16 de dezembro, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, foi autorizado o adicional ao contrato de trabalho em funções Públicas a termo resolutivo certo, nos seguintes termos e referente ao docente:

Mestre José Manuel Nogueira da Costa Matos, para exercer funções de Assistente Convocado a 20%, para o Departamento de Farmácia Galénica e Tecnologia Farmacêutica, com início a 1 de setembro de 2013 e termina a 31 de agosto de 2015.

27 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207654552

Instituto Superior de Agronomia

Despacho (extrato) n.º 3625/2014

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12 dos Estatutos do Instituto Superior de Agronomia, o Conselho de Gestão em reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2014, deliberou aprovar a tabela de Emolumentos do ISA, e que agora se publica.

Tabela de Emolumentos para atos praticados pelo Instituto Superior de Agronomia

(aprovada em reunião do Conselho de Gestão do ISA de 30 de janeiro de 2014)

Designação	Em euros
1 — Certidões de conclusão:	
1.1 — Licenciatura	20
1.1.1 — Licenciatura (discriminada)	60
1.2 — Mestrado	20
1.2.1 — Mestrado (discriminada)	60
1.3 — Doutoramento	20
1.3.1 — Doutoramento (discriminada)	60
1.4 — Agregação	20
1.5 — Habilitação para o exercício de atividades de coordenação científica	20
1.6 — Parte escolar de Mestrado	20
1.7 — Aptidão pedagógica e capacidade científica	20
1.8 — Cursos de especialização não conferentes de grau	20
2 — Processos de equivalência e reconhecimento de graus:	
2.1 — Doutoramento	600
2.2 — Mestrado	550
2.3 — Licenciatura	500
2.4 — Registo de diplomas estrangeiros (graus abrangidos Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro)	26

Designação	Em euros
3 — Certidões de equivalência e reconhecimento de graus:	
3.1 — Licenciado	20
3.2 — Mestre	20
3.3 — Doutor	20
4 — Certidões de inscrição, frequência ou aprovação:	
4.1 — Uma só unidade curricular, trabalho e estágio	10
4.2 — Por cada unidade curricular, trabalho ou estágio a mais	5 (até ao limite de 50)
4.3 — Matrícula	10
4.4 — Conduta académica	10
5 — Programa e cargas horárias (por unidade curricular)	7,5 (até ao limite de 150)
6 — Certidão de narrativa ou de teor:	
6.1 — Não excedendo uma lauda	5
6.2 — Por cada lauda que exceda a 1.ª	1
7 — Certidão por fotocópia:	
7.1 — Uma só folha	5
7.2 — Por cada folha que exceda a 1.ª	1
8 — Outros Processos:	
8.1 — Averbamentos	3
9 — Diplomas:	
9.1 — Parte escolar do Mestrado	80
9.2 — Parte escolar do Doutoramento	80
9.3 — Cursos de especialização	80
9.4 — Outros diplomas	80
10 — Admissão a provas académicas:	
10.1 — Agregação (a)	600
10.2 — Habilitação para o exercício de atividades de coordenação científica (a)	600
10.3 — Doutoramento (ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março alterado pelos Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho e 230/2009 de 14 de setembro e 115/2013, de 7 de agosto)	2500
10.4 — Doutoramento (para alunos inscritos em ciclo de estudos de doutoramento na Unidade Orgânica) (a)	500
10.5 — Mestrado ou Aptidão pedagógica e capacidade científica (a)	100
10.6 — Repetição de exames para melhoria de classificação, por unidade curricular	10
11 — Equivalências/creditação:	
11.1 — Equivalência/Creditação por unidade curricular (b)	25 (até ao limite de 250)
12 — Candidaturas:	
12.1 — Candidatura à licenciatura por titulares de diplomas de especialização tecnológica (CET), cursos médios e cursos superiores	100
12.2 — Reingressos, mudanças de curso e transferências:	
12.2.1 — Estudantes ou ex-estudantes da Universidade de Lisboa	50
12.2.2 — Outros estudantes	60
12.3 — Candidaturas a Mestrado	100
12.4 — Candidaturas a Doutoramento	100
13 — Inscrição/Matrícula:	
13.1 — Matrícula (c):	
13.1.1 — Em curso de Licenciatura ou Mestrado Integrado	30
13.1.2 — Em curso de Mestrado	30
13.1.3 — Em curso de Doutoramento	30
13.2 — Inscrição:	
13.2.1 — Em curso de Licenciatura ou Mestrado Integrado	25
13.2.2 — Em curso de Mestrado	25
13.2.3 — Em curso de Doutoramento	25
14 — Unidades curriculares isoladas:	
14.1 — Candidatura	50
14.2 — Frequência de Unidades Curriculares isoladas:	
14.2.1 — 1.º ciclo	40/ECTS
14.2.2 — 2.º ciclo	60/ECTS
14.2.3 — 3.º ciclo	80/ECTS

Designação	Em euros
15 — Sanção pelo não cumprimento do pagamento dos emolumentos no tempo devido.	
15.1 — Suspensão da prática do ato até à regularização integral dos débitos, acrescidos dos respetivos juros moratórios calculados sobre o valor dos emolumentos em dívida, multiplicado pelo tempo entretanto decorrido desde o termo do prazo previsto para o seu pagamento, à taxa de juro anual fixada por lei, aplicável pelo regime de juros previsto no artigo 559.º, n.º 1, do Código Civil e Portarias nele previstas.	
15.2 — Taxa de urgência — os atos requeridos no n.º 1 poderão ser executados, em princípio, no prazo máximo de dois dias, mediante o pagamento de uma taxa de valor igual ao do ato requerido.	

(a) Os funcionários docentes e não docentes da UL estão isentos do pagamento destes emolumentos, bem como os docentes de outros estabelecimentos de ensino superior, nos termos dos convénios ou acordos existentes.

(b) Quando no processo de equivalência/creditação não for especificado o número de unidades curriculares deverá ser cobrado o valor máximo.

(c) A matrícula é o ato pelo qual é concretizado o acesso à Universidade e compreende a inscrição nesse ano letivo, sendo válida enquanto o aluno frequentar ininterruptamente o curso.

31 de janeiro de 2014. — O Presidente do Instituto Superior de Agronomia, *Prof. Doutor Carlos Noéme*.

207652965

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extrato) n.º 3353/2014

Por despacho de 25 de fevereiro de 2014, do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Mestre Maria da Luz Ramos, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, autorizada, nos termos do n.º 5 do art.º 10.º, do regime transitório do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto-ECDU, na redação dada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, a prorrogação do contrato até 31 de agosto de 2015, produzindo efeitos a 31-07-2014. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de fevereiro de 2014. — O Diretor Executivo, *Acácio de Almeida Santos*.

207654447

Instituto Superior de Economia e Gestão

Aviso (extrato) n.º 3354/2014

Em cumprimento do disposto no art.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi cessada a relação jurídica de emprego público da seguinte professora:

Maria José Gaspar Mascarenhas — carreira docente, categoria de Professora Auxiliar Convitada, escalão 2, índice 210, em 1/01/2014, por motivo de aposentação.

27 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Prof. Doutor João Luís Correia Duque*.

207654203

UNIVERSIDADE DO MINHO

Aviso n.º 3355/2014

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, do mapa de pessoal da Universidade do Minho — Carreira/Categoria de Técnico Superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho a termo resolutivo certo — Projeto de Lista Unitária de Ordenação Final de Candidatos — Audiência dos interessados.

Em cumprimento das disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 36.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de

janeiro, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 14252/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 20 de novembro de 2013, referência CTTC-24/13 — EEG (1), de que, para efeitos da realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos se encontra afixada no átrio do edifício da Universidade do Minho, sito no Largo do Paço, em Braga, bem como disponível na página eletrónica da UM em <http://intranet.uminho.pt> no separador procedimentos concursais.

É concedido aos candidatos o prazo de dez dias úteis, contado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para querendo, se pronunciarem por escrito sobre o que se lhes oferecer, devendo utilizar para o efeito o formulário “Exercício do Direito à Participação dos Interessados”, disponível na página eletrónica da UM em <http://intranet.uminho.pt> no separador procedimentos concursais.

O formulário deve ser apresentado em suporte de papel e entregue pessoalmente ou remetido para correio para a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.

O processo fica disponível para consulta na Secretaria Geral da Escola de Economia e Gestão no endereço acima referido, no seguinte horário: segunda a sexta-feira: 9.00h às 12.00h e das 14.00h às 16.00h.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Júri, *Manuel José da Rocha Armada*.

207654009

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho (extrato) n.º 3626/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 11 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Assistente Convitado a 59 %, com o Arquiteto Luís Miguel Albuquerque Guedes de Carvalho, pelo período de 11 de outubro de 2013 a 10 de outubro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 140 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654828

Despacho (extrato) n.º 3627/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 14 de agosto de 2013, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Professor Auxiliar Convido a 25 %, com Doutor David Miguel Ramalho Pereira, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207653864

Despacho (extrato) n.º 3628/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 29 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com o Doutor Polychronis Papaderos, como Professor Auxiliar Convitado, sem remuneração, pelo período de 01/08/2013 a 31/07/2014, nos termos do artigo 19.º do Despacho n.º 17129/2010, de 12 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2377/2010, de 19 de novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654982

Despacho (extrato) n.º 3629/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 14 de agosto de 2013, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime

de tempo parcial, como Professor Auxiliar Convido a 33 %, com o Doutor Orlando José dos Reis Frazão, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de setembro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654917

Despacho (extrato) n.º 3630/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 29 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com a Doutora Margarida Maria Salvador Cunha, como Professora Auxiliar Convitada, sem remuneração, pelo período de 01/08/2013 a 31/07/2014, nos termos do artigo 19.º do Despacho n.º 17129/2010, de 12 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2377/2010, de 19 de novembro (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654844

Despacho (extrato) n.º 3631/2014

Por solicitação do interessado, é rescindido o contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do Professor Auxiliar Domingos Paulo Ferreira de Almeida, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2013. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654714

Despacho (extrato) n.º 3632/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 14 de agosto de 2013, foi autorizada o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Assistente Convitado a 25 %, com o Lic. Hugo Marcelo Fernandes da Conceição, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 140 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654755

Despacho (extrato) n.º 3633/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 11 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Professor Auxiliar Convitado a 25 %, com o Doutor Miguel Alberto Fernandes Machado Santos, pelo período de 11 de outubro de 2013 a 10 de outubro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654885

Despacho (extrato) n.º 3634/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 11 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, como Professora Auxiliar Convitada, com a Doutora Luísa Cristina da Costa Azevedo, pelo período de 18 de julho de 2013 a 17 de julho de 2014. Esta docente está posicionada no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654803

Despacho (extrato) n.º 3635/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 14 de agosto de 2013, foi autorizado

o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Professor Auxiliar Convido a 25 %, com o Doutor David Manuel Gonçalves Vaz, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207653889

Despacho (extrato) n.º 3636/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 11 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Assistente Convido a 59 %, com a Mestre Lia Barbara Cunha Barata Duarte, pelo período de 10 de setembro de 2013 a 09 de setembro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 140 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654796

Despacho (extrato) n.º 3637/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 11 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Professor Auxiliar Convido a 25 %, com o Doutor Pedro Manuel Pinho Ribeiro, pelo período de 12 de setembro de 2013 a 11 de setembro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654966

Despacho (extrato) n.º 3638/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 28 de junho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, como Professora Auxiliar Convivida, com a Doutora Carla Susana Lopes Moraes, pelo período de 10 de setembro de 2013 a 09 de setembro de 2014. Esta docente está posicionada no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207653815

Despacho (extrato) n.º 3639/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 29 de julho de 2013, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com o Doutor Nuno Miguel Cardoso Santos, como Professor Associado Convivido, sem remuneração, pelo período de 01/08/2013 a 31/07/2014, nos termos do artigo 19.º do Despacho n.º 17129/2010, de 12 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2377/2010, de 19 de novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654893

Despacho (extrato) n.º 3640/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, foi autorizada o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Assistente Convivo a 25 %, com o Lic. Cláudio de Oliveira Amaral, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 140 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207653848

Despacho (extrato) n.º 3641/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, foi autorizada o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Assistente Convivo a 40 %, com o Mestre António Jorge Araújo Ribeiro dos Santos, pelo período de 09 de setembro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 140, da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207653783

Despacho (extrato) n.º 3642/2014

Por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 14 de agosto de 2013, de 14 de agosto de 2013, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, em regime de tempo parcial, como Professora Auxiliar Convivida a 20 %, com a Doutora Joana Paula Machado Ribeiro, pelo período de 9 de setembro de 2013 a 8 de setembro de 2014. Este docente está posicionado no 1.º escalão, índice 195 da carreira remuneratória do Pessoal Docente Universitário (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

27 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
207654763

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Aviso n.º 3356/2014

Nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sequência do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, aberto por aviso n.º 6920/2013, publicado no *Diário da República* n.º 101, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 180 dias, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014, com a trabalhadora Carla Maria Correia Mascarenhas Caldas.

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro — período experimental — mediante meu despacho, a constituição do júri é a seguinte:

Presidente: Doutor Alberto Moreira Baptista — Pró-Reitor para os Projetos Estruturantes

Vogais efetivos:

Mestre Elsa Rocha Sousa Justino — Administradora

Dra. Eliana da Costa Henriques de Barros — Diretora dos Serviços de Recursos Humanos

Vogal suplente: Eng.º António Miguel Santos Bacelar — Especialista de Informática

26 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *António Augusto Fontainhas Fernandes*.

207653215

Despacho (extrato) n.º 3643/2014

Por despacho de 13 de fevereiro de 2014 do Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutora Sofia Helena Cerqueira de Gouveia — autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado como Professora Auxiliar desta Universidade, sendo remunerada pelo escalão 1, índice 195, da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 4 de março de 2014, no seguimento da contratação anteriormente efetuada ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

26 de fevereiro de 2014. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Eliana da Costa Barros*.

207652998

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho (extrato) n.º 3644/2014

Por despacho de 17 de fevereiro de 2014, do presidente do IPG, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo

indeterminado, com período experimental de 5 anos, de Noel de Jesus Mendonça Lopes, com a categoria de professor adjunto, em regime de dedicação exclusiva, índice remuneratório 185, com efeitos a partir de 28 de janeiro de 2014, atualizável nos termos legais.

27 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, *Constantino Mendes Rei*.

207655038

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extrato) n.º 3645/2014

Por despacho de 20 de novembro de 2013, da Vice-Presidente deste Instituto foi a Paulo Jorge de Oliveira Dias da Costa, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, como Professor Adjunto Convocado em regime de tempo parcial 30 % e acumulação, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 1 de março de 2014, e até 31 de julho de 2014, com a remuneração correspondente a 30 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

20 de novembro de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654252

Despacho (extrato) n.º 3646/2014

Por despacho de 22 de novembro de 2013, da Vice-Presidente deste Instituto foi a António Alberto Leandro Ferreira Roxo, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, como Professor Adjunto Convocado em regime de tempo parcial 20 % e acumulação, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 01 de abril de 2014, e até 30 de junho de 2014, com a remuneração correspondente a 20 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

22 de novembro de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654358

Despacho (extrato) n.º 3647/2014

Por despacho de 22 de novembro de 2013, da Vice-Presidente deste Instituto foi a Eduardo Manuel Perdigão Duarte Jacinto, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, como Professor Adjunto Convocado em regime de tempo parcial 20 % e acumulação, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 01 de março de 2014, e até 30 de junho de 2014, com a remuneração correspondente a 20 %

do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

22 de novembro de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654269

Despacho (extrato) n.º 3648/2014

Por despacho de 16 de dezembro de 2013, da Vice-Presidente deste Instituto foi a Lucília Fernando Amaro Guilherme Gaspar, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, como Professora Adjunta Convogada em regime de tempo parcial 30 % e acumulação, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 1 de março de 2014, e até 30 de abril de 2014, com a remuneração correspondente a 30 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

16 de dezembro de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654374

Despacho (extrato) n.º 3649/2014

Por despacho de 16 de dezembro de 2013, da Vice-Presidente deste Instituto foi a José de santo Amaro Rocha, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, como Professor Adjunto Convocado em regime de tempo parcial 20 % e acumulação, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 01 de abril de 2014, e até 31 de maio de 2014, com a remuneração correspondente a 20 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

16 de dezembro de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654074

Despacho (extrato) n.º 3650/2014

Por despacho de 19 de fevereiro de 2014, da Vice-Presidente deste Instituto foi a Georgette Devillet Martins Lima, autorizado a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, como Professora Adjunta Convogada em regime de tempo parcial 40 %, para exercer funções na ESSS, deste Instituto, com efeitos reportados a 01 de setembro de 2013, e até 31 de julho de 2014, com a remuneração correspondente a 40 % do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

19 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

207654025



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 626/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, EPE, de 29.01.2014:

Dora Maria Justino Costa Correia, Técnica de 1.ª classe de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica da carreira Técnica de Diagnóstico e Terapêutica do Mapa de Pessoal deste Centro Hospitalar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas — autorizado o regime horário de tempo parcial de 30 horas semanais, nos termos previstos no Capítulo III, artigo 46.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, a partir de 17.02.2014.

26 de fevereiro de 2014. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Lídia Regala*.

207653742

CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, E. P. E.

Despacho (extrato) n.º 3651/2014

Por despacho de 15 de janeiro de 2014, Natália da Silva Martins, técnica especialista do mapa de pessoal deste centro hospitalar, cessou a acumulação de funções privadas, desde outubro de 2013, na “Santa Casa da Misericórdia — Pombal”.

27 de fevereiro de 2014. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

207654544



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso (extrato) n.º 3357/2014

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado para dois lugares de fiscal municipal de 2.ª classe

Para os efeitos previstos na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do concurso interno de ingresso para dois lugares de fiscal municipal de 2.ª classe, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117 de 20 de junho de 2013, e de acordo com o meu Despacho n.º 7 de 3 de dezembro de 2013, foi celebrado com Carlos Alberto Alves Correia e Sérgio Miguel Pratas Duarte, Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com início a 18 de dezembro 2013, na carreira/categoria de Fiscal Municipal, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcochete, ficando assim, posicionados no escalão 1, índice 199, correspondente a € 683,13.

13 de janeiro de 2014. — A Vereadora do Pelouro da DJRHT, *Raquel Prazeres*.

307639202

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso n.º 3358/2014

Nos termos do disposto na alínea *c*), do artigo 251.º e do artigo 254.º, do anexo I, à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e para cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1 do art.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que cessou funções por motivo de aposentação no período compreendido entre o dia 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013:

Joaquim Mimoso Pedrosa — Carreira/categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 1, com efeitos a 01 de novembro de 2013.

16 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Ataíde*.

307629807

Aviso n.º 3359/2014

Cessação da Comissão de Serviço no Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão de Finanças e Património.

Para os devidos efeitos, se torna público que, por meu despacho de 15 do corrente mês, cessou, a seu pedido, a comissão de Serviço, em regime de substituição, do cargo de Divisão de Finanças e Património, Graça Maria Fareleira Cardoso Vaz, de acordo com o estatuído no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e adaptado à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com efeitos a partir da data do despacho, por motivos pessoais.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Ataíde*.

307629815

Despacho n.º 3652/2014

Considerando que:

De acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro de 2009, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em sessão ordinária de 30 de dezembro de 2013, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal de 19 do corrente mês, o novo modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, o número máximo de subunidades orgânicas e o número máximo de equipas de projeto;

Nos termos do artigo 41.º da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município, esta estrutura, bem como o organograma anexo, entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2014;

Dispõe ainda a estrutura orgânica no seu artigo 37.º, que por efeito da referida reorganização das unidades orgânicas, ocorrida na estrutura

orgânica cessam as comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes em funções infra referidos, em 31 de dezembro de 2013:

José Miguel da Rosa Felgueiras, Diretor de Departamento Municipal Administrativo e Financeiro;

Lucinda Maria Alves Jordão, Diretora de Departamento Municipal de Assuntos Sociais;

Isabel Maria Martins Figueiredo, Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo;

António Carlos Albuquerque de Sousa, Diretor do Departamento Municipal de Projetos, Obras e Serviços Municipais;

Ana Margarida Perrolas Oliveira e Silva, Chefe da Divisão de Cultura;

Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística;

Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe de Divisão do Ambiente;

António Manuel André Paredes Silva, Chefe de Divisão de Obras e Serviços Municipais;

Ana Sofia Ruivo Canas, Chefe de Divisão dos Recursos Humanos;

Joaquim Ribeiro da Silva Tavares, Chefe do Serviço de Contabilidade;

No que respeita ao Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, verifica-se que os cargos de comando são impostos por lei específica, mantendo-se expressamente em vigor a comissão de serviço de Nuno Luís das Neves Meneses Osório, Comandante dos Bombeiros Municipais;

Não podendo haver lugar à renovação das comissões de serviço referentes aos cargos de direção intermédia, por ter ocorrido a sua manutenção nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por despacho de 31 de dezembro de 2012, os cargos dirigentes deverão ser assegurados em regime de substituição, por vacatura do lugar (nos termos do n.º 1, do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 64/2001, de 22 de dezembro);

A substituição cessará passados 90 dias sobre a data da vacatura do lugar, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular, podendo, ainda, cessar nos termos previstos no n.º 4, do referido artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, referida.

Assim e nos termos legalmente previstos na a), n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2001, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local por força do disposto nos artigos 2.º e 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designo em regime de substituição nos seguintes cargos de direção intermédia:

António Carlos Albuquerque de Sousa — Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, em regime de substituição;

Graça Maria Fareleira Cardoso Vaz — Chefe da Divisão de Finanças e Património, em regime de substituição;

Ana Sofia Ruivo Canas — Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, em regime de substituição;

António Manuel André Paredes Silva — Chefe da Divisão de Obras e Projetos Municipais, em regime de substituição;

Valter Miguel Gaspar Rainho — Chefe da Divisão de Ambiente, em regime de substituição;

Ana Margarida Perrolas Oliveira e Silva — Chefe da Divisão de Cultura, em regime de substituição;

Alexandre Miguel Gonçalves Nunes — Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, em regime de substituição;

Anabela Cristina Lourenço Bento — Chefe da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico, em regime de substituição;

A presente designação prende-se com a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público até ao provimento nos cargos de novos dirigentes, evitando-se um vazio de direção que traria grave perturbação do serviço público prestado pelo Município.

O presente Despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Divulgue-se.

30 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Ataíde*.

307629572

Despacho n.º 3653/2014

Considerando que:

De acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro de 2009, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em sessão ordinária de 30 de dezembro de 2013, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal de 19 do corrente mês, o novo modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, o número máximo de subunidades orgânicas e o número máximo de equipas de projeto;

Nos termos do artigo 41.º da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município, esta estrutura, bem como o organograma anexo, entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2014;

Dispõe ainda a estrutura orgânica no seu artigo 37.º, que por efeito da referida reorganização das unidades orgânicas, ocorrida na estrutura orgânica cessam as comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes em funções em 31 de dezembro de 2013;

Não podendo haver lugar à renovação das comissões de serviço referentes aos cargos de direção intermédia, por ter ocorrido a sua manutenção nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por despacho de 31 de dezembro de 2012, os cargos dirigentes deverão ser assegurados em regime de substituição, por vacatura do lugar (nos termos do n.º 1, do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 64/2001, de 22 de dezembro);

A substituição cessará passados 90 dias sobre a data da vacatura do lugar, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular, podendo, ainda, cessar nos termos previstos no n.º 4, do referido artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, referida.

Assim e nos termos legalmente previstos na a), n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2001, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local por força do disposto nos artigos 2.º e 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designo, por impedimento do Sr. Presidente, em regime de substituição no seguinte cargo de direção intermédia:

Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves — Chefe da Divisão de Urbanismo, em regime de substituição;

A presente designação prende-se com a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público até ao provimento no cargo de novo dirigente, evitando-se um vazio de direção que traria grave perturbação do serviço público prestado pelo Município.

O presente Despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Divulgue-se.

31 de dezembro de 2013. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares*.

307646809

MUNICÍPIO DE LISBOA**Aviso n.º 3360/2014****Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da aprovação no procedimento concursal para Constituição de Reservas de Recrutamento, para Técnico Superior (Engenharia Florestal), aberto pelo Aviso n.º 9477-A/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de julho de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador abaixo indicado para o exercício de funções inerentes à categoria de Técnico Superior (Engenharia Florestal) da carreira geral de técnico superior:

Elsa Maria Vicente Leal, com a remuneração mensal ilíquida de €1819,38, correspondente à 5.ª posição remuneratória da categoria de técnico superior e ao nível remuneratório 27 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas;

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

307649344

MUNICÍPIO DE LOULÉ**Aviso n.º 3361/2014**

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho datado de 19 de fevereiro de 2014, foi autorizado o regresso antecipado ao serviço, em 05 de março de 2014, ao Assistente Operacional da carreira de Assistente Operacional, Erick Acácio Sousa Guerreiro, que se encontra de licença sem remuneração, com início no dia 01 de outubro de 2013, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 234.º e 235.º do Anexo I — “Regime” do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

24 de fevereiro de 2014. — A Vereadora, (com competências delegadas em 21/10/2013) *Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado*.

307648753

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS**Aviso n.º 3362/2014**

Em cumprimento do disposto do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, informa-se que foi publicitada, em local visível e público do Município e disponibilizada na sua página eletrónica, a homologação do resultado da avaliação final do período experimental dos trabalhadores, com a categoria de técnicos superiores, abaixo mencionados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito dos procedimentos concursais abertos pelo aviso n.º 4521/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 21 de março de 2012, com as referências n.ºs 05/2011 e 07/2011: Emanuel dos Santos Silva e Mário António Verino Rosado.

24 de fevereiro de 2014. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

307642807

Aviso n.º 3363/2014

Em cumprimento do disposto do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, informa-se que foi publicitada, em local visível e público do Município e disponibilizada na sua página eletrónica, a homologação do resultado da avaliação final do período experimental dos trabalhadores, com a categoria de assistentes operacionais, abaixo mencionados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 4521/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 21 de março de 2012, com a referência n.º 02/2011: Amílcar José Fialho da Silva, Luís Pedro Tomé Henriques e Sónia Luzia Teodoro Santos.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Carlos Manuel Soares Miguel*.

307642678

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**Aviso n.º 3364/2014**

Torna-se público que, nos termos do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, na sua reunião de 12 de fevereiro de 2014, deliberou homologar a conclusão com sucesso do período experimental, do trabalhador destes Serviços Municipalizados, Vítor Hugo Santos Jesus Pinto, na categoria de Técnico Superior, Área de Engenharia Civil.

O tempo de serviço decorrido no período experimental concluído com sucesso conta para todos os efeitos legais na carreira e categoria.

19 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António da Silva de Oliveira*.

307644621



E. I. A. — ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, S. A.

Regulamento n.º 91/2014

Regulamento de creditação de competências académicas e profissionais

Preâmbulo

Considerando que o Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, que regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, no seu artigo 13.º, refere “os estabelecimentos de ensino superior devem reconhecer, através da atribuição de créditos nos seus ciclos de estudos, a experiência profissional e a formação dos que nele sejam admitidos através de prova”;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que aprova o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior, alterado pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e n.º 115/2013, de 7 de agosto, estabelece no artigo 45.º (Creditação) que, tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, os estabelecimentos de ensino superior devem reconhecer, através da atribuição de créditos (ECTS):

a) A formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;

b) A formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica nos termos fixados pelo respetivo diploma;

c) A experiência profissional e outra formação não abrangida pelas alíneas anteriores;

Considerando, ainda, que o Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, que regulamenta os cursos de especialização tecnológica (CET), estabelece, no seu artigo 28.º, que a formação realizada nos CET é creditada no âmbito do curso superior em que o titular do respetivo diploma seja admitido, independentemente da via de acesso que tenha utilizado;

Considerando, igualmente, que a Portaria n.º 401/2007, de 5 de abril, alterado pela Portaria n.º 232-A/2013, de 22 de julho, que regula os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso no ensino superior, estabelece, no seu artigo 8.º, que, além do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, os estabelecimentos de ensino superior devem atender que:

a) No caso da mudança de curso, os créditos a atribuir dependem do grau de afinidade entre o curso de origem e o curso de destino;

b) No caso da transferência, é creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;

c) No caso do reingresso, é creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu.

Finalmente, considerando que o “Regulamento de Creditação de Competências Académicas e Profissionais” da Universidade Atlântica, aprovado em 25 de maio de 2007, e em vigor até à data, necessita de ser revisto e melhorado em resultado da experiência acumulada, das melhores práticas identificadas noutros estabelecimentos de ensino superior e com vista a um melhoramento no funcionamento dos processos de creditação;

Nos termos e para os efeitos do disposto na legislação atrás referida, é aprovado o novo Regulamento de Creditação de Competências Académicas e Profissionais para alunos matriculados na Universidade Atlântica, cuja entidade instituidora é a E.I.A. — Ensino, Investigação e Administração, S. A., adiante designada por UAtlântica, e nas suas unidades orgânicas.

Artigo 1.º

Objetivo e âmbito

1 — O presente regulamento define os procedimentos a seguir nos processos de creditação da UAtlântica, para cumprimento do previsto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho

e n.º 115/2013, de 7 de agosto, e no artigo 8.º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de abril.

2 — O disposto neste regulamento aplica-se a todos os que pretendam prosseguir os estudos com vista à obtenção de grau académico ou diploma na UAtlântica e que tenham realizado formação no âmbito de outros ciclos de estudo superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, e ou que tenham realizado formação no âmbito de CET, e ou sejam detentores de um currículo e experiência profissional e ou outra formação relevante, designadamente:

a) Os alunos admitidos na UAtlântica nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março (maiores de 23 anos);

b) Os alunos que concorram à UAtlântica através dos concursos institucional ou especial, dos regimes de mudança de curso e transferência, ou mesmo os alunos ativos que pretendam a creditação de competências adquiridas em contexto profissional;

c) Os alunos das licenciaturas anteriores à adequação ao processo de Bolonha que pretendam reingressar, inscrevendo-se em cursos de 1.º, 2.º ou 3.º ciclo já adequados;

d) Os alunos admitidos em curso de 2.º ciclo, 3.º ciclo, pós-graduações ou pós-licenciaturas.

3 — O disposto neste regulamento aplica-se a todas as formações conferidas pela UAtlântica, nomeadamente, aos ciclos de estudo conducentes aos graus de Licenciado, de Mestre e de Doutor e aos cursos de Pós-Graduação não conferentes de grau académico que atribuam créditos (ECTS).

Artigo 2.º

Definições

Entende-se por:

1 — «Formação Certificada», a que pode ser confirmada através de certificado oficial, passado por instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras, ou outras devidamente reconhecidas por entidade oficial competente, desde que a formação seja de nível superior ou pós-secundário, incluindo as disciplinas, unidades curriculares e outros módulos pertencentes a planos de estudo de cursos superiores, nacionais ou estrangeiros, e cursos de especialização tecnológica, de entre outros que sejam reconhecidos pelo Conselho Científico da UAtlântica ou Técnico-Científico da Escola Superior de Saúde Atlântica (ESSATLA), respetivamente.

2 — «Creditação de Formação Certificada», o processo de atribuição de créditos (ECTS) em áreas científicas e unidades curriculares de planos de estudo de cursos conferidos pela UAtlântica, em resultado da formação certificada a que se refere o número um.

3 — «Creditação de Experiência Profissional», o processo de atribuição de créditos (ECTS) em áreas científicas e unidades curriculares de planos de estudo de cursos ministrados pela UAtlântica, em resultado de uma efetiva aquisição de conhecimentos e competências, decorrente de experiência profissional de nível adequado e compatível com o grau em causa, devidamente validada pelas entidades empregadoras.

4 — «Nível dos créditos» designa o ciclo de estudos em que se insere o curso a que respeitam os créditos, ou o facto de este ser um curso de especialização tecnológica (CET).

Artigo 3.º

Tipos de formação realizada e de competências adquiridas passíveis de creditação

1 — Para efeitos do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e n.º 115/2013, de 7 de agosto, e tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, a Universidade Atlântica:

a) Credita a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores conferentes de grau em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;

b) Credita a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos;

c) Credita as unidades curriculares realizadas com aproveitamento, nos termos do artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho (Regime Livre), até ao limite de 50 % do total dos créditos do ciclo de estudos;

d) Pode atribuir créditos pela formação realizada no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, até ao limite de 50 % do total dos créditos do ciclo de estudos;

e) Pode atribuir créditos por outra formação não abrangida pelas alíneas anteriores, até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos;

f) Pode atribuir créditos pela experiência profissional devidamente comprovada, até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos.

2 — O conjunto dos créditos atribuídos ao abrigo das alíneas b), d), e) e f) do número anterior não pode exceder dois terços do total dos créditos do ciclo de estudos.

3 — A atribuição de créditos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 pode ser total ou parcialmente condicionada à realização de procedimentos de avaliação de conhecimentos específicos.

4 — A creditação:

a) Não é condição suficiente para o ingresso no ciclo de estudos;

b) Só produz efeitos após a admissão no ciclo de estudos e para esse mesmo ciclo.

5 — Para efeitos de aplicação do ponto 1, não pode ser contabilizada qualquer formação que tenha resultado de um outro processo anterior de equivalência ou creditação. Os alunos que beneficiaram de créditos (ECTS) por creditação para a obtenção do grau de 1.º ciclo, não poderão creditar esses mesmos ECTS em cursos de 2.º ou 3.º ciclo.

6 — A creditação terá em consideração o nível dos créditos e a área científica em que foram obtidos.

7 — A creditação será expressa em créditos (ECTS) e corresponderá sempre a unidades curriculares completas (que o aluno ficará isento de realizar). Não podem ser creditadas partes de unidades curriculares.

Artigo 4.º

Local e momentos dos pedidos de creditação

1 — O processo de creditação iniciar-se-á, sempre, na Secretaria Escolar, a requerimento do interessado.

2 — Os requerimentos de creditação são dirigidos ao Reitor da Universidade Atlântica ou ao Diretor da Escola Superior de Saúde Atlântica, conforme o caso, e entregues na Secretaria Escolar, devidamente instruídos, preenchidos em impresso próprio, e enviados para a Comissão de Creditação nomeada que deve, no prazo máximo fixado no n.º 2 do artigo 6.º, emitir parecer sobre o processo, em modelo fixado para o efeito (“Termo de Creditação de Competências”) e que consta em anexo ao presente Regulamento. O processo será aprovado em reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico ou Técnico-Científico, conforme o caso, e despachado pelo Reitor da Universidade Atlântica, nos termos indicados no artigo 8.º, sendo, então, notificado o aluno.

3 — Os pedidos de creditação da formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudo superiores e no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, devem ser efetuados:

a) No ato da candidatura à frequência de ciclos de estudo conducentes ao grau de licenciado para os candidatos aos regimes de transferência de curso e reingresso;

b) No ato da primeira matrícula ou inscrição em ano subsequente e até ao prazo máximo de 30 dias após o início de cada ano letivo, para os alunos dos cursos de 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, pós-graduação ou pós-licenciatura não incluídos na alínea anterior.

4 — Os pedidos de creditação da experiência profissional e outra formação não superior, incluindo a realizada no âmbito dos CET, devem ser efetuados no ato da matrícula ou até ao prazo máximo de 1 mês após o início do ano letivo, uma única vez ao longo da duração de todo o curso.

5 — São liminarmente indeferidos os pedidos entregues fora dos prazos mencionados nos números 3 e 4, bem como os pedidos de creditação a unidades curriculares a que o aluno já tenha obtido avaliação.

6 — Os prazos máximos de decisão sobre os requerimentos de creditação são, sempre que possível, os seguintes:

a) Até 30 dias após o fim dos prazos indicados no n.º 4 e na alínea b) do n.º 3;

b) No ato da matrícula ou até 30 dias após a realização da mesma, nos requerimentos efetuados no âmbito da alínea a) do n.º 3.

7 — Para os alunos da UAtlântica cujo plano de estudo frequentado sofra alterações, a creditação da formação no plano de estudos que entrar em vigor, será realizada diretamente pela Secretaria Escolar, por correspondência direta com as unidades curriculares existentes ou por aplicação de planos de transição, conforme determinado pelos órgãos competentes.

Artigo 5.º

Documentação necessária para a creditação

1 — O pedido de creditação de formação certificada, obtida no âmbito de outros ciclos de estudo superiores e no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, deverá ser instruído com as certidões ou certificados que comprovem a classificação obtida, os conteúdos curriculares autenticados e cargas horárias de módulos, disciplinas ou unidades curriculares realizadas, bem como os respetivos planos de estudo e os créditos (ECTS), quando aplicável.

2 — O pedido de creditação de experiência profissional e formação não superior, mediante apresentação de requerimento em impresso próprio, deverá ser acompanhado por um dossier apresentado pelo interessado, onde deverá constar, de forma objetiva e sucinta, a informação relevante para efeitos de creditação, nomeadamente:

a) *Curriculum vitae*, a que deve ser anexa uma descrição exaustiva de cada uma das funções e tarefas profissionais executadas com relevo para o processo em apreço, e da formação de âmbito não superior obtidas;

b) Por cada formação, para a qual é requerida creditação, deve constar um documento que comprove:

- i) a designação da formação;
- ii) a conclusão com sucesso e, se aplicável, a respetiva nota final;
- iii) os créditos (ECTS) (se atribuídos);
- iv) os conteúdos curriculares;
- v) o tipo e total das horas de contacto;

c) Para cada experiência profissional, para a qual é requerida creditação, deve constar um documento emitido pela(s) entidade(s) empregadora(s) que comprove(m):

- i) a designação formal das funções desempenhadas (se aplicável);
- ii) o local onde foi obtida;
- iii) a duração (em meses);
- iv) o horário semanal ou quantidade de horas semanais;
- v) breve descrição das funções desempenhadas;
- vi) cópia de trabalhos, projetos ou outra documentação que permita comprovar ou avaliar as competências adquiridas.
- vii) eventuais cartas de referência;
- viii) resultados da avaliação no desempenho das funções (se aplicável).

d) Outros elementos considerados pertinentes para a apreciação (estudos publicados ou outros documentos escritos, projetos realizados, etc.).

3 — A documentação apresentada pelos interessados deverá permitir identificar com rigor:

- a) A natureza da experiência acumulada pelo interessado, nomeadamente quando, onde e em que contexto foi obtida;
- b) Os resultados efetivos da aprendizagem, ou seja, o que o aluno aprendeu concretamente com a experiência: conhecimentos, competências e capacidades.

4 — Toda a documentação entregue deve estar devidamente autenticada pelo(s) órgão(s) responsável(is).

5 — Um pedido de creditação de competências é considerado um ato curricular, obrigando ao pagamento dos respetivos emolumentos e taxas, na data do pedido.

6 — No caso de indeferimento total ou parcial do pedido não há lugar a reembolso da taxa paga.

7 — Os estudantes que reingressarem estão dispensados de apresentar os documentos referidos no n.º 1 e da respetiva taxa de creditação, quanto à formação realizada na Universidade Atlântica.

Artigo 6.º

Comissão de Creditação

1 — A creditação da formação realizada e da experiência adquirida pelo requerente é efetuada pela Comissão de Creditação, constituída por nomeação, e que integrará dois membros da equipa de coordenação de curso da respetiva licenciatura, mestrado, doutoramento, pós-graduação ou pós-licenciatura a que o interessado se candidate ou no qual esteja

matriculado, ou outros docentes da área a que respeita a formação/ unidade curricular/o curso em análise.

2 — A Comissão de Creditação é nomeada pelo Reitor da UAtlântica ou pelo Diretor da ESSATLA, conforme o caso.

3 — Cada Comissão de Creditação terá um prazo de 10 dias consecutivos após a data da sua nomeação para dar resposta aos processos de creditação recebidos no prazo indicado no artigo 4.º, para os remeter para aprovação da Comissão Coordenadora do Conselho Científico ou do Conselho Técnico-Científico, conforme o caso.

4 — Os membros da Comissão de Creditação devem diligenciar no sentido de desenvolver, continuamente, os procedimentos de creditação estabelecidos pelo presente regulamento e propor a adoção de novos procedimentos, devendo estes últimos ser sempre previamente ratificados pelo Conselho Científico ou pelo Conselho Técnico-Científico, conforme o caso.

5 — Ficam dispensados da análise da Comissão de Creditação e da Comissão Coordenadora do Conselho Científico ou Técnico-Científico os processos que já têm tabelas de creditação aprovadas.

Artigo 7.º

Competências da Comissão de Creditação

1 — É competência da Comissão de Creditação deliberar sobre qualquer pedido de creditação nos cursos de licenciatura, mestrado, doutoramento, pós-licenciatura ou pós-graduação não conferente de grau, qualquer que tenha sido a forma de ingresso dos estudantes.

2 — Compete à Comissão de Creditação:

- a) Receber os processos de creditação da Secretaria Escolar, na pessoa do seu Presidente, verificando a sua regularidade;
- b) Acompanhar o processo de creditação promovendo o seu desenvolvimento no âmbito do presente Regulamento;
- c) Encaminhar os processos de creditação dentro do circuito de procedimentos definido;
- d) Garantir a coerência e a consistência dos procedimentos de creditação dos ciclos de estudos e dos cursos pelos quais é responsável;
- e) Impedir a dupla creditação a que se refere o ponto 4 do artigo 9.º, identificando a creditação de experiência profissional e de formação certificada já anteriormente creditadas;
- f) Solicitar toda a colaboração necessária, no âmbito da sua competência, a docentes da UAtlântica e ou outros especialistas da área científica do curso;
- g) Desenvolver, continuamente, os procedimentos de creditação estabelecidos e propor a adoção de novos processos, devendo estes últimos, ser ratificados pelo Conselho Científico ou pelo Conselho Técnico-Científico.
- f) Propor alterações ao presente Regulamento.

Artigo 8.º

Homologação

1 — As propostas da Comissão de Creditação dos cursos da Universidade Atlântica são sujeitas a aprovação pela Comissão Coordenadora do Conselho Científico da Universidade Atlântica e homologação pelo Reitor.

2 — As Propostas da Comissão de Creditação dos cursos da Escola Superior de Saúde Atlântica são aprovadas em reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Técnico-Científico, sendo homologadas pelo seu presidente, na qualidade de Diretor da Escola.

Artigo 9.º

Princípios gerais de creditação

1 — Os procedimentos de creditação constantes dos artigos anteriores devem respeitar dois princípios gerais:

- a) Um grau ou diploma de ensino superior exprime um conjunto de conhecimentos, competências e capacidades, tendo como função essencial dar a conhecer à sociedade que o seu detentor possui, no mínimo, todos eles;
- b) Os conhecimentos, competências e capacidades valem por si, independentemente da forma como são adquiridos.

2 — Os procedimentos de creditação devem respeitar os seguintes princípios:

- a) Objetividade, no sentido da clareza com que se orientam para os objetivos em causa;
- b) Consistência, no sentido de conduzirem a resultados concretos, consistentes e reprodutíveis, independentemente do estudante e da Comissão de Creditação a que se refere o artigo 6.º;

c) Coerência, no sentido de orientarem esses resultados para a expectativa de inserção na lógica curricular dos cursos;

d) Inteligibilidade, no sentido de serem entendidos por todos os potenciais interessados, por empregadores, por outras instituições de ensino superior, pela sociedade em geral;

e) Equidade, no sentido de serem aplicáveis a todo o universo de eventuais interessados.

3 — Os procedimentos de creditação devem ainda garantir os princípios de transparência e credibilidade, pelo que estão obrigados a:

- a) Assegurar que a documentação relativa a cada processo individual permita a sua reavaliação;
- b) Disponibilizar aos candidatos a informação que lhes permita compreender o processo de creditação.

4 — Os procedimentos devem impedir a dupla creditação, ou seja, a creditação de unidades curriculares que já foram realizadas por este processo, bem como a experiência profissional e a formação certificada já anteriormente creditadas, devendo ser sempre consideradas a experiência profissional ou a formação certificada originais.

Artigo 10.º

Formas de Creditação

Os créditos (ECTS) resultantes do processo são atribuídos da seguinte forma:

- a) Em uma ou mais unidades curriculares obrigatórias constantes do plano de estudos do ciclo de estudos de destino, em cujos objetivos se incluam as competências creditadas;
- b) Em uma ou mais unidades curriculares específicas de um plano de estudos de um ciclo de estudos da Instituição de Ensino Superior que possa ser considerada opcional do ciclo de estudos de destino.

Artigo 11.º

Proposta de creditação e de integração curricular

1 — A integração curricular é obtida através da creditação, e conseqüente constituição de um plano de formação individualizado, caso seja necessário.

2 — A seqüência a adotar durante o processo de creditação será a seguinte:

1.ª Fase — Creditação da formação obtida no âmbito de outros ciclos de estudos superiores, na qual estarão disponíveis todas as unidades curriculares que constituem o curso em causa;

2.ª Fase — Creditação da formação obtida no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, na qual, para além de não estarem disponíveis as unidades curriculares já creditadas na 1.ª fase, só estarão disponíveis as unidades passíveis de creditação por este tipo de formação;

3.ª Fase — Creditação de formação obtida no âmbito de CET, na qual, para além de não estarem disponíveis as unidades curriculares já creditadas nas 1.ª e 2.ª fases, só estarão disponíveis as unidades passíveis de creditação por este tipo de formação;

4.ª Fase — Creditação da experiência profissional e de outra formação não abrangida pelos casos anteriores, na qual, para além de não estarem disponíveis as unidades curriculares já creditadas nas 1.ª, 2.ª e 3.ª fases, só estarão disponíveis as unidades consideradas passíveis de creditação por tais vias.

3 — Terminada a análise dos elementos que instruíam o pedido, a Comissão de Creditação elaborará a proposta de creditação, mediante o preenchimento do “Termo de Creditação de Competências”, onde devem constar:

a) Número total de ECTS creditados ao abrigo da formação obtida noutros ciclos de estudos superiores e no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, unidades curriculares creditadas e respetivas classificações, bem como as unidades curriculares equivalentes do curso superior de origem, nos termos do disposto nos artigos 12.º e 13.º;

b) Número total de ECTS creditados ao abrigo de CET;

c) Número total de ECTS creditados ao abrigo da experiência profissional e ou outra formação; e unidades curriculares creditadas;

d) Nos casos de transferência de curso ou reingresso, as unidades curriculares concluídas no curso superior de origem que não integrem o novo plano de estudos, bem como as respetivas classificações e ECTS, nos termos do disposto no artigo 12.º

4 — Após todo o processo de integração curricular, os procedimentos de creditação e equivalência devem, considerando o total de créditos atribuído, posicionar o estudante:

- a) No 1.º ano do curso, se o número de créditos (ECTS) atribuídos por equivalência for de até 39 créditos, inclusive;
- b) No 2.º ano do curso, se obtiver entre 40 e 99 créditos (ECTS) inclusive;
- c) No 3.º ano, se obtiver entre 100 e 159 créditos (ECTS) inclusive;
- d) No 4.º ano, se obtiver um valor superior a 160 créditos (ECTS).

5 — Após o posicionamento do estudante no ano curricular, a Comissão de Creditação elaborará, caso necessário, um plano individualizado de formação a cumprir pelo requerente, tendo em consideração as seguintes regras:

5.1 — O plano de formação será construído com indicação das unidades curriculares, por área científica do curso;

5.2 — O total de créditos (ECTS) deste plano de formação deverá ser igual à diferença entre o total de ECTS necessários para a obtenção do grau académico ou diploma e o total de ECTS a creditar.

6 — Concluído o processo de integração curricular, aplicar-se-ão as regras de inscrição constantes dos regulamentos em vigor na UAtlântica.

Independentemente do seu regime de acesso e do número de créditos (ECTS) acumulados, qualquer estudante tem de realizar, no mínimo, uma unidade curricular do novo plano de estudos da UAtlântica.

Artigo 12.º

Critérios de creditação

1 — Por comparação com os objetivos do curso para o qual é requerida a creditação, nomeadamente competências e conteúdos, e sem prejuízo do disposto nos números 5 e 6 do artigo seguinte, na creditação de formação realizada e da experiência profissional devem ser considerados os seguintes critérios:

- a) Competências fornecidas pelas formações obtidas, quer numa perspetiva individual, quer numa perspetiva global;
- b) Nível técnico-científico destas formações e grau de ensino onde foram realizadas;
- c) Conteúdos programáticos das formações e respetivo enquadramento nas áreas científicas do curso para o qual é requerida a creditação;
- d) Quantidade e tipo de horas de trabalho das formações;
- e) Nos casos de requerimento de creditação de experiência profissional e formação de nível não superior, o requerente poderá ter de ser avaliado, de forma a comprovar as competências que pretende ver creditadas;
- f) Cada Comissão de Creditação poderá definir critérios específicos para cada curso, os quais se deverão manter coerentes e aplicáveis aos vários requerentes em situação semelhante. Estes critérios deverão ser aperfeiçoados com base na experiência adquirida pela avaliação dos sucessivos processos de creditação, sem prejuízo da equidade entre todos os processos já concluídos.

2 — Para a formação certificada de nível superior, obtida fora do âmbito dos cursos de ensino superior:

- a) Deverá ser confirmado o nível superior ou pós-secundário da formação, através da análise da documentação apresentada pelo estudante e outra documentação pública;
- b) Através da análise do conteúdo, relevância e atualidade da formação, deverá ser confirmada a adequação da formação obtida em termos de resultados da aprendizagem e competências, para efeitos de creditação numa unidade curricular, área científica ou conjunto destas.
- c) Deverá ser confirmada a credibilidade da classificação obtida através da verificação dos métodos de avaliação utilizados;
- d) Deverão ser creditados os créditos calculados com base nas horas de contacto e na estimativa do trabalho total do estudante, tendo em conta a documentação oficial apresentada;
- e) A formação certificada que não seja acompanhada de uma avaliação explícita, credível e compatível com a escala numérica inteira de 0 a 20 valores, ou que não cumpra com o disposto nas alíneas a) e b) do presente número, não será reconhecida para efeitos de creditação;

3 — Se necessário, a Comissão de Creditação poderá recorrer à colaboração do estabelecimento de ensino de origem.

4 — Quando se considerar necessário, poderá a Comissão de Creditação solicitar ao requerente uma entrevista e ou a realização de provas de diagnóstico, bem como a entrega de documentos adicionais.

5 — Não poderá ser concedida creditação de ECTS em número superior ao total de ECTS necessários para a obtenção do grau, em unidades curriculares optativas ou por área científica.

6 — Não é permitida a creditação que isente o estudante, no todo ou em parte, da realização da componente não letiva em cursos de 2.º ciclo, ou da dissertação de doutoramento no 3.º ciclo.

Artigo 13.º

Princípios e procedimentos para a creditação de formação certificada obtida no âmbito de outros ciclos de estudos superiores

1 — Para cada requerente, a proposta da Comissão de Creditação indicará:

- a) A lista de formações que deverão ser creditadas;
- b) As unidades curriculares dos cursos da UAtlântica a que cada uma das formações referidas na alínea anterior dará equivalência. Caso a unidade curricular referida seja uma optativa, esta deverá ser claramente identificada, bem como o respetivo grupo opcional;
- c) A classificação a atribuir a cada uma das unidades curriculares creditadas por equivalência;
- d) No caso de pedidos de transferência de curso e reingresso, as unidades curriculares concluídas no curso de origem que não integram o novo plano de estudos e às quais não é reconhecida equivalência, bem como a classificação e o número de créditos (ECTS). Estas unidades curriculares serão averbadas no Suplemento ao Diploma do aluno, conforme o disposto no n.º 8 do presente artigo;
- e) O plano individualizado de formação a realizar, nos termos indicados no n.º 6 do artigo 11.º

2 — Para cada formação que não tenha créditos (ECTS) atribuídos, a Comissão de Creditação deve propor uma creditação expressa em créditos (ECTS) de acordo com os critérios referidos no artigo anterior.

3 — O número de créditos a atribuir deverá respeitar o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, nomeadamente:

- a) O trabalho é medido em horas estimadas de trabalho do estudante, incluindo todas as formas de trabalho previstas, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas a estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação;
- b) O trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro situa-se entre mil e quinhentas e mil e seiscentas e oitenta horas e é cumprido num período de 36 a 40 semanas;
- c) O número de créditos (ECTS) correspondente ao trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro é de 60;
- d) Para períodos curriculares de duração inferior a um ano, o número de créditos é atribuído na proporção que representem do ano curricular;
- e) O número de créditos correspondente ao trabalho de um curso realizado a tempo inteiro é igual ao produto da duração normal do curso em anos curriculares ou fração por 60.

4 — Para a formação obtida em instituições de ensino superior, antes da reorganização decorrente do Processo de Bolonha, ou sem créditos (ECTS) atribuídos, e tendo em conta o disposto nos pontos anteriores:

- a) Deverão ser creditados 60, 30 ou 20 créditos por cada ano, semestre ou trimestre curricular, respetivamente, quando a formação a tempo inteiro prevista para estes períodos estiver completa.
- b) Para a formação obtida em períodos incompletos (anos, semestres ou trimestres curriculares), a creditação de uma dada disciplina ou módulo deverá corresponder ao peso relativo dessa disciplina ou módulo, no conjunto das disciplinas ou módulos desse período, em termos de horas totais de trabalho do estudante, definindo-se que, a 28 h totais corresponde 1 crédito (ECTS).

5 — Na modalidade de reingresso:

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;
- b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

6 — Na modalidade de transferência de curso:

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;
- b) O número de créditos (ECTS) a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;
- c) Em casos devidamente fundamentados, em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o

número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessários para a obtenção do grau e 90 % do valor creditado.

7 — As classificações atribuídas na creditação da formação certificada obtida em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras seguem o disposto no artigo 14.º

8 — As unidades curriculares a que se refere a alínea *d*) do ponto 1 são registadas como unidades extracurriculares e averbadas no suplemento ao diploma, não sendo incluídas nos certificados curriculares ou certificados de final de curso emitidos pela Universidade Atlântica, nem consideradas no cálculo da média final de curso.

Artigo 14.º

Princípios da atribuição de classificações à formação certificada obtida em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras

1 — A formação certificada obtida em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, quando objeto de creditação, conserva as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior de origem.

2 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a atribuída pelo estabelecimento de ensino superior de origem, se tal creditação for unívoca (a uma unidade curricular corresponder uma e uma só unidade curricular).

3 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

- a*) É a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adote a escala de classificação portuguesa;
- b*) É a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adote uma escala diferente desta.
- c*) Para efeitos da conversão referida na alínea anterior, devem ser usadas como referentes as tabelas publicadas pela Comissão Nacional de Reconhecimento de Graus Estrangeiros.

4 — Se o processo não for unívoco (ou seja, se uma unidade curricular da formação anterior não corresponder a uma e uma só unidade curricular do curso visado), dever-se-á atribuir a todas as unidades curriculares envolvidas a mesma classificação final, arredondada à unidade mais próxima, com base na média aritmética simples, no caso de plano de estudos anteriores à adequação ao Processo de Bolonha, ou na aritmética ponderada, no caso de plano de estudos adequado ao Processo de Bolonha, considerando como ponderação os créditos (ECTS) de cada unidade curricular de origem.

5 — As classificações de “Apto”, “Aprovado”, ou equivalente, sem qualquer menção quantitativa, serão convertidas para a classificação de 10 valores.

6 — O valor de créditos (ECTS) a creditar por via da formação realizada no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, nunca poderá ser superior ao máximo de créditos (ECTS) disponíveis para creditação previsto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º

7 — A creditação de Unidades Curriculares realizadas ao abrigo dos programas de mobilidade será realizada de acordo com o que foi definido no contrato de estudos (Learning Agreement).

Artigo 15.º

Creditação de formação obtida no âmbito de cursos de especialização tecnológica

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, devem ser considerados eventuais acordos de cooperação entre a UAtlântica e a instituição de origem relativamente a alunos dos cursos de especialização tecnológica onde as formações foram obtidas.

2 — Para cada formação obtida a creditar que não possua créditos (ECTS) atribuídos, a Comissão de Creditação propõe uma creditação em créditos (ECTS) de acordo com os critérios referidos no artigo 12.º e no n.º 1 do artigo 16.º

3 — Para cada requerente, a proposta indica a lista de unidades curriculares que devem ser creditadas no curso da UAtlântica para o qual a creditação foi requerida.

4 — O valor de créditos (ECTS) a creditar por via da formação realizada no âmbito de CET, nunca poderá ser superior ao máximo de créditos (ECTS) disponíveis para creditação previsto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 16.º

Creditação da experiência profissional e da formação não superior

1 — A Comissão de Creditação por curso propõe ao Conselho Científico ou Conselho Técnico-Científico uma creditação em créditos (ECTS) da experiência profissional e formação não superior consideradas relevantes, de acordo com os critérios referidos no artigo 12.º e o disposto nos números seguintes.

2 — A creditação da experiência profissional para efeitos de prosseguimento de estudos, com vista à obtenção de um grau académico ou diploma, deverá resultar da demonstração de que houve uma aprendizagem efetiva e correspondente aquisição de competências e não deve ocorrer uma mera creditação do tempo em que decorreu essa experiência profissional.

3 — A experiência profissional e a formação não superior deverão ser adequadas, em termos de resultados da aprendizagem e ou competências efetivamente adquiridas e nível das mesmas, no âmbito de uma unidade curricular, de uma área científica ou de um conjunto destas.

4 — A creditação deve resultar de uma avaliação efetiva, realizada através dos métodos mais adequados a cada curso e ao perfil de cada aluno, de modo a assegurar a autenticidade, a adequação, a atualidade e a equidade nas classificações, dos resultados da aprendizagem e ou das competências efetivamente adquiridas, creditadas nos planos curriculares.

5 — Sem prejuízo de outros considerados mais adequados, podem ser utilizados os seguintes métodos de avaliação, orientados ao perfil de cada aluno e aos objetivos das unidades curriculares ou áreas científicas, passíveis de creditação:

- a*) Avaliação por exame, com uma estrutura similar aos exames convencionais das unidades curriculares passíveis de isenção por creditação, não sendo esta, contudo, a forma mais natural ou provável de avaliação, para efeitos de creditação;
- b*) Avaliação escrita, sob a forma de teste ou questionário;
- c*) Avaliação oral sob a forma de questionário, devendo ficar registado, sumariamente, por escrito, o desempenho do aluno em relação às questões colocadas;
- d*) Avaliação baseada na realização de um projeto, um trabalho, ou um conjunto de trabalhos;
- e*) Avaliação baseada na demonstração e observação no laboratório, ou noutros contextos no “terreno”;
- f*) Avaliação do *dossier* apresentado pelo aluno, designadamente, documentação, objetos, trabalhos, etc., que evidenciem ou demonstrem a aquisição das competências passíveis de creditação;
- g*) Avaliação baseada numa combinação dos vários métodos de avaliação anteriores e outros.

6 — Quaisquer que sejam os métodos de avaliação utilizados, deverão ter em conta os seguintes princípios:

- a*) Aceitabilidade, no sentido de confirmar uma correspondência adequada entre o que é documentado/reivindicado e o que é demonstrado, e de verificar se a documentação é válida e fidedigna;
- b*) Suficiência, no sentido de confirmar a abrangência e profundidade suficientes, incluindo demonstração de reflexão, para creditação dos resultados da aprendizagem e ou das competências reivindicadas;
- c*) Autenticidade, no sentido de confirmar que os resultados da aprendizagem ou competências são o resultado do esforço e do trabalho do aluno;
- d*) Atualidade, no sentido de garantir que os resultados da aprendizagem ou competências avaliadas se mantêm atuais e ministradas no âmbito do curso.

7 — A Comissão de Creditação do curso deverá debruçar-se sobre o processo global que é apresentado pelo interessado, as competências adquiridas em função dos documentos apresentados e atribuir de forma rigorosa um número global de créditos (ECTS), que deverão ser distribuídos por áreas científicas. Para cada área científica, deverá então proceder-se à distribuição dos créditos (ECTS) por unidade curricular, devendo respeitar-se o princípio de a cada unidade curricular ser atribuída a totalidade dos respetivos créditos (ECTS).

8 — O candidato não pode solicitar ou sugerir creditação a qualquer unidade curricular.

9 — Não é atribuída classificação às unidades curriculares creditadas pelo processo de creditação da experiência profissional e da formação não superior, pelo que tais unidades curriculares não são consideradas no cálculo da média final de curso. Estas unidades curriculares constarão nas certidões de conclusão do curso e no Suplemento ao Diploma de Curso do aluno com a menção “Unidade Curricular realizada por processo de creditação de experiência profissional e ou formação pós-secundária”.

Artigo 17.º

Determinação de créditos (ECTS) da experiência profissional e da formação não superior

1 — Os créditos (ECTS) a atribuir à formação obtida em contexto não superior são determinados da seguinte forma:

a) A Comissão de Creditação determinará a relevância desta formação para o perfil de competências do curso, classificando-a em relevante, significativa e irrelevante, classificações a que correspondem, respetivamente, os coeficientes 1 (um), 0,5 (zero vírgula cinco) e 0 (zero).

b) Em seguida, a Comissão de Creditação determinará para cada formação, individualmente, um coeficiente de esforço calculado dividindo a duração total da formação, expressa em horas, por 28 h. O produto deste coeficiente de esforço pelo coeficiente de relevância atribuído nos termos da alínea anterior determinará o crédito (ECTS) para cada formação.

$$(DTNS/28) \times CR = CNS$$

DTNS — Duração da Formação Não-Superior;

CR — Coeficiente de Relevância (alínea a);

CNS — Créditos da Formação Não-Superior.

c) O total de créditos (ECTS) correspondente à formação não superior será calculado pelo somatório, para todas as formações e por área científica, do número de créditos (ECTS) determinados para cada curso de formação profissional nos termos da alínea anterior, arredondado à meia unidade mais próxima.

d) O valor de créditos (ECTS) a creditar por via do ponto anterior nunca poderá ser superior ao máximo de créditos (ECTS) disponíveis para creditação previsto no artigo 3.º

2 — Os créditos (ECTS) a atribuir à experiência profissional são determinados da seguinte forma:

a) A Comissão de Creditação determinará a relevância da experiência para o perfil de competências do curso, classificando-a em relevante, significativa e irrelevante, classificações a que correspondem, respetivamente, os coeficientes 1 (um), 0,5 (zero vírgula cinco) e 0 (zero).

b) Em seguida, a Comissão de Creditação determinará para cada experiência profissional, individualmente, o número de créditos (ECTS) a atribuir a cada experiência profissional, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NAEPR \times CR = CEP$$

NAEPR — Número de anos de experiência profissional;

CR — Coeficiente de Relevância (alínea a);

CEP — Créditos da Experiência Profissional.

c) O total de créditos (ECTS) correspondente à experiência profissional será calculado pelo somatório dos créditos (ECTS) determinados para cada experiência profissional nos termos da alínea anterior, arredondado à meia unidade mais próxima.

d) O valor de créditos (ECTS) a creditar por via da alínea anterior nunca poderá ser superior ao máximo de créditos (ECTS) disponíveis para creditação previsto no artigo 3.º

3 — Encontrado o número de créditos a atribuir, serão concedidas equivalências às unidades curriculares creditadas com o mesmo valor e cujos conteúdos programáticos incidam nas áreas de formação já realizadas ou na experiência profissional adquirida em função do número de anos.

4 — A distribuição de créditos (ECTS) por unidade curricular é da total responsabilidade da Comissão de Creditação.

Artigo 18.º

Princípios e procedimentos para a creditação de Unidades curriculares realizadas com aproveitamento, nos termos do artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho

1 — As unidades curriculares homónimas realizadas com aproveitamento, nos termos do artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e certificadas pela Universidade Atlântica, consideram-se tacitamente creditadas em qualquer curso da Universidade Atlântica que as integre no respetivo plano de estudos e em que um estudante se matricule, ficando dispensada a análise da Comissão de Creditação.

2 — Na creditação de unidades curriculares realizadas com aproveitamento, nos termos do artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e certificadas por outras instituições de ensino superior nacionais, aplica-se o disposto no presente regulamento.

3 — O valor de créditos (ECTS) a creditar por esta via de formação, nunca poderá ser superior ao máximo de créditos (ECTS) disponíveis para creditação previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º

Artigo 19.º

Reconhecimento de formação e experiência profissional de licenciados pré-Bolonha

Aos titulares de licenciaturas pré-Bolonha, candidatos a um mestrado na mesma área científica da licenciatura e com mais de 5 anos de experiência profissional relevante na área, aplica-se o disposto no Regulamento para a Obtenção do Grau de Mestre pelos Licenciados pré-Bolonha.

Artigo 20.º

Situações transitórias durante a tramitação dos processos

1 — Os alunos que requererem creditação de formação certificada e de experiência profissional dentro dos prazos a que se refere o artigo 4.º, ficam autorizados a:

a) Frequentar, condicionalmente, todas as unidades curriculares, cessando a autorização no momento em que forem notificados dos resultados;

b) Alterar a sua inscrição, não podendo ser avaliados nas unidades curriculares que ficaram isentos de realizar em resultado do processo de creditação.

2 — Nos termos do número anterior, ao aluno que se submeter à avaliação de unidades curriculares que ficou isento de realizar em resultado do processo de creditação, a classificação será anulada, independentemente do seu valor.

3 — Caso se verifique ser impossível o cumprimento dos prazos a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º, o requerente deve ser notificado do facto e das suas razões.

Artigo 21.º

Recurso/reapreciação

Não haverá lugar a qualquer recurso ou pedido de reapreciação no âmbito de processos de creditação.

Artigo 22.º

Disposição revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento é revogado o “Regulamento de creditação de competências académicas e profissionais”, em vigor até à data e aprovado a 1 de outubro de 2010.

Artigo 23.º

Disposições finais

O presente Regulamento é aprovado e homologado pelo Reitor, ouvidos os órgãos estatutariamente competentes, e produz efeitos a partir do ano letivo 2013/2014. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento ou as omissões serão resolvidas por Despacho do Reitor, ouvidos os órgãos competentes, quando for caso disso.

Alterações

Versão	Data	Alterações
1	23-04-2007	Versão inicial.
2	01-10-2010	Revisão de todo o regulamento.
3	30-08-2013	Adaptação ao Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

Parecer favorável do Conselho Pedagógico da UAtlântica em 19/12/2013

Parecer favorável do Conselho Pedagógico da ESSATLA em 27/11/2013

Parecer favorável do Conselho Científico da UAtlântica em 22/11/2013

Parecer favorável do Conselho Técnico-Científico da ESSATLA em 20/11/2013

Homologado pelo Reitor em 28/01/2014

28 de janeiro de 2014. — O Presidente, *Dr. Artur Torres Pereira*.
207653401

ISLA — INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SANTARÉM

Despacho n.º 3654/2014

Considerando que, a requerimento do ISLA — Santarém, Educação e Cultura, Sociedade Unipessoal L.ª, foi apresentado o pedido de acreditação prévia do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Engenharia Agronómica, para o ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém, cujo interesse público é reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 86/2013, de 26 de junho;

Considerando que o mesmo foi instruído, organizado e apreciado, nos termos dos artigos 52.º a 57.º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;

Considerando a decisão favorável do Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior de 28-05-2013;

Considerando que o referido ciclo de estudos foi objeto de registo na Direção Geral do Ensino Superior com o número R/A-Cr 98/2013;

Nos termos dos Estatutos do ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém;

Manda a Gerência da entidade instituidora do ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém que se publique a estrutura curricular e o plano de estudos, nos termos constantes do “Formulário” (Despacho n.º 10543/2005, de 11 de maio), anexo ao presente despacho.

5 de novembro de 2013. — Pela Gerência do ISLA — Santarém, Educação e Cultura, Sociedade Unipessoal L.ª, *Manuel de Almeida Damásio*.

Formulário

1 — Estabelecimento de ensino: ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém

- 2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): N/A
 3 — Curso: Gestão de Recursos Humanos
 4 — Grau ou diploma: (Licenciatura)
 5 — Área científica predominante do curso: Gestão e Administração
 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 180
 7 — Duração normal do curso: 6 Semestres (3 anos)
 8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável): N/A
 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Gestão e Administração	GAD	100	—
Direito	DIR	19	—
Ciências Sociais e do Comportamento	CSC	18	—
Matemática e Estatística	MAT	12	—
Contabilidade e Fiscalidade	CONT	10	—
Segurança e Higiene no Trabalho	SHT	5	—
Economia	ECO	6	—
Ciências Informáticas	INF	5	—
Humanidades	HUM	5	—
<i>Total</i>		180	—

- 10 — Observações:
 11 — Plano de estudos:

ISLA — Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém

Curso: Gestão de Recursos Humanos

Grau: 1.º Ciclo (Licenciatura)

Área científica predominante: Gestão e Administração

1.º ano

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Métodos Quantitativos	MAT	Semestral	150	TP: 42; OT: 3	6	
Psicologia Geral	CSC	Semestral	150	TP: 54; OT: 6	6	
Psicologia das Organizações	CSC	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Gestão das Organizações	GAD	Semestral	150	TP: 54; OT: 6	6	
Introdução ao Direito	DIR	Semestral	125	TP: 42; OT: 3	5	
Análise e Tratamento de Dados	MAT	Semestral	150	TP: 42; OT: 3	6	
Princípios Gerais de Informática	INF	Semestral	125	PL: 39; OT: 6	5	
Comportamento Organizacional	GAD	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Gestão de Pessoas nas Organizações	GAD	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Métodos de Investigação em Ciências Sociais	CSC	Semestral	125	TP: 42; OT: 3	5	

2.º ano

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Métodos de Avaliação de Recursos Humanos	GAD	Semestral	150	TP: 54; OT: 6	6	
Fundamentos de Economia	ECO	Semestral	150	TP: 54; OT: 3	6	

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Direito do Trabalho I	DIR	Semestral	125	TP: 42; OT: 3	5	
Recrutamento e Seleção	GAD	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Fundamentos de Contabilidade	CONT	Semestral	150	TP: 54; OT: 6	6	
Avaliação de Desempenho	GAD	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Direito do Trabalho II	DIR	Semestral	125	TP: 42; OT: 3	5	
Gestão da Produção e Operações	GAD	Semestral	150	TP: 42; OT: 3	6	
Desenho de Sistemas de Recompensa e Carreiras	GAD	Semestral	175	TP: 54; OT: 6	7	
Conceção e Gestão da Formação	GAD	Semestral	125	TP: 42; OT: 3	5	

3.º ano

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Direito do Trabalho III	DIR	Semestral	100	TP: 42; OT: 3	4	
Fiscalidade	CONT	Semestral	100	TP: 42; OT: 3	4	
Técnicas de Informação, Comunicação e Negociação	HUM	Semestral	125	TP: 48; OT: 12	5	
Fundamentos de Segurança e Higiene do Trabalho	SHT	Semestral	125	TP: 54; OT: 6	5	
Projeto de Conceção em Recursos Humanos	GAD	Semestral	300	TC: 60; OT: 30	12	
Integração em Recursos Humanos	GAD	Semestral	150	TP: 42; OT: 3	6	
Estratégia e Planeamento Empresarial	GAD	Semestral	100	TP: 42; OT: 3	4	
Gestão da Qualidade	GAD	Semestral	100	TP: 42; OT: 3	4	
Inovação e Empreendedorismo	GAD	Semestral	100	TP: 42; OT: 3	4	
Projeto de Desenvolvimento em Recursos Humanos	GAD	Semestral	300	TC: 90; OT: 30	12	

207651863



PARTE J1

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Aviso (extrato) n.º 3365/2014

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 21 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se publico que, por meu despacho de 2014/02/05, se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar do dia da publicação na bolsa de emprego público (BEP), procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Aquacultura e Valorização, do mapa de pessoal do IPMA, I. P.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção serão publicitados na BEP no prazo de três, a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207653207

Aviso (extrato) n.º 3366/2014

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se publico que, por meu despacho de 2014/02/05 se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar do dia da publicação na bolsa de emprego público (BEP), procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe da Divisão de Geologia Marinha e Georrecursos Marinhos, do mapa de pessoal do IPMA, I. P.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção serão publicitados na BEP no prazo de três dias, a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207653937

Aviso (extrato) n.º 3367/2014

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 21 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se publico que, por meu despacho de 2014/02/21, se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar do dia da publicação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, correspondente a Chefe da Divisão de Sistemas de Informação, Comunicações e Desenvolvimento Tecnológico, do mapa de pessoal do IPMA, I. P.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção serão publicitados na BEP no prazo de três, a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207652981

Aviso (extrato) n.º 3368/2014

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 21 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se publico que, por meu despacho de 2014/02/21, se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar do dia da publicação na bolsa

de emprego público (BEP), de procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe da Divisão de Logística, Operações e Infraestruturas, do mapa de pessoal do IPMA, I. P.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção serão publicitados na BEP no prazo de três, a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207653045

MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso n.º 3369/2014

Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei

n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, sob proposta da Câmara Municipal, em reunião realizada no dia 18 de dezembro 2013 e sessão da Assembleia Municipal do dia 19 dezembro de 2013, irá proceder-se à abertura, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), de um procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do seguinte cargo de direção intermédia de 2.º grau: Chefe de Divisão Municipal de Ação Social e Cultural.

A publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP) ocorrerá até ao 2.º dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso, com a indicação dos requisitos formais de provimento, habilitações literárias, perfil exigido, remuneração, métodos de seleção, composição do júri e formalização da candidatura.

20 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Hélder Manuel Esménio*, engenheiro.

307641713

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
